

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUZENIRA MARIA FERREIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA TELEVISÃO:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE O GLOBO ECOLOGIA E O
REPÓRTER ECO**

JOÃO PESSOA – PB

2006

LUZENIRA MARIA FERREIRA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA TELEVISÃO:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE O GLOBO ECOLOGIA E O
REPÓRTER ECO**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de mestre em educação.

Área de concentração: Educação Popular, Comunicação e Cultura.

Linha de Pesquisa: Estudos culturais e Tecnologias da Informação e Comunicação

Orientador: Dr. Jorge Chaves Cordeiro

JOÃO PESSOA

2006

LUZENIRA MARIA FERREIRA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS
DO AUDIOVISUAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O
REPÓRTER ECO E O GLOBO ECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de mestre em educação, no dia 19/12/2006.

BANCA EXAMINADORA

(Orientador)

(Examinador 1)

(Examinador 2)

JOÃO PESSOA

2006

À Minha tão singela e frágil Heleninha, que durante esse período turbulento, mostrou-se forte o bastante para compreender as angústias e ausências de sua mãe.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho!

Em especial ao Professor Dr. Jorge Cordeiro, que mesmo diante de todas as minhas dificuldades na reta final do curso, permitiu que eu o concluísse. Obrigada!

A Paulinho, meu marido, que dividiu comigo todas as dificuldades...e as alegrias também!!

Aos meus pais, pela dedicação com que conduziram a minha formação...

Aos amigos e amigas de muitas “aventuras” nessas idas e vindas no trajeto Recife-João Pessoa.....Sílvia, Norma, Renato, companheiros para sempre!

A Professora Adelaide e a Rosilene, pelo carinho, cuidado e compreensão.

Enfim...a Deus, por ter me dado a chance de celebrar esse momento com tantas pessoas queridas.

*Sombra e luz, céu azul, horizonte fundo e amplo dizem
de mim. Sem eles apenas sobrevivo, menos que existo.*

Paulo Freire.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada a partir do pressuposto de que a televisão no Brasil é a maior responsável pela divulgação dos debates e dos termos relacionados ao Meio Ambiente e a Educação Ambiental. Com o objetivo de questionar a relação entre forma e conteúdo no desafio comunicativo e formativo exercido pelos programas televisivos de Educação Ambiental deste país. Primeiramente realizou-se uma revisão de literatura a procura de autores que já tivessem contribuído com a inter-relação entre os temas: Meio Ambiente, Mídia, Educação Ambiental e Recurso Audiovisual. Em seguida realizou-se uma pesquisa qualitativa de análise de conteúdo e comparação de dois programas televisivos respectivamente chamados de Globo Ecologia e Repórter Eco. Em uma perspectiva crítica de leitura que visa relacionar o meio, a linguagem e a análise institucional. Percebe-se que os programas se esforçam por divulgar ações comunitárias de solidariedade ao meio ambiente. Por outro lado, mantém silêncios sobre questionamentos integrativos da crise ambiental e da sociedade. Pouco se diferenciam do discurso geral da mídia e da publicidade, concentrando-se em uma postura tanto reducionista quanto conservacionista do Meio Ambiente. Entende-se que a TV como instrumento para uma Educação Ambiental não pode ser vista como uma transmissora neutra de conteúdos. De outro modo, como meio institucionalizado no qual precisa-se decifrar linguagem e postura como contribuição formativa crítica para a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Mídia, Educação Ambiental e Recurso Audiovisual.

ABSTRACT

This research was made using the pressupposition that in Brazil Television is the great responsible to divulge debates and terms related to Environment and Environment Education. The objective is to question the relationship between form and contents in communicative and formative challenge to that TV programs of Environment Education in this Country. In the begning was done a literacy review of authors who have contributed to relate them such as: Environment, Media, Environment Education and Audiovisual Resource. In the following was made qualitative research of contents analisys and comparative analisys of two TV programs called, “Globo Ecologia” and “Repórter Eco”. In a critical view of reading that aims to relate: way, language and Institutional analisys. These TV programs are able to divulge community work to Environment . In the other hand, keep silence about integrative questions between Environment and society. Making a little diference of the general contents Media and advertising, taking so a conservative and reduced attitude to Environment. We note that TV as an instrument to Environment Education may not been seen as a neuter broadcast of contents. In another way must be seen as institution that has it’s language and attitude, that must be read as a conttribution to critical Environment Education.

Key-Words: Environment, Media, Environment Education and Audiovisual Resource.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da pesquisa qualitativa.....	26
Quadro 2 – Algumas definições de Análise de Conteúdo.....	28
Quadro 3 – Tendências globais dos recursos naturais e do meio ambiente.....	37
Quadro 4 – Edições dos programas analisados – série caatinga.....	74
Quadro 5 – Critérios de avaliação.....	75
Quadro 6 – Edições do Globo Ecologia analisadas.....	82
Quadro 7 – Edições do Repórter Eco analisadas.....	88
Quadro 8 – Esquema de comparação.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Procedimentos e Métodos.....	24
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	30
2.1	A crise ambiental.....	31
2.2	A Educação Ambiental.....	42
2.3	Mídia e Meio Ambiente.....	51
2.4	Educação, Televisão e Meio Ambiente.....	63
3	AEDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA TELEVISÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O GLOB ECOLOGIA E O REPÓRTER ECO.....	69
3.1	Globo Ecologia x Repórter Eco.....	75
3.2	A O Globo Ecologia.....	76
3.2.1	Formato do programa.....	76
3.2.2	Mensagem.....	83
3.2.3	Linguagem.....	84
3.3	O Repórter Eco.....	86
3.3.1	Formato do programa.....	86
3.3.2	Mensagem.....	90
3.3.3	Linguagem.....	91
3.3.4	A Comparação entre os dois programas.....	92
4	CONCLUSÃO.....	97
	REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

Um trecho extraído da Carta da Terra¹, um documento assumido pela Unesco², que representa a nova consciência ecológica da humanidade, sintetizando valores, princípios e aspirações que formam um verdadeiro código de ética planetário, coloca-nos frente a seguinte reflexão: “Estamos diante de um momento crítico na história da terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro (...) a formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.” O texto não trata de um mero alarmismo infundado, mas do atual estado de degradação que vive a humanidade. Ele é um convite a refletirmos sobre o nosso modelo civilizatório depredador e consumista que vem dizimando povos no mundo todo.

Esse convite tem sido aceito por diversos campos do conhecimento, desde a física com Fritjof Capra (2003), a espiritualidade com Leonardo Boff (1999). A educação também tem atuado de maneira expressiva no âmbito da questão ambiental. A Ecopedagogia já é uma constante nos PCN’S. Especificamente em Educação Popular, o assunto já tem até representação na ANPED³. De acordo com Gadotti (2000, p.110), “nos últimos anos de sua vida, em suas falas freqüentes e também em seus escritos, Paulo Freire vinha insistindo na análise das conseqüências da globalização capitalista da economia, das comunicações e da cultura, bem como do novo modelo político-conservador: o Neoliberalismo”. Modelo esse de dominação econômica, político e cultural totalitário e excludente, que pressupõe a existência de países globalizadores e globalizados.

Aparece ainda, preocupado com uma questão específica: De que tipo de educação necessitariam os homens e mulheres do século XXI, para viver neste mundo tão complexo de globalização capitalista da economia, das comunicações e da cultura? Para Gadotti (2000, p.107), Paulo Freire teria respondido tal questionamento em seus últimos livros publicados no Brasil⁴ a partir da leitura e da percepção particulares dessas obras recentes, que eles e elas necessitam de uma educação para a diversidade fundada numa ética e numa cultura da diversidade.

¹ Documento assumido em março de 2000 pela Unesco, com princípios éticos fundamentais e diretrizes de condutas para orientar pessoas, organizações e países para a sustentabilidade. Disponível em www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.doc, acesso em 02/ 10/ 2006

² Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura.

³ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Em relação à Educação Ambiental o tema é representado pelo Grupo de Trabalho 22 (GT-22) e pode ser acessado pelo endereço <http://siaiweb03.univali.br/geea/22/>

⁴ A educação na cidade (1991), Pedagogia da esperança (1992), Política e educação (1993), Professora sim, tia não (1993), Cartas a Cristina (1994) e A sombra desta mangueira (1995).

Alia-se a estas preocupações culturais a questão ambiental, principalmente em seu último livro *À sombra desta mangueira*, onde se disserta sobre a relação íntima e subjetiva do homem/mulher para com a natureza. Em sua abordagem torna-se claro a crítica contundente e radical ao Neoliberalismo como modelo político-econômico, e desta crítica em conjunto com as considerações sobre uma Pedagogia que se leva em conta à diversidade cultural, pode-se entender Paulo Freire como um precursor de uma Ecopedagogia, ou uma Pedagogia intimamente ligada à superação da posição conservadora de mera preservação natural para uma ética planetária integrada, baseada em uma cidadania ambiental planetária e na noção que da terra depende o nosso futuro comum.

“Quando falo em minha Terra não me refiro apenas às belezas do Rio, da Bahia de Guanabara, do Cristo Redentor, das quedas d’água (...) Refiro-me também à fome de milhões, à miséria aviltante, às crianças assassinadas, à desordem estabelecida, ao engodo, ao autoritarismo sempre presente, à violência que se multiplica. Da guerra de classes em todo o país, talvez demasiado contundente no Rio. Guerra de classes que oculta e confunde uma luta de classes que se frustrou. Isso tudo é minha Terra também. E diante de nada disto posso cruzar os braços, indiferente. A Terra de meu sonho é a minha Terra livre desses horrores.” (FREIRE, 1995, p.35-36)

A construção dessa nova ética planetária, no entanto esbarra em um outro grande complicador: a mídia. No mundo em que vivemos é impossível desprezar os impactos crescentes causados pelos grandes conglomerados da indústria da informação e do entretenimento, que detêm o controle sobre a maior parte dos conteúdos veiculados ao redor do mundo pelas televisões, rádios, jornais, revistas e Internet, influenciando hábitos, comportamentos e padrões de consumo.

O papel exercido pela mídia cresce cada vez mais em importância, nos dias atuais, dentro da vida social. O que contribui para condicionar os padrões de uma nova sociabilidade, onde a linguagem desempenha um papel central nas relações humanas, em detrimento do trabalho como valor norteador da ética moderna. Como nos fala Fisher (2000, p. 21), “um dos espaços da cultura em que se torna mais visível o processo de construção social de identidades talvez seja o da mídia, e particularmente, o da publicidade”. Na busca pela constituição de uma nova ética planetária, a questão ambiental surge como ponto determinante da identidade. A Educação aparece, portanto, como o lugar de convergência dessa discussão.

A Educação Ambiental, ainda que seja recomendada em conferências nacionais e internacionais tanto da área ambiental quanto da educacional, prescrita pela constituição e

defendida como prioridade de governos em distintos âmbitos, não se concretiza enquanto prática nas escolas. Segundo Ruscheinsky, “iniciativas tímidas de Educação Ambiental são identificadas nas escolas e na comunidade, porém a repercussão e abrangência são irrisórias frente à demanda”. (RUSCHEINSKY, 2002, p.157).

Em paralelo às iniciativas de Educação Formal via currículo escolar, iniciativas de Educação Informal vão ganhando corpo. Textos propagando mensagens de atenção ao meio ambiente, no que se refere à proteção, preservação, conservação e recuperação ambiental são cada vez mais presentes em reportagens, propagandas, letras de músicas, embalagens de produtos industrializados, histórias em quadrinhos e tantos outros “portadores de textos”. Energia, alimentos, trabalho e desenvolvimento sustentável permeiam mensagens implícitas ou explícitas em variados recursos utilizados pelos meios de comunicação.

Formando-se um caleidoscópio de mensagens fragmentadas superficiais, cria-se então, um sistema de signos sem significação, um simulacro que se torna intermédio da relação do homem com o mundo.

“É a caverna de Platão sem o exterior, só com as sombras. Produz-se assim um novo ceticismo cognitivo e um solipcismo social, onde as pessoas simulam se comunicar, amar, passear, viver a natureza, esta mesma transformada numa fantasmagoria, tanto mais real quanto mais fictícia. Deste modo o discurso midiático hegemônico reproduz uma percepção de natureza virtual, onde a idéia de natureza e natural é uma função da engenharia simbólica e imaginária, destinada à indução de um consumismo tão estéril quanto depredador dos ‘bens naturais’.” (ZAIDAN, 1998, p.25-26).

De modo geral, no discurso midiático se vincula a degradação da natureza a ação de indivíduos, e se pressupõe a mera ação individual como expressão de uma cidadania planetária. A televisão pede repetidamente a seus telespectadores para não jogar lixo no chão e economizar água e luz doméstica, ao mesmo tempo incentiva padrões de consumo incompatíveis com a sustentabilidade da terra e com a renda da grande maioria da população brasileira. Expressa-se uma separação entre a questão ambiental e a organização político-econômica do país e do mundo, e a forma como está subordinada em grande parte a educação brasileira como um treinamento para a competição no mundo do trabalho, para o consumo degradante dos recursos naturais.

Um exemplo disso é o conceito de sustentabilidade, que desde a década de 1990, vem sendo visto como condição essencial para o desenvolvimento sócio-econômico. As interpretações em torno dele, no entanto, variam a tal ponto que se cria o “mito” da sustentabilidade, tendendo a banalização. O conceito tem sido tão explorado que, em alguns

países “desenvolvidos”, a simples utilização do papel reciclado é louvada pelos fabricantes como estímulo ao sustentável. Proteção, preservação, conservação, recuperação ambiental têm sido defendidas como forma de amenizar danos ou desequilíbrios provocados no meio ambiente. Esta vertente “preocupa-se com o meio ambiente, para que não sofra excessiva desfiguração, visando à qualidade de vida, à preservação das espécies em extinção e à permanente renovação do equilíbrio dinâmico, urdido em milhões e milhões de anos de evolução. Ela vê, entretanto a natureza fora do ser humano e da sociedade. Procura tecnologias novas, menos poluentes, privilegiando soluções técnicas.” (BOFF, 2000, p.26).

Nessa visão, a globalização, como fenômeno, tornou-se irreversível, determinando cada vez mais, nossa vida. As decisões sobre o que acontece no dia-a-dia parecem escapar-nos, por serem tomadas muito distante de nós, comprometendo nosso papel de sujeitos da história. Dessa forma “o tipo de desenvolvimento sustentado na delapidação dos recursos materiais está beneficiando cada vez mais menos pessoas.” (GADOTTI, 2000, p.242)

A Educação Ambiental, também chamada de Ecoeducação, vai muito além desse conservacionismo; “Não quer apenas o meio ambiente. Quer o ambiente inteiro. Insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza como partes diferenciadas dela. Preocupa-se não apenas com o embelezamento da cidade, com melhores avenidas, com praças ou praias mais atrativas, mas também prioriza o saneamento básico, uma boa rede escolar e um serviço de saúde decente.” (BOFF, 2000, p.27). Trata-se portanto, de uma opção de vida que começa por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo.

Alguns fatores são apontados como causas diretas para a disseminação dessas duas visões – uma superficial, sem capacidade transformadora, e outra mais conseqüente, com capacidade de reformar mentalidades e instituições – sobre meio ambiente. De acordo com Samyra Crespo (2003), após traçar um perfil do brasileiro ambientalista ou simpatizante, um dado a ser considerado com atenção na construção desse perfil é que 90% da população brasileira se informa sobre meio ambiente através da televisão. Segundo suas pesquisas, durante toda a década de 90 permaneceu a mesma tendência: menos de 40% dos brasileiros lêem jornais regularmente, somente 15% dizem fazê-lo diariamente. Outro dado significativo é que nesse universo predomina uma visão “natural” e “edênica” (paradisíaca, de Éden) do meio ambiente. Independente da classe social, da escolaridade, da cor, do sexo e da religião, os brasileiros consideram o meio ambiente como sinônimo de fauna e de flora. Ser ambientalista nessa visão portanto, é defender a “natureza”.

Segundo a pesquisadora, com relação ao consumo, 31% afirmam evitar produtos que venham embalados em isopor ou plástico, 81% declaram se sentir mais motivados a comprar quando lêem que o produto foi produzido de maneira correta, do ponto de vista ambiental e 73% se o produto é orgânico (cultivado sem insumos químicos). Mais da metade da população não sabe o que são transgênicos (organismos geneticamente modificados) e mesmo assim, mais de 70% consideram que eles trazem riscos a saúde e portanto acham melhor não consumi-los. Entre os diversos fatores colocados acima, que ajudam a caracterizar a nossa “consciência ambiental”, o principal é o fato de que o enfrentamento de problemas ambientais não é prioridade para os brasileiros, e sim para parte das elites informadas, modernas e modernizantes, antenadas com as tendências de pensamento e comportamento globais, pois para a nossa população, problemas como desemprego, violência, carências de saúde e educação são prioridades.

Vários são os estudos, nacionais e internacionais, que vêm fortalecer a pesquisa de Samyra Crespo, todos eles procuram investigar a forma mais freqüente que as pessoas procuram para se informar sobre o meio ambiente e apontam para a mídia, sobretudo a televisiva, como o meio mais comum de obterem tais informações. podemos destacar dois estudos internacionais apresentados por Máximo –Esteves em 1998 e citado por Guido (2005); neles investigam-se que representações professores e alunos têm de ambiente.

O primeiro estudo, realizado com 21.090 alunos de idades entre 10 e 18 anos da Comunidade Européia, buscou identificar as atitudes que esses jovens têm sobre o ambiente, problemas ambientais mais significativos no âmbito global e nacional e sobre fontes de informação. O segundo estudo foi realizado com professores e educadores de infância, em novembro de 1993, com 100 professores de Portugal que responderam as mesmas perguntas do primeiro estudo.

Esses dois estudos mostraram que a concepção de ambiente está relacionada apenas à visão das ciências da natureza deixando de lado uma visão mais ligada aos problemas sociais, sendo a poluição o problema mais preocupante, tanto global como nacionalmente. Além desse problema mais significativo, uma pequena porcentagem se refere aos problemas de natureza social, como a pobreza, o aumento populacional ou problemas de saúde pública. Os dois estudos revelaram ainda que tanto alunos como professores são unânimes ao referirem os meios de comunicação social como a principal fonte de informação sobre temas ligados a problemas ambientais. De acordo com os dados desses estudos, apresentados por Guido (2005) em sua tese, “38% dos alunos apontaram a televisão e o rádio como as principais fontes de informação sobre as questões ambientais; 34% sugeriram que

esse papel cabe à escola, 18% apontaram os amigos e família e 10% viam os jornais e revistas como essas fontes”. (GUIDO, 2005, p.11)

Após esses estudos, outros foram realizados e Ramos (1996, p.31) relata uma importante pesquisa realizada com 336 moradores da cidade de Ithaca, no Estado de Nova York, também na década de oitenta pelos pesquisadores norte-americanos Ostman e Parker. O objetivo era investigar qual tipo de mídia o público procura como fonte de informação ambiental e qual a avaliação da qualidade dessas informações. Para tanto foram determinados seis meios de comunicação de massa: jornais, televisão, revistas, rádio, livros e panfletos. O estudo revelou que os jornais e a televisão são os meios utilizados de forma mais freqüente como fonte de informação ambiental, no entanto os indivíduos com maior grau de escolaridade tendem a confiar menos na televisão como fonte de informação científica sobre meio ambiente, preferindo a mídia impressa como jornais e revistas especializadas. A maior parte da amostra portanto, traz como pontos negativos da mídia a falta de imparcialidade, a inclinação política, o sensacionalismo e a tendência a solucionar assuntos visando aumentar a audiência; e uma minoria, considerou que a mídia diz a verdade nas mensagens ambientais.

Além da ampla pesquisa citada anteriormente, feita pela pesquisadora do ISER – Instituto de estudos da religião, Samyra Crespo, no Brasil algumas pesquisas vêm mostrando que professores e alunos também utilizam os meios de comunicação com mais freqüência para obter informações ambientais. Como é o caso da pesquisa de Bortolozzi (1999) a qual revela que boa parte das informações que os professores de escola pública recebem sobre o meio ambiente vem da mídia, principalmente da televisão, Guido (2000) demonstra a influência dos meios de comunicação social na representação de ambiente em alunos do ensino fundamental a partir de sua pesquisa. Com o propósito de verificar quais as palavras e as expressões mais utilizadas para descrever o ambiente, problemas ambientais enfrentados no bairro onde moram e fontes de informação acerca do ambiente, ela aplicou um questionário a 74 alunos da escola estadual Segismundo Pereira no município de Uberlândia - MG, dos quais 41 alunos são da 5ª série, e 33 alunos de uma 6ª série. As respostas foram analisadas e categorizadas. As figuras abaixo mostram o resultado da pesquisa.

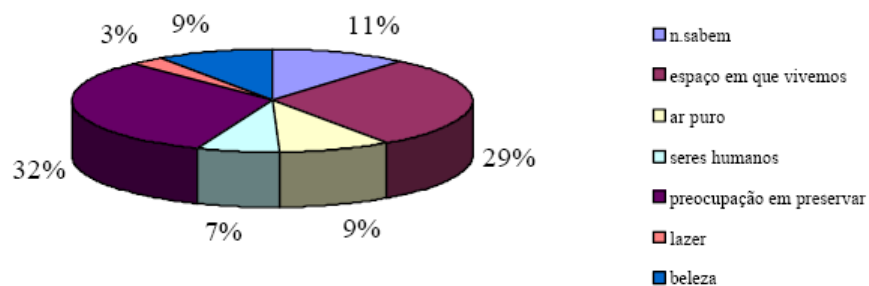


FIGURA 1 - Palavras e expressões utilizadas para descrever o ambiente - alunos do ensino fundamental (5ª série).

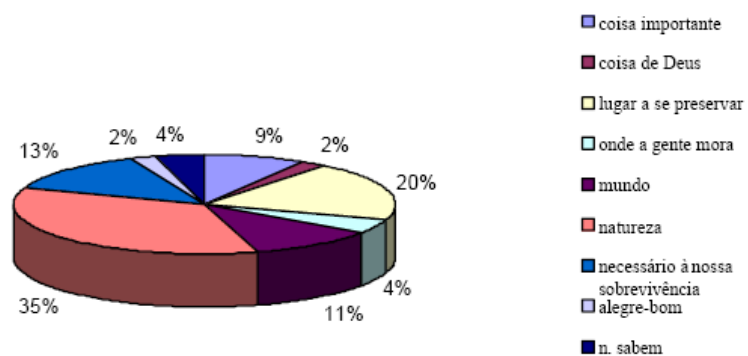


FIGURA 2 - Palavras e expressões utilizadas para descrever o ambiente - alunos do ensino fundamental (6ª série).

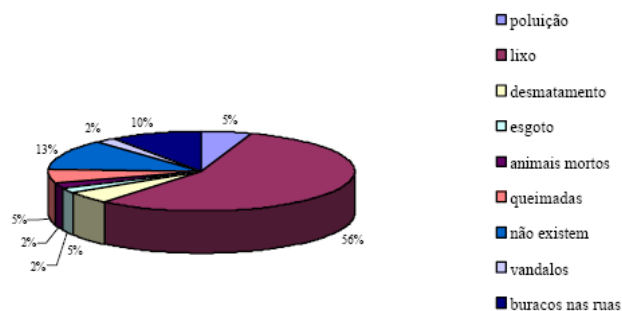


FIGURA 3 - Problemas ambientais do bairro - alunos do ensino fundamental (5ª série).

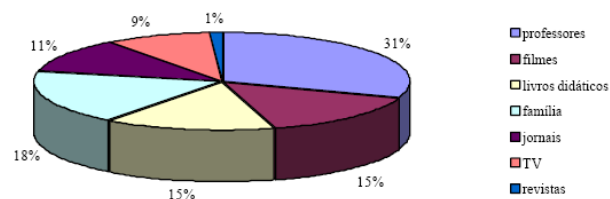
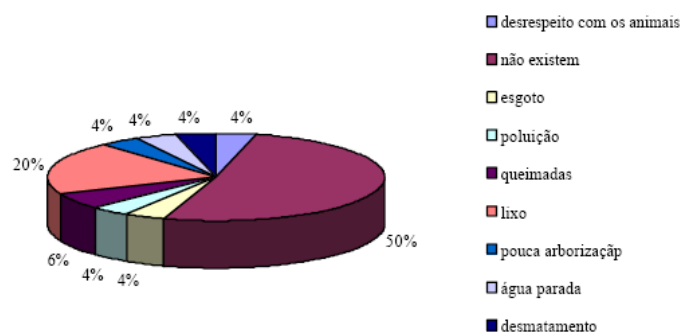
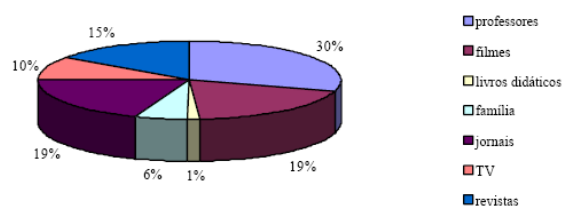


FIGURA 5 - Fonte de informações sobre o ambiente -alunos do ensino fundamen



série).

FIGURA 6 - Fonte de informações sobre o ambiente -alunos do ensino fundamental (6ª série).

É importante ressaltar também o estudo de Carneiro; Tomazelli (2001) no qual as autoras realizam uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva do programa repórter eco, onde são analisadas 30 edições do mesmo no período de 1992-1999, visando construir um perfil da produção dos programas, identificando a permanência de assuntos, avaliando suas prioridades e interesses na estrutura jornalística e fontes de informação. A partir das categorias de análises delimitadas por elas o estudo chegou as seguintes conclusões:

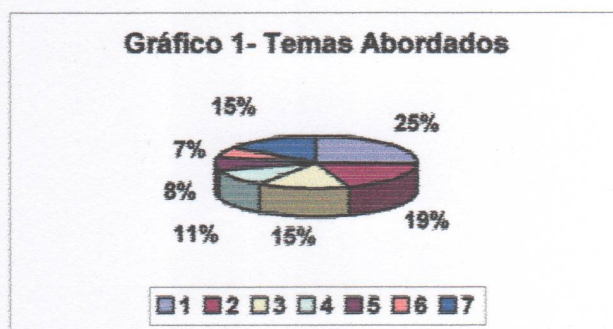


Gráfico 1- Temas abordados
 Legenda: 1- conservação da fauna, flora e cultura indígena, 2- arte ecológica, 3- Projetos em escolas, 4- ecoturismo, 5- novas tecnologias, 6- reciclagem, 7- outros (arquitetura, terapias alternativas, agricultura orgânica, energias alternativas).

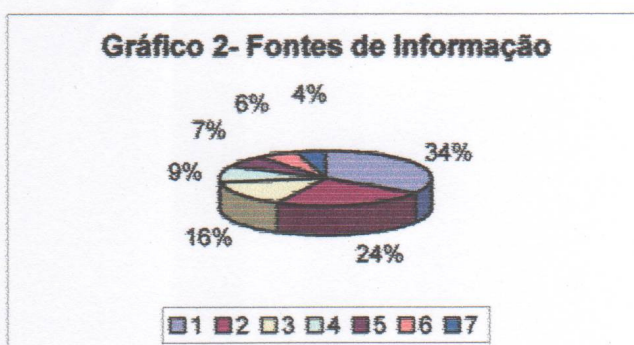


Gráfico 2- Fontes de informação
 Legenda: 1- profissionais liberais 2- universidades 3- governo brasileiro 4- ONGs; 5- fontes internacionais, 6- empresas, 7- Outros (movimentos sociais; personalidades brasileiras; políticos).

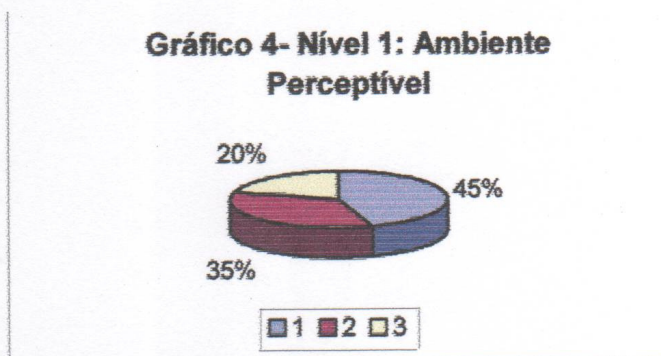


Gráfico 4- Nível 1: O ambiente em que vivemos, perceptível
 Legenda: 1:Recuperação ambiental; 2 Conservação Ambiental; 3:Degradação Ambiental.

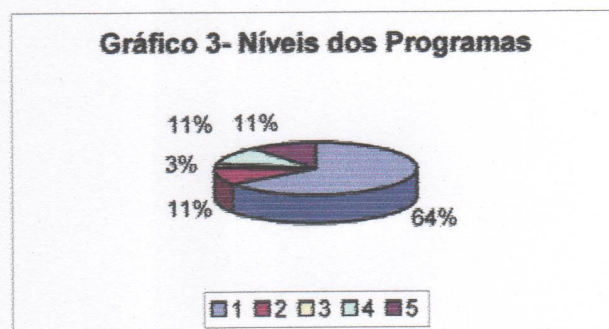


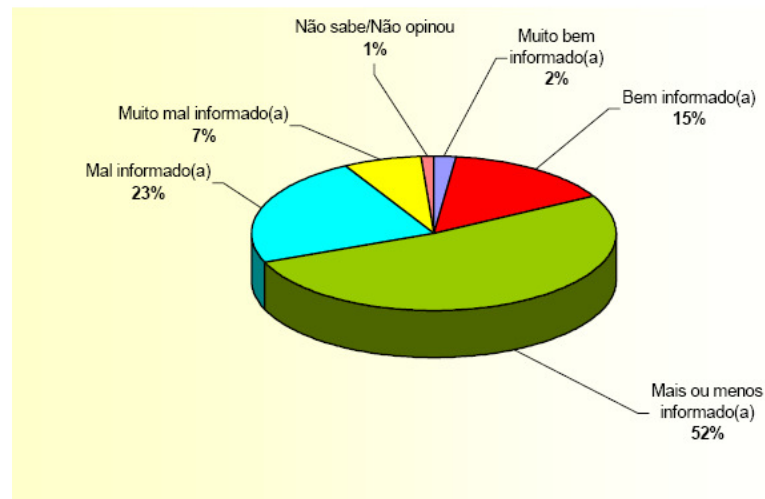
Gráfico 3- Níveis de aprofundamento nas questões ambientais
 Legenda: 1- O ambiente em que vivemos, perceptível; 2- o ambiente em que vivemos, perceptível, mas ampliado; 3- consequências globais para o ambiente em que vivemos; 4- esgotamento dos recursos locais e globais; 5- : Desequilíbrio das condições de vida e riscos ambientais para a espécie humana.

Outra pesquisa que aborda programas ecológicos foi feita por Andrade em 2003, visando analisar os programas Amarel Neto, no ar entre 1969 e 1984, e, o globo Ecologia. Para realização da pesquisa o autor observou quatro filmes, dois de cada programa o que resultou na verificação de estratégias na comunicação denominadas de “quebra-cabeça-eletrônico”, formado por estilos e linguagens diferenciados que resultaram num espetáculo ecológico. Ainda no âmbito nacional é extremamente significativo o material produzido pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, que se propunha a fazer uma leitura crítica das matérias produzidos e utilizados para Educação Ambiental. Nesta pesquisa cerca de trezentas escolas públicas e particulares que fazem parte do Projeto Estação na Escola (do jornal O Estado de São Paulo) indicaram como material audiovisual de apoio para o professor os programas Repórter Eco e Globo Ecologia. Todos estes estudos procuram investigar a forma mais

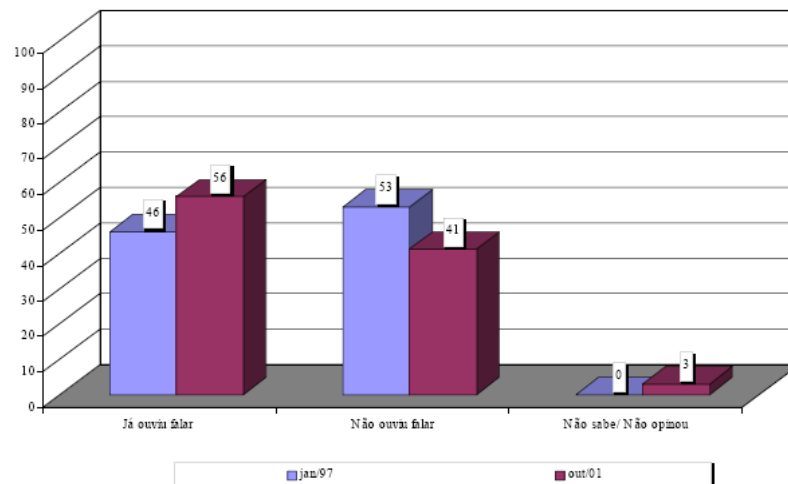
freqüente que as pessoas procuram para se informar sobre o meio ambiente e apontam para a mídia, sobretudo a televisiva, como o meio mais comum de obterem tais informações.

Nesse sentido é que podemos concordar sem medo com a minuciosa pesquisa, já citada, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), coordenada por Samyra Crespo em 2001, que ao traçar o perfil do que o brasileiro pensa do meio ambiente chegou as seguintes conclusões:

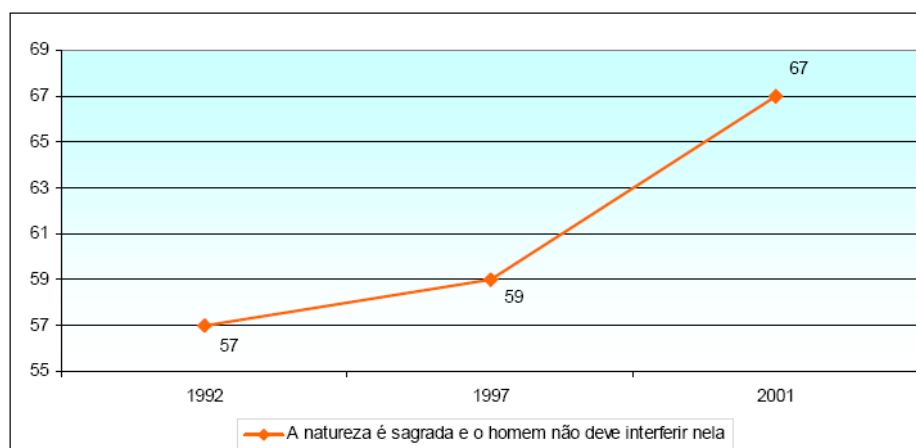
Nível de informação sobre meio ambiente e ecologia



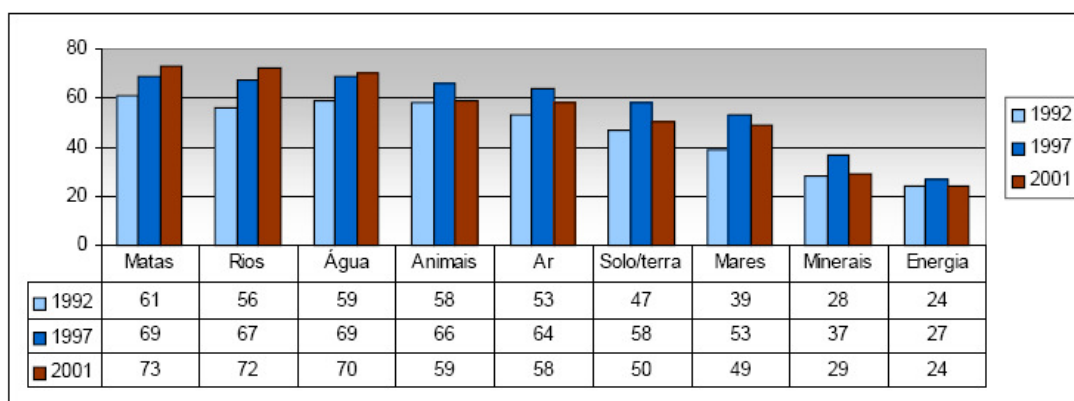
Conhecimento sobre o efeito estufa



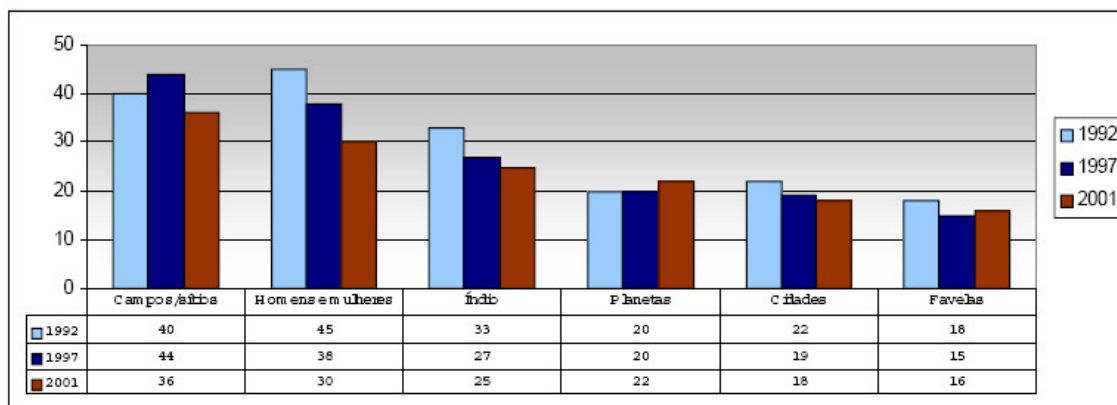
Opinião sobre a relação homem/natureza



Elementos naturais



Elementos considerados não-naturais



Diante do exposto é possível afirmar que os meios de comunicação promovem a mediação da realidade junto à população de um modo geral. Em especial, entre as camadas populares, carentes de acesso à informação e ao conhecimento. O discurso hegemônico da mídia reproduz a ideologia dominante em nossa sociedade, às explicações referentes ao poder e as políticas públicas, tornam-se justificativas para o interesse do Estado e do mercado. No entanto, dialeticamente a imprensa privada comercial aberta, precisa manter a credibilidade junto ao público consumidor, assim como, a imprensa pública e uma parte educacional da imprensa privada, se mostra hábil na divulgação de matérias críticas e contestatórias; a recepção destas formas diferentes de comunicação abre espaço para uma formação crítica e cidadã própria da educação popular e da necessidade de entendimento das questões ambientais no mundo contemporâneo.

Podemos elencar exemplos de programas que vão além da mera produção da ideologia dominante, como é o caso nitidamente de alguns programas ambientais e educativos da rede pública e privada de televisão (Repórter Eco, Globo Ecologia), no entanto estes programas não são capazes de superar o conflito latente provocado pela grade de intervalos e sua carga indiscriminada de pressões provocadas pelo excesso de hábitos de consumo artificialmente produzidos pela publicidade. Dada a atual conjuntura político-econômica marcada pelo aumento de influência dos grandes grupos econômicos, seria esperar demais do Estado brasileiro algumas mudanças significativas nas diretrizes da regulação publicitária em nosso país. A grade de programação das redes de televisão em horário nobre não contemplam necessariamente a Educação Ambiental. Estes programas têm o desafio de prender a atenção dos telespectadores já cansados de informações e a procura de entretenimento leve e sem questionamentos e comprometimentos pessoais.

De acordo com os dados expostos acima, fica caracterizada a influência da mídia, sobretudo dos meios televisivos, na formação do pensamento ambiental da população brasileira. Essa consciência ambiental teve seu aprofundamento, sem dúvida, após a Rio-92, Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente realizada no Brasil em 1992. Depois dela, alguns termos passaram a integrar o nosso vocabulário com mais frequência (efeito estufa, biodiversidade, buraco da camada de ozônio, desmatamento). No entanto existe ainda uma lacuna sobre como essas informações podem acrescentar a construção de uma televisão que contribua para a formação de uma cidadania efetiva, sendo produzidas dentro principalmente, de uma televisão que se define pela grade publicitária muito mais que pela grade de programação, com suas mensagens e signos fragmentadas e superficiais.

1.1 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

De acordo com Orozco (2000), a televisão vem ocupando um espaço significativo no cotidiano das sociedades contemporâneas, estabelecendo uma relação de interação com os telespectadores que é mediada por múltiplos fatores. Esses fatores envolvem a existência da TV em três dimensões: meio, linguagem e instituição social. Essa relação revela alguns desafios no campo da educação e da comunicação, um deles, se refere ao tipo de conhecimento necessário para interagir com a TV de forma produtiva, livre e crítica, tendo em vista que nessa relação espectador/ TV, muitas coisas ficam implícitas, existem muitos silêncios.

A televisão mostra e esconde de acordo com um projeto político ou econômico, dentro de um contexto sócio-cultural determinado. Uma tentativa de superar esses silêncios e tornar evidente o que não é evidente, segundo Orozco (2000), seria através do que ele chamou de Pedagogia da televidência, ou seja, uma pedagogia que oriente o desenvolvimento cognitivo do telespectador. Nesse sentido, Martin-Barbero(2000), chama a atenção do papel que a escola deve ter nesse processo, pois para ele, nas sociedades contemporâneas, a escola deverá ser capaz de ensinar a ler livros não só como ponto de chegada mas também de partida para outra alfabetização, a dos meios de comunicação. O cidadão formado pela escola, nessa visão, deverá saber não só ler livros, mas também noticiários, programas televisivos e hipertextos informáticos.

Nessa perspectiva, a relação espectador/ TV inclui um conhecimento progressivo da TV e do processo comunicativo geral, que prevê a interação dos telespectadores com diferentes aspectos técnicos, lingüísticos, institucionais, formais e de conteúdo do meio televisão. Inclui ainda a certeza de que o entendimento desses aspectos não se realiza por si mesmo, mas sempre em relação a cada um dos telespectadores, sujeitos cognoscentes, ativo, mental, física e emocionalmente, situado numa cultura, num contexto específico e num estágio de desenvolvimento social. Transpondo essa discussão para a problemática ambiental e a veiculação dela pelos meios de comunicação, especificamente a televisão, foi possível formular a seguinte questão, responsável por nortear todo nosso estudo: como se dá a relação entre forma e conteúdo no desafio comunicativo e formativo dos programas ecológicos/ educativos da televisão no Brasil?

Partindo do pressuposto de que apesar dos programas ambientais de televisão se apresentarem como veiculadores de valores relacionados à ética ambiental, eles permanecem como reprodutores dos valores do mercado e dos hábitos de consumo artificialmente

produzidos; sabendo ainda que a televisão necessita de uma edição dinâmica e de imagens estetizadas para manter sua audiência entre a grade de intervalos comerciais, mesmo em programas educativos; desenvolvemos a pesquisa com os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação dialética entre a divulgação dos interesses mercadológicos e à formação de uma consciência ambiental crítica através de programas televisivos, procurando mostrar os diversos aspectos técnicos, lingüísticos, institucionais, formais e de conteúdo, da linguagem audiovisual ao transmitirem essas mensagens.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Realizar uma revisão bibliográfica a cerca dos temas envolvidos na pesquisa: educação, mídia, meio ambiente e recursos audiovisuais;
- Analisar a televisão como educadora ambiental através da comparação de dois programas de emissoras diferentes. O Repórter Eco da TV Cultura (emissora pública) e o Globo Ecologia da Rede Globo (emissora comercial privada);
- Compreender como na busca por audiência estes programas lidam com o conflito de equilibrar forma e conteúdo na avaliação de sua mensagem e de sua capacidade comunicativa como resultantes finais desse processo;
- Evidenciar as contradições implícitas no discurso desses programas, no que se refere a relação homem/natureza.

Como forma de melhor atingirmos nosso objetivo foi feita à opção pelo método qualitativo de caráter bibliográfico e documental. Essa investigação lida com interpretações das realidades sociais, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e sendo por isso, empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna, o objeto estudado é portanto, contraditório, inacabado e em permanente transformação. Como

pode ser observado na mídia. De acordo com Bauer e Gaskell (2002), as representações midiáticas são mais que discursos, compreendem um “amalgama complexo de texto, escrito ou falado, imagens visuais e as várias técnicas para modular e sequenciar a fala, as fotografias e a localização de ambas” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 345) que concedem aos materiais midiáticos, sobretudo aos televisivos, um nível de complexidade muito grande, tornando-os difíceis de serem analisados quantitativamente apenas.

De acordo com algumas características colocadas por, Gil (1987), Minayo (1991) e Richardson (1999) o universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação é o campo, por excelência das pesquisas qualitativas. A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizadas no contexto social do qual emergem, é condição essencial, para o seu desenvolvimento. Através dela consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo, como no caso da mídia. Essas características podem ser melhor observadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA QUALITATIVA

- Busca descrever significados que são socialmente construídos, sendo por isso, definida como subjetiva;
- É rica em contexto e enfatiza as interações, considerando a subjetividade dos sujeitos;
- Permite compreender resultados individualizados;
- Permite compreender a dinâmica interna de programas e atividades;
- Permite avaliar resultados difusos e não-específicos.

Sasson (2005), pesquisador da Universidade de Milão, salienta inclusive, que o uso do Método de Pesquisa Qualitativa começa com as origens da disciplina hoje conhecida como Pesquisa em Comunicação (Communication Research), que tem como objeto os Meios de Comunicação de Massa. Os estudos dessa disciplina proporcionaram a produção de pesquisas na década de trinta, orientadas pela Escola Sociológica de Chicago, sobre os efeitos do cinema sobre a criança e a delinquência. Após um período sem ser utilizada (entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos 70 do século passado), a abordagem qualitativa na análise da mídia voltou a despontar na década de oitenta mantendo estreita relação com a etnometodologia, a etnografia, a fenomenologia e os estudos culturais (culture studies). Essa volta implica numa re-significação do papel e poder da mídia na sociedade a longo prazo.

Suas implicações de natureza cognitiva, a construção midiática da realidade, sua função na elaboração e circulação social das estratégias discursivas, demonstram o modo implícito como esse poder tende a se afirmar e apontam a dificuldade do tema ser analisado apenas por métodos puramente quantitativos. Dessa forma, é possível afirmar que

enquanto o paradigma dominante na fase precedente estava voltado para verificar os efeitos de campanhas informativas, políticas ou sociais no breve prazo, os novos pontos de vista evidenciam que para avaliar de verdade em que consiste a ação da mídia é necessário mudar a atenção para um plano temporal decididamente mais amplo: o que importa são os efeitos cumulativos que os meios são capazes de exercitar em longo prazo. E estes gêneros de efeitos, menos suscetível a avaliações e conotados por dinâmicas complexas, recíprocas ou em cadeia, pode ser colhido de forma melhor com a utilização de procedimentos de pesquisas qualitativas (MELUCCI, 2005, p. 191)

Essa análise mais profunda, que requer um tempo mais extenso é imprescindível para inferência de como os meios influem no desenvolvimento cognitivo, contribuindo para formar os sistemas e os processos sociais de conhecimento. Nesse sentido, é importante lembrar que, a mídia oferece não só conteúdos e significados, mas também elementos, categorias e esquemas que terminam fazendo parte dos sistemas de elaboração mental e cultural do sentido. Essa é mais uma questão, que por sua delicadeza, não poderia ser apenas medida por procedimentos quantitativos, sendo mais uma vez confiada aos estudos qualitativos.

No que diz respeito a procedimentos metodológicos Richardson (1999, p.82) enfatiza que as pesquisas bibliográficas/ documentais exploram a análise de conteúdo e a análise histórica. Tendo em vista que a análise de conteúdo tem como finalidade permitir a descrição objetiva e sistemática de um conteúdo manifesto de uma comunicação, utilizando como material de estudo qualquer forma de comunicação, seja ela jornal, livros, periódicos ou programas televisivos, músicas e pinturas, além de prestar-se para realizar estudos de caráter comparativo entre os meios de comunicação, ela foi escolhida como metodologia dessa pesquisa.

Para Bauer (2002) a análise de conteúdo é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada, permitindo reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos. A fonte analisada oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ela contém, o objetivo da análise de conteúdo seria então, “tentar traçar um meio caminho entre a leitura singular verídica e o ‘vale tudo’, sendo em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos

de análise textual para fins de pesquisa social.” As definições da tabela abaixo enfatizam algumas de suas características.

Quadro 2 - ALGUMAS DEFINIÇÕES DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

- A semântica estatística do discurso político;
- A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação;
- Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens;
- Processamento da informação em que o conteúdo da comunicação é transformado, através da aplicação objetiva e sistemática de regras de categorização;
- Uma técnica de pesquisa para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto;
- Uma metodologia de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem.

Fonte: Bauer e Gaskell, 2002, p. 192

A análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com textos escritos, no entanto como já dissemos, ela aborda o conteúdo manifesto de uma comunicação e nesse sentido o processo comunicativo acontece por diversos meios. Para efeito de análise nossa pesquisa foi situada em dois programas de televisão chamados Repórter Eco (da TV Cultura) e Globo Ecologia (da Rede Globo). A escolha desses programas deve-se ao fato de que os dois seguem o mesmo padrão e formato. Ambos são concebidos como uma revista eletrônica ou telerevista, com conteúdos próprios da Educação Ambiental. Diferente de outros programas das duas emissoras, como Tribos e Trilhas, H2O, Planeta Terra (da TV Cultura) ou Globo Rural, Globo Repórter (da TV Globo), que abordam a temática ambiental sob o viés do entretenimento com o objetivo de apenas informar, os programas escolhidos têm como compromisso a educação.

Os programas foram assistidos durante dois meses, o que compreende oito episódios de cada um, entre os meses de outubro, novembro e dezembro do ano de 2006. No entanto esta análise se deterá nos programas de dezembro, toda a análise se refere ao conteúdo dos programas do dia 10/12/2006 às 17:00h, do Repórter Eco e do dia 03/12/2006 às 7:00h do

Globo Ecologia. Eventualmente são feitas alusões aos programas anteriores no intuito de enfatizar ou elucidar alguma questão.

Em relação à análise dos dados coletados através da análise de conteúdo dos dois programas citados, estes serão posteriormente comparados. A técnica de comparação visa ressaltar as diferenças e similaridades entre indivíduos, classes, fenômenos ou fatos. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 103), os passos para realizar um estudo comparativo são:

1. inicie o recolhimento dos dados;
2. procure situações-chave, acontecimentos recorrentes ou atividades com base nos dados que constituam categorias a estudar;
3. recolha dados que proporcionem muitos incidentes das categorias em estudo, procurando a diversidade das dimensões subjacentes às categorias;
4. escreva sobre as categorias que está explorando, tentando descrever e justificar todos os incidentes que possui nos seus dados enquanto procura, incessantemente, novos incidentes;
5. trabalhe com os dados e com o modelo emergente para descobrir processos sociais e relações básicas;
6. ocupe-se da amostragem, codificação e escrita, à medida que a análise se concentra nas categorias principais.

A técnica de comparação apesar de seu caráter analítico e quantitativo, quando aliada à análise de conteúdo permite uma melhor compreensão dos fenômenos ou fatos estudados e no caso específico dessa pesquisa, contribui para compreensão das variáveis advindas da questão ambiental e da televisão e sua influência no processo de formação de uma educação ambiental no Brasil.

Como vimos esse trabalho aborda a relação entre educação-mídia-meio ambiente e a sua inter-relação com a linguagem audiovisual. Para melhor apresentação da pesquisa ela encontra-se organizada em quatro capítulos. No segundo capítulo discutiremos a crise ambiental a partir das contribuições de obras e autores que de forma pioneira trataram o tema de maneira integrada e integradora da sociedade para com o meio ambiente. O terceiro capítulo, será formado por uma análise prática e comparativa das mensagens ambientais expressas nos dois programas educativos (Repórter Eco e Globo Ecologia) e de sua capacidade comunicativa e informativa. Analisaremos ainda, nesta perspectiva integrada de meio ambiente, como este tema vem sendo tratado pelos meios de comunicação, especificamente a televisão, e suas possibilidades instrumentais fundamentais para a construção efetiva de uma educação ambiental. O quarto capítulo é dedicado às conclusões da pesquisa e por fim, faremos algumas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

À medida que nosso século se desdobra, uma série de questões vêm sendo revistas e reorganizadas; dentre elas, encontra-se o paradigma do conhecimento moderno que é apontado como principal fator da crise em que se encontra o pensamento da civilização ocidental. Essa crise denuncia os limites da racionalidade econômica dominante, alicerçada sobre um projeto epistemológico positivista, unificador do conhecimento e homogenizador do mundo, que forjou ao longo dos séculos a concepção de natureza-objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem. Como consequência dessa visão criou-se uma ética utilitarista e antropocêntrica – que considera o conjunto dos seres à disposição do ser humano – que conduziu-nos a um modelo de desenvolvimento insustentável e excludente, cujo nosso sentido de viver preponderante, a nossa vontade de tudo dominar está nos fazendo dominados e assujeitados aos imperativos de uma terra degradada, onde o ser mais ameaçado segundo Boff (2004) é o pobre.

Tudo isso, vem conferindo a essa crise uma outra dimensão, a ambiental. No âmbito dela está um questionamento social, ou seja, uma preocupação interdisciplinar de suas consequências gerais, a uma racionalidade instrumental fundada no aspecto econômico e aos paradigmas do conhecimento, bem como “a necessidade de construir outra racionalidade social orientada por novos valores e saberes”, a qual Leff (2001) denomina de racionalidade ambiental. Essa nova racionalidade emerge dentro do contexto contemporâneo da pós-modernidade, que é marcada pela “imprevisibilidade, pela rapidez, pela cultura televisiva e por uma linguagem imagética” (TRISTHÃO, 2004 p. 24), apresentando ainda, realidades complexas e cada vez mais difíceis de serem compreendidas de modo linear. Nesse sentido, esta mudança paradigmática sócio-ambiental propõe outro caminho para pensar a realidade: a complexidade. Esse novo paradigma proposto pelo pensamento complexo, trás em seu bojo uma característica fundamental que é a re-ligação. Ou seja, esse pensamento surge como possibilidade de ligar o que estava disjunto, como o mundo natural e social, a cultura e a natureza, sujeito e objeto, sociedade e natureza e outras disjunções presentes na cultura científica moderna.

Nesse cenário a educação surge como um processo estratégico, que comprometido com a sustentabilidade, a participação e o diálogo, se convertem em possibilidade concreta de formar os valores, as habilidades, as capacidades, enfim, de formar os cidadãos e as cidadãs

capazes de conduzir bem essa transição. A educação ambiental seria, portanto uma resposta possível a crise da racionalidade moderna. No entanto, ainda encontramos alguns entraves no caminho, ao exemplo disso podemos nos questionar sobre como impedir o reducionismo da dimensão ambiental, visto que em nosso cotidiano esbarramos com muitas mensagens sobre a natureza, através da mídia – televisiva ou impressa - que legitimam a racionalidade teórica e instrumental que controla, constrói e destrói o meio ambiente?

Cabe destacar e reafirmar aqui nosso interesse pela mídia, sobretudo a televisiva, pelo seu poder de argumentação e alcance. Nessa linha de estudo buscamos fundamentar o trabalho em vários autores que discutem a relação entre mídia, educação e meio ambiente. Dentre alguns podemos destacar aqueles que deram maior contribuição à pesquisa como Leff, Chauí, Souza Santos, Boff, Capra, Tristão e Trigueiro, dentre outros, que ao longo do texto vão emprestando suas discussões teóricas à elucidação do trinômio: meio ambiente – educação- mídia.

2.1 A CRISE AMBIENTAL

A cada dia, a questão ambiental vem ocupando maiores espaços nas reflexões de alguns pensadores contemporâneos. Michael Löwy (2001 e 2005), aparece nesse contexto discutindo o que ele chama de ecossocialismo, Gadotti (2000) nos fala de um movimento pela Ecopedagogia, Capra (2003) nos trás a necessidade de uma Alfabetização Ecológica, Boff (2004) nos revela uma Espiritualidade baseada numa Convivência Sustentável, Souza Santos (1995) vislumbra na ecologia a única utopia possível e finalmente Leff (2000) nos remete a criação de uma Racionalidade Ambiental.

Todos esses conceitos desenvolvidos pelos autores supra citados apontam para uma única direção, a dimensão ambiental integrada a dimensão social. Eles vêm reafirmar o fato de que a preocupação com o meio ambiente, nessa virada de milênio, deixou de ser preocupação específica de biólogos, geógrafos ou ambientalistas, passando a representar um problema social que atinge diferentes setores da sociedade, assumindo características de uma crise civilizacional, ou como estamos habituados a escutar, crise do pensamento moderno. De acordo com Leff (2000)

essa crise problematiza o pensamento metafísico e a racionalidade científica indo além de uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com os quais a civilização ocidental tem compreendido os seres, os entes e as coisas; a ciência e a razão tecnológica com que tem dominado a natureza, prevalecendo a concepção econômica do mundo

moderno. Para ele a relação entre crise, problemática ambiental e problemas do conhecimento é muito clara, a crise ambiental é a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento, da concepção do mundo e do domínio da natureza. (LEFF, 2000)

Tomando a dimensão ambiental como produto da crise do pensamento moderno, é possível empreendermos duras críticas ao modelo de desenvolvimento adotado por ele. A lógica instrumental clássica, onde tudo estava centrado na ciência tecnológica e impregnado de dualismos, poderia então ser a única responsabilizada pela relação dicotômica entre homem e natureza. Embora concordemos parcialmente com esse veredicto, é preciso ir além dele para entendermos o estado de degradação – da terra e do ser humano – no qual nos encontramos. Certamente uma visão mais holística nos revelará que essa crise não é apenas o resultado dos desmandos do capitalismo global e do pensamento moderno, mas é fruto de um processo de alterações sócio-ambientais que ao longo da história as diversas civilizações vêm impondo ao planeta. Por isso, compreender a crise atual passa por entender a relação que o ser humano vem tendo com o mundo natural durante o seu processo de evolução social. De acordo com Gonçalves (2005) toda sociedade, toda cultura, cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui as relações sociais. No interior destas relações sociais está embutida uma determinada concepção de natureza.

A ciência também é instituída por uma sociedade, por uma cultura e trás em si, subjacentes, os pressupostos do real imaginário desta cultura que a instituiu como relação social. Neste sentido, a tentativa de identificar possíveis relações entre visões de mundo e visões da natureza tem sido objeto de discussão de diversos autores ligados à questão ambiental. Santos, M. (1996) “vê na história da sociedade uma substituição do meio natural por um meio cada vez mais artificializado, em direção à afirmação de um meio técnico-científico-informacional”, da mesma forma Smith (1988) “embora acreditando na prioridade social da natureza, tem abordado a separação analítica entre sociedade e natureza como reflexo da lógica interna do capitalismo”, outros, embora reconhecendo essa lógica, reconstroem o caminho analítico da questão até o iluminismo e encontram nesse pensamento, ambivalências que tendem a permanecer, como as contradições entre os ideais de emancipação e auto-realização Harvey (1997) e outros, ainda, tendem a considerar as formas de tratamento da temática como, no mínimo, equivocadas, o que poderia ser minimizado por uma interpretação dialética Caseti (1999)

Como vimos, várias são as abordagens que tentam explicar a separação entre sociedade e natureza no pensamento moderno/ contemporâneo, a fim de compreendê-las

melhor, optamos por fazer uma breve revisão da evolução do conhecimento e consequentemente da visão de mundo de cada período tentando localizar e entender a relação que essas concepções proporcionaram entre o ser humano e seus semelhantes e para com a natureza. Essa análise permitirá ainda uma melhor compreensão dos termos e conceitos até agora utilizados bem como vislumbrar e entender as alternativas que se contrapõem a atual crise, simbolizado pelo pensamento complexo.

Sendo assim, estabelecemos como ponto de partida a Revolução Neolítica (12.000 anos a.C.) ou Revolução da Agricultura, por representar o primeiro momento de mudança nas relações da humanidade. É interessante notar que até esse período o homem tinha um modo de vida que estabelecia uma relação de dependência com o mundo natural, pois vivia ainda da caça, da pesca e da coleta de alimentos. Com a “descoberta” da agricultura o homem tem a primeira possibilidade de moldar os diferentes ecossistemas de acordo com as suas necessidades ao invés de adaptar-se a eles. Nesse momento podemos identificar os primórdios de uma exteriorização do homem em relação ao meio natural. Isso se evidencia com o fato de que é aí que o homem terá o domínio da flora (por meio da agricultura) e da fauna (através da domesticação de animais). Deve-se ressaltar ainda que a relação entre os próprios seres humanos também começa a mudar a partir desse momento. Com o excedente de produção sabemos vem a estratificação social e a relação de poder se alarga. O homem começa a dominar não só a natureza mais também seus pares.

No chamado mundo ocidental, a separação homem natureza, tem sido característica marcante do pensamento aí instituído e tem sua matriz filosófica ainda na Grécia e Roma clássicas. Platão e Aristóteles já demonstravam desprezo pelo que chamavam de pensamento mítico dos pré-socráticos onde “tudo está cheio de misteriosas forças vivas, a distinção entre natureza animada e inanimada não tem fundamento algum; tudo tem alma”. (GONÇALVES, 2005, p.30) Onde a *physis* compreendia a totalidade do real pois além dela nada existia que pudesse merecer investigação humana. A ela “pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses, e, sobretudo, pertencem à *physis* os próprios deuses.” (GONÇALVES, 2005, 30)

Platão e Aristóteles começam a privilegiar o homem e a idéia em detrimento da totalidade, do cosmos, da visão holística da *physis*, o pensamento anterior que falava sobre pedras e plantas é desprezado por ser considerado mítico e não filosófico, o conceito de *physis* pouco a pouco se modifica caracterizando uma natureza desumanizada/ não-humana. Esse processo é aprofundado com a visão dos cristãos que afirmam a superioridade do homem em relação à criação; sobretudo na Idade Média onde a assimilação aristotélico-platônica que

o cristianismo fará levará a cristalização da separação entre espírito e matéria (corpo e alma). Se Platão falava que só a idéia era perfeita em oposição à realidade mundana, o cristianismo operará sua própria leitura, opondo a perfeição de Deus à imperfeição do mundo material.

A visão de mundo nas regiões dominadas pela cristandade seguia os dogmas da religião (hegemonicamente católica) na qual a vida (CAPRA, 1987, p. 49) desenvolvia-se de acordo com a ordem natural, existindo uma harmonia na hierarquia das classes sociais sancionada por Deus, um ser supremo e exterior, que dos céus, vê e controla o mundo imperfeito dos mortais. Esses fundamentos da teologia cristã marcaram profundamente a idéia de domínio do homem sobre a natureza consolidada durante a Idade Média até a modernidade, como é possível perceber em Thomas (1988, p. 23 e 24), onde animais e plantas apresentam-se aos homens como “coisas” úteis ou não:

Os camelos, observou um pregador em 1696, formam sensatamente colocados na Arábia, onde não havia água, e as bestas selvagens “enviadas a desertos, onde podiam causar menos dano”.

(...) O criador fez o excremento dos cavalos ter bom cheiro porque sabia que os homens estariam sempre na vizinhança deles; Os moscões foram criados para que “os homens pudessem exercitar suas faculdades e engenho ao se protegerem contra eles.

Na Europa dos séculos XVI e XVII, verifica-se uma complexa mudança de pensamento em diferentes áreas como a arte, a política, a religião, a filosofia e a ciência, que provocou a cisão entre ordem divina e ordem humana e entre esta última e a ordem material, aprofundando o caráter antropocêntrico que consolidava o domínio da natureza pelo homem. Essa consagração do antropocentrismo se apoiava no mercantilismo que já se afirmava e tornava-se com o colonialismo senhor e possuidor de todo mundo. Durante este período enfatiza-se a importância das observações científicas serem expressas em uma linguagem matemática precisa o que demandou a necessidade da investigação da natureza ser baseada fundamentalmente na observação e nos experimentos, tradição conhecida como empirismo.

Algumas idéias que se disseminaram pelos séculos subseqüentes contribuíram para acentuar ainda mais o pensamento dos homens quanto ao seu lugar no mundo e à sua relação com a natureza. No século XVII, Galileu Galilei (1564-1642) assume importante destaque nessa revolução científica. Considerado o pai da ciência moderna, foi o primeiro a combinar experimentação científica com linguagem matemática para formular leis da natureza. Com Galileu a natureza se converte em um simples objeto de indagação científica, ciência passa a ser o instrumento de maior acuidade na revelação da realidade e a razão torna-

se a única fonte de verdades e certezas. Para Francis Bacon (1561-1626) ciência é poder, a natureza deve ser dominada e esquadrihada e a sociedade mecanicamente perfeita.

Com René Descartes (1596-1649) essa oposição homem/natureza, espírito/matéria, sujeito objeto se aprofunda e constitui-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo. Com o seu famoso Discurso do Método (1637), marcou o racionalismo moderno com o método analítico de raciocínio, que consiste em decompor pensamentos e problemas em infinitas partes e colocá-las em sequência lógica. Foi um dos grandes defensores do mecanicismo iniciado por Galileu, embora toda a síntese mecanicista, tenha sido feita por Isaac Newton (1642-1727), responsável pela formulação matemática da concepção mecanicista da natureza em um sistema completo. Para Descartes os organismos eram mecanismos vivos criados por Deus. Segundo Capra (1982, p. 56 e 57), ele considerou a natureza como:

(...)uma máquina perfeita governada por leis matemáticas exatas.
(...)estendeu sua concepção mecanicista da matéria aos organismos vivos. Plantas e animais passaram a ser considerados simples máquinas, os seres humanos eram habitados por uma alma racional que estava ligada ao corpo através da glândula pineal, no centro do cérebro. No que dizia respeito ao corpo humano, era indistinguível de uma máquina.

A fragmentação ou redução do todo em partes proposta por Descartes caracterizou aquilo que hoje é denominado de método reducionista, cartesiano ou mecanicista. O pragmatismo e o antropocentrismo advindos desse método vão figurar como elementos fundamentais de toda filosofia moderna. O pragmatismo-utilitarista vendo a natureza como um recurso e o antropocentrismo vendo o homem como senhor e possuidor da natureza.

O Iluminismo, no século XVIII, se encarregará de limpar a filosofia renascentista de seus traços religiosos medievalistas. Com ele se aprofundou e se estabeleceu de vez, o domínio de uma razão que definia a atuação da ciência e que concebia a natureza como recurso infinito a ser explorado. A Revolução Industrial é a base dessas idéias. A aliança entre a ciência e a técnica possibilitaram a mecanização da produção criando o proletariado rural e urbano. O século XIX será o triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca um significado central na vida dos homens. A divisão social e técnica do trabalho corrobora o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial. De acordo com Gonçalves (2005, p. 35) “a idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. Essa

nova civilização pautou a sua existência em um modelo de desenvolvimento que prometia o progresso e o crescimento ilimitado. Seguiu seu rumo obedecendo a lógica da maximalização dos benefícios com a minimização dos custos e do emprego do tempo, que necessitava de um intensificado processo de industrialização para tornarem mais ágeis as forças produtivas. Com isso permitia-se também uma exploração mais efetiva dos recursos que a natureza poderia fornecer através do desenvolvimento de técnicas cada vez mais “sofisticadas”.

O desejo pelo crescimento ilimitado e pela utopia de melhorar a condição humana prosseguiu guiado pelo paradigma moderno onde Descartes já pregava que nossa intervenção na natureza é para fazer-nos “maître et possesseur de la nature” (senhor e mestre da natureza) e Bacon dizia: devemos subjugar a natureza, pressiona-la para nos entregar seus segredos, amarrá-la a nosso serviço e fazê-la nossa escrava. (apud Boff, 2004, p. 23). A busca pela realização do sonho de prosperidade do ser humano tornou-o indomável,

“Os homens, e, cada vez mais as mulheres, viveram um novo sentido de liberdade; tornaram-se senhores de suas próprias vidas: as amarras feudais foram rompidas e podia-se fazer o que se quisesse, livre de qualquer entrave. Pelo menos se pensava assim. E muito embora essa fosse verdade apenas quanto às classes superior e média, sua realização podia levar outros à crença de que, efetivamente, a nova liberdade poderia-se estender-se a todos os membros da sociedade, desde que a industrialização mantivesse o seu ritmo. Socialismo e Comunismo prontamente mudaram de um movimento cujo alvo era uma nova sociedade e um novo homem para outro, cujo ideal era uma vida burguesa para todos, o burguês universal como os novos homens e mulheres do futuro. Supunha-se que a realização da riqueza e bem-estar para todos redundaria em irrestrita felicidade para todos. A trindade de uma nova religião passava a ser a produção ilimitada, liberdade absoluta e felicidade irrestrita. (FROMM, 1987, p. 23)

Segundo Erich Fromm (1987) esse progresso previa: a sujeição da natureza, a abundância material, maior felicidade para maior número de gente e liberdade individual. Tudo isso como consequência do progresso industrial que usava agora: energia mecânica e nuclear, o computador em detrimento da mente humana. Frente a tantas possibilidades, “estávamos a caminho de nos tornarmos deuses, seres supremos com o poder de criar um segundo mundo, utilizando o mundo natural apenas como matéria-prima para nossa criação original”. (FROMM, 1987, p. 24).

Tal como vimos anteriormente a ânsia por um progresso ilimitado conduziu-nos a um processo de apropriação e devastação dos recursos naturais que levou o planeta a assumir um estado cada vez mais assustador. Os documentos que relatam esse quadro são contundentes, a terra está “doente” (grifo da autora). Um deles intitulado, *Os limites do Crescimento*, publicado pelo clube Clube de Roma em 1972, trazia a seguinte conclusão:

Caso as presentes tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de comida, e uso de recursos naturais não se alterarem, os limites para o crescimento no planeta serão atingidos em algum ponto nos próximos 100 anos. O resultado mais provável será um rápido e descontrolado declínio tanto em termos de população como capacidade industrial.

Desde a publicação desse relatório a consciência da crise tem aumentado. Várias são as organizações que vêm trabalhando o tema. Dentre elas destaca-se o Worldwatch Institute dos Estados Unidos, que anualmente publica um relatório chamado o estado do mundo – State of the World. De acordo com essa instituição a situação do planeta é alarmante, como podemos ver no quadro abaixo,

Quadro 3 - Tendências Globais dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente

FONTE: O Estado do mundo, 2005.

Indicador Ambiental	Tendência
Combustíveis fósseis e a atmosfera	O consumo global de carvão, petróleo e gás natural foi 4,7 vezes maior em 2002 do que em 1950. Os níveis de dióxido de carbono em 2002 foram 18% maiores do que em 1960, e estão estimados em 31% a mais desde o início da Revolução Industrial, em 1750. Os cientistas atribuíram a tendência de aquecimento durante o século XX ao acúmulo de dióxido de carbono e outros gases retentores de calor.
Degradação de ecossistemas	Mais da metade das terras alagadas do planeta, desde pântanos costeiros a baixios interioranos, foi perdida devido, em grande parte, à drenagem ou aterro para loteamentos ou agricultura. Cerca da metade da cobertura florestal original do mundo também já deixou de existir, enquanto outros 30% estão degradados ou fragmentados. Em 1999, o consumo global de madeira para combustível, madeiras, papel e outros produtos foi mais que o dobro do consumo de 1950.
Nível do mar	O nível do mar subiu 10 – 20 centímetros no século XX, uma média de 1–2 milímetros ao ano, como consequência do degelo da massa continental polar e da expansão dos oceanos devido à mudança climática. Pequenas ilhas-nações, embora responsáveis por menos de 1% das emissões globais de gases de estufa, correm o risco de serem inundadas pelo aumento do nível do mar.
Solo/terras	Cerca de 10 – 20% das terras cultivadas mundiais sofrem algum tipo de degradação, enquanto mais de 70% dos pastos globais estão degradados. Ao longo do último meio século, a degradação do solo reduziu a produção de alimentos em cerca de 13% nas terras cultivadas e 4% nos pastos.
Pesqueiros	Em 1999, o pescado total foi 4,8 vezes o volume de 1950. Apenas nos últimos 50 anos as frotas de traineiras pescaram pelo menos 90% de todos os grandes predadores oceânicos – atum, marlim, peixe-espada, tubarão, bacalhau, halibut, arraia e linguado.
Água	O bombeamento excessivo da água subterrânea está causando declínio dos lençóis freáticos em regiões agrícolas chave na Ásia, África do Norte, Oriente Médio e Estados Unidos. A qualidade da água também está deteriorando-se devido ao escoamento de fertilizantes e pesticidas, produtos petroquímicos que vazam de tanques de armazenagem, solventes clorados, metais pesados despejados pelas indústrias e lixo radioativo de usinas nucleares.

Enfim, Temos ocupado já 83% do planeta e exploramos cerca de 25% a mais de sua capacidade de suporte e regeneração. Vivemos reféns de um modelo civilizatório depredador e consumista, que coloca o pobre como o ser mais ameaçado do mundo.

79% da humanidade vivem no Grande Sul pobre; 1 bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta; 3 bilhões têm alimentação insuficiente; 60 milhões morrem anualmente em consequência das doenças da fome.

(...) as espécies de vida correm semelhante ameaça. Estimativas apontam: entre 1500 e 1850 foi presumivelmente eliminada uma espécie a cada dez anos. Entre 1850 e 1950, uma espécie por ano. A partir de 1990 está desaparecendo uma espécie por dia. A seguir este ritmo, nos próximos anos desaparecerá uma espécie por hora. (BOFF, 2004, p. 14-15)

O relatório do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – conhecido como GEO-3 (Panorama Ambiental Global), faz um balanço da saúde ambiental do planeta, procurando estimular os debates sobre os rumos da política ambiental nos próximos anos, visando evitar desastres ambientais e seus severos impactos sobre as populações indefesas. O PNUMA aponta para os principais problemas que estão afligindo a humanidade, entre os quais podemos citar:

- ✓ a crescente escassez de água potável: com uma demanda crescente em consequência do aumento da população, o desenvolvimento industrial e a expansão da agricultura irrigada verifica-se uma oferta limitada de água potável distribuída de forma muito desigual. O Relatório do PNUMA estima que 40% da população mundial sofre de escassez de água, já a partir da década dos 90. Falta de acesso ao abastecimento seguro e ao saneamento tem resultado em centenas de milhões de casos de doença, provocando mais de cinco milhões de mortes anualmente;
- ✓ a degradação dos solos por erosão, salinização e o avanço contínuo da agricultura irrigada em grande escala e os desmatamentos, remoção da vegetação natural, uso de máquinas pesadas, monoculturas e sistemas de irrigação inadequados, além de regimes de propriedade arcaicos, contribuem para a escassez de terras e ameaçam a segurança alimentar da população mundial;
- ✓ a poluição dos rios, lagos, zonas costeiras e baías tem causado degradação ambiental contínua por despejo de volumes crescentes de depósitos de resíduos e dejetos industriais e orgânicos. O lançamento de esgotos não tratados aumentou dramaticamente nas últimas décadas, com impactos eutróficos severos sobre a fauna, flora e os próprios seres humanos.
- ✓ desmatamentos contínuos – o Relatório do PNUMA estima uma perda total de florestas, durante os anos 90, de 94.000km², ou seja, uma média de 15.000km² anualmente, já abatendo as áreas reflorestadas. Emblemático a respeito é a devastação da Mata Atlântica da qual sobraram somente 7%, segundo levantamento patrocinado pela SOS Mata Atlântica.

As publicações citadas anteriormente revelam-nos que o nosso sonho de ser Deus criou um modelo de sociedade insustentável, os números são realmente alarmantes. Todos esses dados apontam para uma situação de crise. E o que significa crise? De acordo com o dicionário do pensamento social do século XX,

falamos em crise em relação a sujeitos, a uma vida ou uma forma de vida, a um sistema ou uma esfera de ação. As crises decidem se uma coisa perdura ou não. O caso paradigmático de crise é a crise de vida, na qual, se levada ao extremo, está se tratando de vida ou morte. Em toda crise os envolvidos confrontam-se com a questão hamletiana: ser ou não ser”. As crises em geral têm causas objetivas, mas devem também poder ser *vivenciadas* como crises pelos sujeitos ou entidades sociais envolvidos. Elas sempre afetam a autocompreensão e a autodefinição de agentes, sistemas ou esferas, uma vez que sempre afetam sua ‘identidade’, isto é, uma vida ou uma situação de vida *como um todo*. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 156-157)

Hoje a questão que inquieta o ser humano é, se é possível manter a lógica da acumulação, do crescimento ilimitado e linear, diante de tantos efeitos colaterais advindos dessa utopia? Frente à falha da promessa de crescimento ilimitado pregado pela sociedade industrial, o ser humano se vê hoje numa encruzilhada, com a possibilidade de vários caminhos a seguir, mas emperrados por seu desencanto pela razão e pelo progresso; marcado pelo medo e incerteza, pela perda das bandeiras de lutas e palavras de forte cunho político e ideológico de outrora, como verdade, liberdade, igualdade, fraternidade, racionalidade, ou emancipação. De acordo com Souza Santos, “há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu.” (SANTOS, 2001, p.41). Essa sociedade ele denomina de intervalar e é profundamente marcada pela falência de um modelo de civilização predatório, utilitarista e antropocêntrico que viu na tecnociência a possibilidade de concretizar o seu complexo de Deus.

É esse modo de convivermos *no* e *com* o mundo está em xeque. A necessidade de acumulação de riqueza material, de bens e serviços posta em prática através da ciência e da técnica em tão curto prazo levou-nos acreditar que os recursos naturais eram inesgotáveis e que deles o ser humano poderia se apropriar ao seu bel-prazer, o final desse desejo incontrolável de ter sempre mais é expresso por Gandhi quando afirma que “a terra é suficiente para todos, mas não para a voracidade dos consumistas.” (apud Boff 2004, p. 16). Essa maneira de usufruir da terra desenfreadamente nos colocou diante de um cenário crítico onde a *questão ambiental* é condição ímpar para a *sobrevivência* da própria humanidade. De acordo com Boff:

A crise atual é crise da civilização hegemônica. Quer dizer, é crise do nosso paradigma dominante, do nosso modelo de relações mais determinante, de nosso sentido de viver preponderante. Qual o sentido primordial das sociedades mundiais hoje? Já o dissemos: é o progresso, a prosperidade, o crescimento ilimitado de bens materiais e de serviços.

Como se alcança esse progresso? Mediante a utilização, exploração e potenciação de todas as forças e energias da natureza e das pessoas. O grande instrumento para isso é a ciência e atécnica que produziram o industrialismo, a informatização e a robotização. Estes instrumentos não surgiram por pura curiosidade. Mas da vontade de poder, de conquista e de lucro.”(BOFF, 2004, p. 22)

Souza Santos também comunga dessa mesma visão, pois para ele a degradação ambiental é um dos problemas fundamentais, além da explosão demográfica e da globalização da economia. No âmbito da crise atual deve ser considerada a mais complexa, não só por se originar como consequência do modelo civilizatório hegemônico, mas principalmente porque agrava os impactos negativos da evolução desse modelo, conhecido como globalização. Essa mesma globalização vem conferindo a crise um caráter planetário e como afirma giddens, “na medida em que a maior parte das questões ecológicas consequentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais terão necessariamente uma base planetária. Um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo.” (GIDDENS, 1991, p. 169). Como ele, Capra (1982, p.14) também refuta a visão fragmentada do pensamento mecanicista de Descartes e newton, afirmando que vivemos num mundo globalizado e consequentemente interligado cujo os fenômenos biológicos e psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Soma-se a eles Morin (2003) e sua nova forma de pensar que permite a religação dos saberes e abordagem dos problemas de forma global, resultando em um novo paradigma. Dessa parece-nos evidente a necessidade de estudos que busquem alternativas para questões ambientais, não apenas sob seus aspectos ecológicos, mas também éticos, políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais, ou seja, sob uma visão integrada do ambiente desenvolvida por um enfoque que dê conta das relações existentes.

No paradigma analítico-reducionista da ciência moderna a explicação da realidade é marcada pelo determinismo através da relação de causa/ efeito que estabelece critérios de verdade e conduz a um conhecimento final. Essa abordagem deixa de levar em conta a interconexão dos fenômenos vivos, aspecto essencial do mundo em que vivemos, conhecendo apenas fatias restritas da realidade. Deixa de lado o fato de que o mundo contemporâneo é

marcado pela imprevisibilidade e rapidez e portanto apresenta realidades cada vez mais difíceis de serem analisadas e pensadas de modo linear. Segundo Boff (2004), hoje o real, em razão da teia de suas relações é por sua própria natureza complexo e essa complexidade exige outro tipo de paradigma e ciência.

Como vimos às crises afetam a autocompreensão e autodefinição, prevendo quebras, mudanças. Vivemos esse momento com uma necessidade muito grande de rupturas na forma de compreender o mundo, pois a visão linear derivada da ciência mecânica não mais satisfaz. Hoje sabemos que os conhecimentos se entrecruzam, extrapolam fronteiras provocando incertezas e inseguranças. Para Santos (1995, p.144), “estamos numa época em que é muito difícil ser-se linear. Por que estamos numa fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem possível que seja, sobretudo o olhar que esteja a mudar.” Esse novo olhar nos trás uma nova forma de significar o mundo. Novos valores, novas utopias, novos comportamentos vêm surgindo deixando para trás o paradigma que presidiu nosso agir até o momento. De acordo com Boff (2004), hoje estamos entrando num novo paradigma, ou seja, está emergindo uma nova forma de dialogação com a totalidade dos seres vivos e de suas relações.

Esse diálogo não será mais feito apenas através da tecnociência, mas a partir de uma lógica relacional e auto-organizacional, conseqüências da Teoria da Relatividade e da dimensão quântica da realidade. Da concepção mecanicista de Descartes e Newton estamos passando a uma visão sistêmica e ambiental, na qual o enfoque muda de objetos para relações. Categorias como espaço, tempo, matéria, aí, não encontram mais sentido como entidades isoladas, pois “tudo desde o início, interage e estabelece um diálogo criador com tudo que está em torno”, em outras palavras, “todos nos encontramos num processo de dialogação e interação com o universo; todos produzimos informações e todos podemos aprender uns dos outros, da forma como os vírus se transmutam, como os plânctons se adaptam às mutações dos oceanos e como os humanos trabalham diferentemente os desafios dos mais variados ecossistemas.” (Boff, 2004, p. 77)

Apesar das exigências destas transformações paradigmáticas, a prática social continua em disputa com a teoria pregada. Convivemos com a manipulação de dois discursos que circulam paralelamente. O discurso racional, linear e lógico e o discurso vivencial, intuitivo, dinâmico, complexo e fundamentalmente processual. Nesses dois discursos como vimos, estão embutidos duas formas de compreender a relação entre o ser humano e a natureza. No primeiro o homem é tido como o centro de tudo e portanto sua relação com o mundo natural se dá por meio da dominação, através de um modelo de desenvolvimento

energívoro que a muito vem dizimando o próprio ser humano e a natureza. O segundo possibilita uma outra vivência com o cosmos, se dá através de uma relação de interação, comunicação e respeito. Ela nos leva a uma mudança de comportamento, a construção de uma nova ética, a ética ambiental. Para a conduzir esse processo de mudança parece imprescindível a educação.

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com o meio ambiente tem sido parte das discussões de várias áreas de conhecimento. Um quadro que se afirmou após a Rio-92 e que só vem se aprofundando desde então. Neste sentido a questão ambiental vem se desenvolvendo como uma crise civilizacional. A esse respeito Leff, afirma:

(...) a degradação ambiental, o risco do colapso ecológico, o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloqüentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o significante de uma falha fundamental na história da humanidade; crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização agonizante ocidental. (LEFF, 2001, p. 9)

Essa crise é fruto da evolução do conhecimento humano marcado pelos ideais iluministas, pelo predomínio da razão, da lógica linear advindas do pensamento cartesiano. Marca os limites da racionalidade econômica dominante, desenvolvida pelo capitalismo nos coloca frente a necessidade de mudanças que permita-nos sair da visão clássica antropocêntrica para uma consciência planetária na qual a única utopia possível de acordo com Santos (1995) é a ecológica.

O paradigma capital expansionista é o paradigma dominante e tem as seguintes características gerais: o desenvolvimento social é medido essencialmente pelo crescimento econômico; o crescimento econômico é contínuo e assenta na industrialização e no desenvolvimento tecnológico virtualmente infinitos, é total a descontinuidade entre a natureza e a sociedade (...) o **paradigma ecossocialista** (grifo do autor) é o paradigma emergente e, tal como eu o concebo, tem as seguintes características: desenvolvimento social afere-se pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, a nível global, quanto mais diverso e menos desigual; a natureza é a segunda natureza da sociedade e, como tal, sem se confundir com ela, tampouco lhe é descontinua; deve haver um estrito equilíbrio entre três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária e a estatal (SANTOS, 1995, p.336)

Nesse contexto de crise paradigmática existe uma outra racionalidade social orientada por novos valores, que se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista, a qual

Leff chamou de racionalidade ambiental, que “implica em uma nova teoria da produção, em novos instrumentos de avaliação e em novas tecnologias ecológicas apropriáveis pelos próprios produtores; incorpora novos valores que dão novo sentido aos processos emancipatórios que redefinem a qualidade de vida das pessoas e o significado da vida humana” (LEFF, 2001, p. 124). Por conta disso alguns autores como o próprio Leff, Capra e Gadotti; vêem na educação um caminho para a formação desses novos valores. Com relação a essa questão Capra afirma que nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica. Para isso,

No centro da Ecoalfabetização da Califórnia, meus colegas e eu estamos trabalhando nos níveis da escola primária e secundária, um sistema de educação para uma vida sustentável. Isso envolve uma pedagogia centrada na compreensão da vida, uma experiência de atividade do mundo real que supere a nossa alienação da natureza, reacenda o senso de participação e um currículo que ensine às nossas crianças os princípios básicos da ecologia. A alfabetização ecológica está sendo ensinada hoje em uma rede crescente de escolas da Califórnia e começa a se espalhar para outras regiões do mundo. (CAPRA, 2003, p. 25-26)

Gadotti em seu movimento pela ecopedagogia vai afirmar que esta implica em uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida e ao meio ambiente. Segundo ele as pedagogias clássicas eram antropocêntricas. A ecopedagogia, ao contrário,

parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal). Ampliamos o nosso ponto de vista. Do homem para o planeta, acima de gêneros, espécies e reinos. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária. (GADOTTI, 2000, p. 176)

A educação ambiental emerge portanto, como possibilidade de formar os novos valores para orientar essa transição em direção a sustentabilidade, ou seja, como um instrumento para a construção da racionalidade ambiental. De acordo com Tristão, “ela desponta como possibilidade de reencantamento, abre possibilidades de novas metáforas pela sua condição de diálogo e convergência de várias áreas do saber”. (TRISTÃO, 2004, p.25) Gadotti vai mais além afirmando a existência de diversos meios e espaços possíveis para a construção de um planeta mais saudável, como é o caso dos meios de comunicação. Para ele todos os espaços são válidos e enumera uma série de experiências que apontam para esse caminho.

Dentre elas está o projeto Tom da Mata, programa de educação ambiental do canal Futura de televisão, que estimula o desenvolvimento de atividades de proteção ao meio ambiente, em especial da mata atlântica. Essa experiência particularmente chama nossa atenção, pois aponta a televisão como instrumento didático, consolidando a discussão que temos feito até aqui. Ao citarmos como exemplo essa experiência estamos tentando alinhar o trinômio mídia – educação - meio ambiente objeto de estudo desse trabalho. Buscando entendê-lo melhor, cabe aqui um olhar mais aprofundado acerca da educação ambiental no Brasil e a sua relação com a televisão especificamente. O ponto de partida para a compreensão da educação ambiental no nosso país, que tomamos, é o conhecimento de sua história e seu desenvolvimento.

Em 1500 quando os portugueses invadiram o Brasil encontraram cerca de quatro milhões de índios e uma natureza exuberante, diversa em fauna e em flora. Foi nesse ambiente que celebraram a segunda missa em nossas terras, sob uma gigantesca cruz de madeira, numa clareira aberta para a realização do evento. A esse respeito Dias (2003) conta que houve uma devastação de grande área verde e coloca aí o início da devastação ambiental do país. Com o contrabando do pau-brasil essas ações intensificam-se e o resultado é uma agressão desenfreada a natureza. Como exemplo podemos citar a Mata Atlântica, que dos seus cerca de 200 mil quilômetros originais, em todo o nosso território, atualmente só restam apenas sete por cento. Não esquecendo dos índios que contabilizam hoje menos de cento e cinquenta mil em todo país. Lima (2005) comparando telas de Eckout da antiga paisagem pernambucana com a atual constata a grande perda de fauna e flora devido a esse tipo de ação antrópica. Diante disso fica claro que a trajetória das questões ambientais em nosso país é marcada pela biopirataria. Seja pelo contrabando de pau-brasil, pelos ciclos do ouro, do café e do couro, ou da cana-de-açúcar, aqui sempre prevaleceu a cultura do colonizador em detrimento da cultura dos colonizados.

Bem mais adiante, com direcionamento restrito para a área de ecologia e do conservacionismo, a Educação Ambiental aparece mencionada no Decreto Legislativo Federal nº 03 de 13 de fevereiro de 1948. Tal decreta aprovava a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. Em 1956, já sob o título de Educação Florestal, a Educação Ambiental aparece no Novo Código Florestal, lei federal nº 4771 de 15 de setembro de 1965. As questões ambientais vão começar a ganhar destaque no Brasil somente a partir da década de setenta do século passado sob os desmandos da ditadura militar. Nesse período a esquerda brasileira achava que,

o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária. Essa era a razão do atraso e da miséria em que vivia o povo brasileiro e, em decorrência, deveríamos nos bater por uma revolução antiimperialista, de caráter popular, e com o apoio de setores da burguesia nacional. Assim, acreditava-se, estaria aberto o caminho para a modernização da sociedade brasileira, etapa necessária para consolidar uma classe operária que pudesse empunhar a bandeira do socialismo. (GONÇALVES, 2005, p.13)

No entanto, a nossa burguesia optou por outra via e se aliou à burguesia internacional. A FIESP, que acusava a esquerda de nacionalismo demagógico-populista, foi a grande articuladora dessa aliança. Ela vai rotular de verdadeiro nacionalismo aquele que propõe o desenvolvimento da nação, proporcionando dessa forma a abertura para investimentos do capital estrangeiro. A partir daí o Brasil – país onde as elites dominantes não tinham por tradição respeito à natureza - terá o maior desenvolvimento industrial de sua história. Isso sem falar nos latifundiários que para aumentar a produção desmatava e ampliava a área cultivada, sem qualquer respeito pela conservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, em 1970 o projeto Grande Carajás no Pará, irá inaugurar a construção de 900Km de ferrovia (Pará-Maranhão) e da Usina Hidrelétrica Tucuruí, para a exploração de 890 mil Km² da região amazônica, de onde decorrem graves problemas ambientais. Em 1972 é feita a primeira avaliação de Impacto Ambiental para grandes empreendimentos no Brasil, pelo Banco Mundial, para construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho – BA e nesse mesmo ano, uma campanha nacional para reintrodução do pau-brasil é iniciada na Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação do professor Vasconcelos Sobrinho.

Na década de oitenta será firmado o compromisso educacional definitivo com a questão ambiental. O antigo Conselho Federal de Educação – CFE, por meio de dois instrumentos, o Parecer nº 0819185, que determinava a inclusão de conteúdos ecológicos no currículo do ensino fundamental e médio e o Parecer nº 226/87 que normatizava a inclusão da Educação Ambiental nos mesmos currículos, e determinava o seu início na escola, numa abordagem multidisciplinar, levando a população a um posicionamento em relação a fenômenos ou circunstâncias do ambiente, bem como a criação de Centros de Educação Ambiental. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresentará em seu artigo 225, o seguinte: “Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder

Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988)

No Capítulo VI dedicado ao Meio Ambiente, o artigo supra citado, traz em seu inciso VI a obrigatoriedade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Entretanto, a Educação Ambiental no Brasil será oficializada apenas em 31 de agosto de 1981, quando é sancionada a lei federal 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Essa lei é responsável pela maior parte do que atualmente compõe o sistema brasileiro de gestão ambiental. No âmbito da Educação Ambiental, no artigo 2º inciso X, “institui a Educação Ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (BRASIL, 1981)

As questões ambientais tomam impulso no país a partir da década de noventa com a Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro (já mencionada no trabalho). O evento tem como principal documento a Agenda 21, espécie de plano de ação para sustentabilidade do planeta no século XXI, cujo artigo 36 assegura a promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, buscando reorientar o ensino para a construção do desenvolvimento sustentável. Em cumprimento às recomendações da agenda 21 e aos preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê ações nos âmbitos de Educação formal e não-formal.

A realização da Educação ambiental no país vem sendo feita pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC), através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - a LDB (lei nº 9.394/96), na qual paradoxalmente não há qualquer menção específica sobre o termo educação ambiental. O artigo 26º que aborda os currículos apenas ressalta a necessidade do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política. O 32º destaca a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores presentes na sociedade. A proposta dos Ministérios consiste em trabalhar com os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais documento que contém proposições para áreas ou disciplinas convencionais como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Arte e Educação Física, além dos denominados temas transversais, que incluem a Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Saúde. cujo texto afirma que,

os conteúdos de educação ambiental se integram no currículo escolar, a partir de uma relação de transversalidade, de modo a impregnar a prática educativa, exigindo do professor uma readaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que

condiz com resoluções do Conselho Federal de Educação e de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a educação ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina. (LOUREIRO, 2002 p. 168)

O texto traz ainda a idéia de que o ensino da educação ambiental deve considerar as esferas local e global, favorecendo a compreensão dos problemas ambientais em termos macros e em termos regionais. Para tanto, evidencia a importância da participação da comunidade no ensino da educação ambiental visando o envolvimento da escola com o ambiente que está localizada. Segundo Loureiro (2002) a mídia é citada nos PCNs como fonte de informação e promoção de debates sobre a problemática ambiental. Quanto aos conteúdos, tanto para os primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental, quanto para os terceiro e quarto ciclos, os conteúdos encontram-se organizados em três blocos:

- a) Ciclos da natureza: da água, da matéria orgânica, as teias e cadeias alimentares, outros elementos que se apresentam na natureza de forma cíclica no espaço e no tempo. A compreensão desses conteúdos nas séries iniciais possibilitam, nos ciclos finais do ensino fundamental, ampliar e aprofundar o conhecimento da dinâmica das interações ocorridas na natureza, como compreensão da gravidade da extinção de espécies e da alteração irreversível de ecossistemas, análise de alterações nos fluxos naturais em situações concretas, avaliação das alterações na realidade local a partir do conhecimento da dinâmica dos ecossistemas mais próximos, conhecimento de outras interpretações das transformações na natureza.
- b) Sociedade e meio ambiente: diversidade cultural e ambiental, os limites da ação humana, as principais características do ambiente regional, as relações pessoais e culturais dos alunos e da comunidade com essa paisagem, as diferenças entre ambientes preservados e degradados, a interdependência ambiental entre as áreas urbana e rural. Nas séries finais do ensino fundamental, podem-se incluir conteúdos que destacam a preocupação do mundo com as questões ecológicas; os direitos e responsabilidades dos alunos e sua comunidade com relação à qualidade do ambiente em que vivem, e as possibilidades de atuação individual e coletiva. Além do mais, nesse bloco, é importante a discussão sobre o reconhecimento dos tipos de uso e ocupação do solo na localidade, a compreensão da influência entre os vários espaços, o conhecimento e a valorização do planejamento dos espaços como instrumento de promoção da melhoria de qualidade de vida, a análise crítica de atividades de produção e práticas de consumo, a valorização da diversidade cultural na busca de alternativas de relação entre sociedade e natureza.
- c) Meio ambiente e conservação ambiental: manejo e conservação da água, tratamento de detritos humanos, coleta e reciclagem do lixo (saneamento básico); poluição do ar, água, solo e sonora; manejo e conservação do solo; noções sobre plantas e animais e cuidados com a saúde, práticas que evitam desperdício; uso e extração correta dos recursos naturais. Esse terceiro bloco trata, mais especificamente, das possibilidades, positivas e negativas, de interferências dos seres humanos sobre o ambiente, apontando suas conseqüências, e busca discutir algumas formas adequadas de intervenção humana para equacionar melhor os seus impactos. (LOUREIRO, 2002 p. 173, 174, 175)

Mais recentemente, o Senado aprovou a lei federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999, com o objetivo de oficializar a presença da Educação Ambiental em todas as

modalidades de ensino; através dessa lei, é ainda instituída a política nacional de educação ambiental, determinando pela primeira vez, a obrigatoriedade legal e responsabilidade de todos na inserção da educação ambiental no currículo.

Nesses vários documentos fica clara a preocupação ambiental na esfera governamental do país, pelo menos nos seus últimos cinquenta anos, ainda que restringindo-se a um enfoque naturalista e preservacionista, visão esta que pautou a implementação da Educação Ambiental no plano federal governamental do Brasil. A legislação ambiental brasileira é considerada uma das melhores e mais rígidas, no entanto o elevado número de documentos legais, a existência de uma diversidade de órgãos ambientalistas nas esferas federal, estadual, municipal, contribuem para dificultar o acesso da sociedade as informações sistematizadas e consequentemente afastam-na das discussões sobre estas questões. Isso implica em que apesar de todo o aparato legal, ainda não se tenha uma política efetiva de defesa da nossa biodiversidade, das populações tradicionais e contra a biopirataria. A COP-8 é uma prova disso, como vimos anteriormente.

Após todos esses encontros e debates, muitas dúvidas a cerca da Educação Ambiental ainda permanecem. Lima (2003) mostra que um dos poucos levantamentos que mapeia as experiências de educação ambiental desenvolvidas no Brasil, feita em 1997 pela comissão organizadora da I Conferência Nacional de Educação Ambiental, apresenta os seguintes problemas e desafios desse campo, no ensino formal:

- O modelo de educação vigente nas escolas e universidades responde a posturas derivadas do paradigma positivista e da pedagogia tecnicista que postulam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, o que se constitui um empecilho para a implementação de modelos de educação ambiental integrados e interdisciplinares.
- A falta de material didático para orientar o trabalho de educação ambiental nas escolas, sendo que os materiais disponíveis em geral, estão distante da realidade em que são utilizados e apresentam caráter apenas informativo e principalmente ecológico, não incluindo os temas sociais, econômicos e culturais, reforçando as visões reducionistas da questão ambiental.
- A ausência de uma visão integrada que contemple a formação ambiental dos discentes e a inclusão das questões éticas e epistemológicas necessárias para um processo de construção de conhecimento em educação ambiental.
- A ausência de conceitos e práticas de educação ambiental nos diversos níveis e modalidades de ensino reforça as lacunas na fundamentação teórica dos pressupostos que a sustentam. (BRASIL, MMA/MEC, 1997)

A ausência de um referencial pedagógico teórico-conceitual que dê suporte as práticas em Educação Ambiental, ainda hoje tem gerado muita discussão pelos pesquisadores/educadores. Neste sentido, Lima (2003 p. 99) chama a atenção para a tendência atual que

substitui a concepção de Educação Ambiental até então dominante, por uma nova proposta de “educação para a sustentabilidade” ou “para um futuro sustentável”. (grifos do autor) Sua preocupação parte das contradições e ambigüidades que o termo desenvolvimento sustentável trás embutido em seu significado, tendo em vista que o discurso da sustentabilidade surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, que tentava gerenciar a reprodução econômica do capitalismo ante os efeitos da degradação ambiental. Boff a esse respeito ressalta:

Muitos pensadores destacam que o atual estágio de expansão capitalista, experienciado no âmbito global, resultará inevitavelmente no crescimento das desigualdades sociais, das injustiças e numa intensa devastação da natureza. Exatamente no bojo da atual concepção neoliberal é que surge o novo conceito de desenvolvimento sustentável (BOFF, 1999, p. 31)

Diante disso Reigota recomenda que antes de conceituar a Educação Ambiental deve-se conhecer o conceito de Meio Ambiente, que para ele é definido como,

(...) um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2001 p. 21)

Já os PCNs o definem como,

Um espaço (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso dos seres humanos, ao espaço físico soma-se o “espaço” sociocultural. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, os seres também mudam sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive. (BRASIL, PCNs, Temas Transversais, 1998, p.31)

Segundo Reigota, os conceitos científicos são termos entendidos e utilizados universalmente como tais. Dessa forma, podem ser considerados conceitos científicos, dentre outros, nicho ecológico, habitat, fotossíntese e ecossistema, os quais são definidos, compreendidos e ensinados da mesma forma pela comunidade científica internacional. Nas representações sociais, no entanto, podem-se encontrar os conceitos científicos do modo como foram compreendidos e internalizados pelas pessoas. Sendo assim, o conceito de educação ambiental poderá assumir diversos significados que aqui, parafraseando Lima (2005) iremos agora enfocar:

Para Dias (2003) é: (...) “um processo que deve objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente físico e seus problemas associados, passem a alertá-los a resolver seus problemas”. De acordo com Pedrine,

(...) os pressupostos pedagógicos abordados supõem que a educação ambiental é uma das possibilidades de reconstrução multifacetada não cartesiana do saber humano. Isto é, uma Educação Ambiental considerada como saber construído socialmente e caracteristicamente multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na ação (PEDRINI, 1997, p. 289 apud LIMA, 2005, p. 82)

Para Moura, a

(...) Educação Ambiental é um conceito que como outros da ‘família ambiental’, sofre da grande imprecisão e generalização. O problema dos conceitos vagos é que acabam sustentando certos equívocos e, neste caso, o principal deles é supor uma convergência tanto da visão de mundo quanto das opções pedagógicas que informam o variado conjunto de práticas que se denominam de educação ambiental. (MOURA, 2001, p. 45 apud LIMA, 2005, p. 82)

Os conceitos apresentados demonstram que a educação ambiental brasileira, apesar da confusão sobre sua base conceitual, sobre os rumos do processo de formação de professores, das suas dimensões e desafios, dos seus limites e possibilidades para transformar a sociedade e a cultura; vem buscando desenvolver teorias e práticas renovadoras que possibilitem superar não só a herança naturalista advinda das ciências naturais, como também as visões reducionistas e politicamente conservadoras que estiveram presentes na formação da educação ambiental do Brasil. Esse rumo vem sendo corrigido com pesquisas e experiências comprometidas com uma educação ambiental crítica e integradora, como as de Noal & Reigota (1998), Santos & Sato(2001), Ruscheinsk (2002) e Pedrini (2002), dentre outros e de boas traduções (Leff, 2001). Além dessas, as de representações de meio ambiente e educação ambiental para quais , cada indivíduo e grupo social que interage com os ambientes naturais, têm uma visão diferenciada do significado do termo “meio ambiente”, e também como percebem a problemática ambiental. Estas representações influem e determinam as práticas sociais e também dos docentes, em relação à educação ambiental e às questões ambientais das áreas em que vivem. Destacam-se Reigota (1995), Sauv   (2000) e Sato (2002).

Em meio a um contexto variado de problemas ambientais, a educação ambiental vem se consolidando como uma nova dimensão educativa, com o papel de reorientar os comportamentos e as atitudes das pessoas, proporcionando-lhes uma visão crítica e global do meio ambiente, permitindo-lhes adotar uma posição de consumo responsável no que diz respeito à adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a

eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. Nessa perspectiva, fundamenta-se em dois princípios básicos, a construção de uma nova ética - que orienta os valores e comportamentos para os objetivos de sustentabilidade ecológica e a equidade social – e uma nova concepção do mundo como sistemas complexos, a reconstituição do conhecimento e o diálogo de saberes, que tem na interdisciplinaridade o seu princípio metodológico.

Esses valores, segundo Leff (2001, p. 120) se induzem por diferentes meios (e não só dentro dos processos educativos formais), produzindo “efeitos educativos” (grifo do autor). Dentro do sistema educativo formal aparece através da pesquisa participante e sua incorporação nos conteúdos curriculares. Nas iniciativas não-formais figura em projetos de grupos ecologistas com comunidades e, sobretudo através da mídia.

2.3 MÍDIA E MEIO AMBIENTE

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, “comunicação” define-se como o “ato ou efeito de transmitir mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados”, a exemplo de uma linguagem verbal ou não-verbal. Sendo assim, pode-se dizer que a comunicação é um fato que historicamente sempre existiu: desde a Pré-história, com pinturas rupestres, até o estudo da retórica na Grécia Antiga. Dessa forma é possível afirmar que é um fato essencialmente presente em qualquer sociedade. Como observa Moura (2002, p. 9)

já no século III a.C., Aristóteles tinha preocupação com o estudo da comunicação, mais especificamente, da comunicação dirigida para determinada audiência, chegando inclusive a estabelecer três elementos básicos:

LOCUTOR>DISCURSO>OUVINTE, enfatizando a transmissão da informação como processo de persuasão.

Relacionando o modelo comunicacional aristotélico com o modelo cartesiano, ainda utilizado nas práticas comunicacionais, quer sejam humanas, organizacionais ou de massa, é possível verificar que tanto um quanto o outro têm a mesma estrutura tricotômica: um LOCUTOR>DISCURSO>OUVINTE; o outro FONTE>MENSAGEM>RECEPTOR, e que ambos têm a mesma intenção: transmitir uma mensagem previamente elaborada ao OUVINTE ou Receptor, na expectativa de uma resposta favorável.

A partir da segunda metade do século XIX, com a formação das sociedades de massas, fruto da Revolução Industrial - que concentrou grandes quantidades de pessoas em cidades urbanas ou regiões antes nada conhecidas, forçando a população a abandonar os seus hábitos tradicionais e reduzindo-as a condições de vida uniformizada - teve início o primeiro

sinal de uma massificação, pois embora cada membro da nova sociedade fosse um ser racional e livre ao contato com diferentes culturas e costumes, não tardou em assimilar influências alheias, assumindo comportamentos condicionados pelos interesses coletivos. Para ambientar a todos sobre a nova conjuntura cultural, surgiram jornais impressos e, mais tarde no século XX, também as revistas, o rádio, a televisão e a internet, o que Marshall McLuhan veio a denominar de comunicação de massa.

A expressão comunicação de massa (mass media) foi criada para se referir a objetos tecnológicos – meios pelos quais a informação é transmitida ou comunicada - capazes de transmitir a mesma informação para um vasto público ou para a massa. Suas origens podem remontar à segunda metade do século XV quando por volta de 1440 Johann Gutenberg criou a imprensa. No século XX, aparecem as transmissões de rádio e TV que são difundidas em grande escala nos anos 20. Marshall McLuhan estudioso dos novos meios de comunicação de massa apontou que as tecnologias de comunicação tiveram um impacto fundamental sobre os sentidos e as faculdades cognitivas dos seres humanos. Pois nas sociedades orais tradicionais, o desenvolvimento da escrita e da impressão criou uma cultura que foi dominada pelo sentido da visão e por uma abordagem analítica e sequencial da solução de problemas. Ela permitiu que os indivíduos se tornassem mais independentes, racionais e especializados e já o desenvolvimento da moderna mídia eletrônica, criou um novo ambiente cultural em que o primado da visão foi deslocado por uma interação unificadora dos sentidos e na qual os indivíduos são unidos em redes globais de comunicação instantânea, em outras palavras afirmava que o meio é a mensagem e que todos vivemos em uma aldeia global.

Como consequência das tecnologias de comunicação aparecidas no século XX, e das circunstâncias geopolíticas configuradas na mesma época, a cultura de massa desenvolveu-se a ponto de ofuscar os outros tipos de cultura anteriores e alternativos a ela. Antes de haver cinema, rádio e TV, falava-se em cultura popular, em oposição à cultura erudita das classes aristocráticas; em cultura nacional, componente da identidade de um povo; em cultura clássica, conjunto historicamente definido de valores estéticos e morais; e em um número tal de culturas que, juntas e interagindo, formavam identidades diferenciadas das populações. A chegada da cultura de massa, porém, acaba submetendo as demais “culturas” a um projeto comum e homogêneo. Por ser produto de uma indústria de porte internacional (e mais tarde, global), a cultura elaborada pelos vários veículos então recém-chegados esteve sempre ligada intrinsecamente ao poder econômico do capital industrial e financeiro. A massificação cultural, para melhor servir esse capital, requereu a repressão às demais formas

de cultura — de forma que os valores apreciados passassem a ser apenas os compartilhados pela massa. A esse respeito Chauí (2006) afirma que,

sob a ação dos mass media, as obras de pensamento e de arte correm vários riscos, como: 1) de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; 2) de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; 3) de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; 4) de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; 5) de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda. (CHAUÍ, 2006, p.21)

A partir da cultura de massa alguns traços da cultura têm sido negados e os meios de comunicação de massa têm produzido efeitos maléficos a esse respeito, o maior deles tem sido à banalização cultural e a redução da realidade à mera condição de espetáculo. Para Debord (1997 p. 14), o espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação; ou seja, é o setor da sociedade que concentra todo o olhar e toda a consciência e pelo fato de estar separado é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência que unifica a linguagem oficial da separação generalizada. A chamada cultura de massa então, apropria-se

das obras culturais para consumi-las, devora-las, destruí-las, nulifica-las em simulacros. Justamente porque o espetáculo se torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). Visto que a destruição dos fatos, acontecimentos e obras segue a lógica do consumo, da futilidade, da banalização e do simulacro, não espanta que tudo se reduza, ao fim e ao cabo, a uma questão pessoal de preferência, gosto, predileção, aversão, sentimentos. É isto o mercado cultural. (CHAUÍ, op. Cit. P. 21)

Desde a Revolução Industrial, no século XIX, as artes haviam sido submetidas às regras do mercado capitalista, fato que na década de 40 do século XX foi chamado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, integrantes da Escola de Frankfurt, de Indústria Cultural. Para Adorno, ela seria uma indústria que “em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por sua estrutura, ou pelo menos ajustam-se uns aos outros”. (Adorno, 1987, p. 287)

No contexto da indústria cultural — da qual a mídia é o maior porta-voz — são totalmente distintos e independentes os conceitos de “popular” e “popularizado”, já que o grau de difusão de um bem cultural não depende mais de sua classe de origem para ser aceito

por outra. A grande alteração da cultura de massa foi transformar todos em consumidores que, dentro da lógica iluminista, são iguais e livres para consumir os produtos que desejarem. Dessa forma, pode haver o “popular” (ou seja, o produto de expressão genuína da cultura popular) que não seja popularizado (“que não venda bem”, na indústria cultural) e o “popularizado” que não seja popular (vende bem, mas é de origem elitista).

Segundo Adorno, na Indústria Cultural, tudo se torna negócio. Enquanto negócios, seus fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais; o homem, nessa indústria, não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo, ou seja, objeto. O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho. Sendo assim,

os produtos da indústria cultural buscam meios para ser alegremente consumidos em estado de distração. Todavia, cada um desses meios ‘é um modelo do gigantesco mecanismo econômico que, desde o início, mantém tudo sob pressão tanto no trabalho quanto no lazer que lhe é semelhante’. Em outras palavras, além do controle sobre o trabalho, a classe dominante passou a controlar também o descanso, pois ambos são mercadorias – ‘o amusement é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo avançado. É procurado por aqueles que querem subtrair-se aos processos de trabalho mecanizados, para que estejam de novo em condições de afronta-lo’. (CHAUÍ, op. Cit. P. 28)

Como consequência, tem-se uma refutação de tudo que vá além do simples divertimento, há um esvaziamento das forças de conhecimento crítica e da invenção das artes, a fim de torná-las puro entretenimento. Os media, como são conhecidos, funcionam como tradutores das produções de vanguarda, já que se apropriam do que poderia ser uma criação, um avanço cultural, transformando as obras e também as artes em mercadorias, despotencializadas enquanto inovação, a serem consumidas em larga escala. Mesmo que transmitam ao público produções da alta cultura, fazem-no de forma já “digerida”, resultando em conteúdos que não demandam nenhum esforço intelectual para a “fruição” da mensagem. Com isso, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite culta e massa inculta, de um lado e por outro em forma de controle social pelos proprietários privados dos meios de comunicação de massa. Nessa perspectiva separa os bens culturais por seu suposto valor de mercado e depois cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais. A exemplo disso Chauí (2006) diz que, tanto os horários dos programas de rádio e televisão quanto os jornais e revistas revelam o que as empresas de divulgação cultural já selecionaram o que cada grupo social pode e deve ouvir, ler ou ver.

No pensamento frankfurtiano a discussão sobre os media é colocada sobre uma ótica eminentemente política, que trata de ideologias e de luta de classes. Sua contribuição

para o estudo das formas de subjetivação frente aos meios de comunicação é extremamente significativa, principalmente quando se remetia à defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da auto-afirmação humana, numa sociedade que sobrevivia carregada de inclinações totalitárias. Mas não parece suficiente para a apreensão e análise dos tempos que correm, tempos de muitos produtos culturais, de apregoamento de comportamentos fluidos e de apelos exacerbados às saídas individuais para o enfrentamento dos riscos e contingências do mundo. No contexto global, a indústria da comunicação vem passando por profundas mudanças estruturais. Nos discursos advindos de tempos de globalização, a discussão clássica sobre homogeneização versus diferenciação cultural é contemplada com outras perspectivas de análise, forjadas pelo encontro com a diferença cultural, com a estranheza e as velozes transformações geopolíticas. Em outros termos, a preocupação dos estudiosos da comunicação, sobretudo na América Latina, está conectada, neste mesmo período aos estudos sobre a temática da globalização da comunicação e o impacto nas culturas regionais e locais. É uma questão da identidade nacional, regional e local no mundo midiaticizado pelas novas tecnologias.

A esse respeito, teóricos como o boliviano Luiz Ramiro Beltrán e o brasileiro Paulo Freire promoveram estudos sobre a produção e circulação da comunicação, da indústria cultural e cultura popular no contexto Latino Americano. Sobre o tema, Paulo Freire afirma que “Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos lingüísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (FREIRE, 1977 p. 66) Esse conceito de comunicação proposto por Paulo Freire vai de encontro aos paradigmas tradicionais que estabelecem uma relação linear, vertical, simétrica e condutora - emissão/recepção - na qual prevalece o poder do emissor sobre o receptor, onde o receptor é tido apenas como depositário das idéias do emissor sem a capacidade de avaliar criticamente as mensagens midiáticas; estabelecendo uma bilateralidade entre emissor e receptor numa relação assimétrica, que contém elementos emocionais, cognitivos e que ocorre tanto de forma verbal como não verbal. Neste sentido Beltrán vai propor um modelo de comunicação horizontal, participativa, dialógica e comunitária, afirmando que “comunicação é o processo de interação social democrático baseado no intercâmbio de símbolos mediante os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação”⁵.

⁵ Disponível em www2.metodista.br/unesco/pcla/revista6/artigo%206-3.htm#23 acesso em 13/09/2006

Ainda na década de 80, a partir da teoria crítica dos estudos culturais da Escola Latino Americana, alguns teóricos vão se debruçar sobre estudos da mediação das mensagens e sua influência na produção, subjetividade e cultura. Estes teóricos compreenderão a recepção não mais como uma etapa do processo de comunicação, mas como um lugar novo na cultura, em que o sujeito é o ator social, produtor de sentidos. As contribuições são dadas pelo antropólogo mexicano Nestor Canclini, o espanhol naturalizado colombiano, Jesus Martin Barbero e o também mexicano Guillermo Orozco Gómez. Barbero ao definir a participação dos atores sociais no processo de comunicação afirma: “Parto do princípio de que a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação”, Orozco desenvolve o método de mediações múltiplas na recepção, no qual a produção de sentido realizada pelo receptor depende da combinação de diferentes mediações em seu processo de recepção. As intenções, as situações e os meios são distintos,

En el proceso de recepción, la audiencia no asume necesariamente un papel de receptor pasivo. La actividad de la audiencia se lleva a cabo de distintas maneras. Mentalmente, los televidentes frente al televisor se "enrolan" en una secuencia interactiva que implica diversos grados de involucramiento y procesamiento del contenido televisivo. Esta secuencia arranca con la atención, pasapor la comprensión, l&selección, la valoración de lo percibido, su almacenamiento e integración con informaciones anteriores y, finalmente, se realiza una apropiación y una producción de sentido (Orozco, 1990).

Usando a classificação feita por Trigueiro⁶ temos as seguintes categorias de mediações definidas por Orozco no processo midiático:

Mediações Individuais: provenientes das experiências de cada um como sujeito cognitivo e comunicativo.

Mediações Institucionais: são as participações nas várias organizações tais como a família, a escola, o trabalho, a igreja, o sindicato, participação política e outras que possam influenciar na recepção dos mídias. Quando o estudo de recepção é feito com crianças torna-se necessário observar as instituições da família, da escola e os amigos.

Mediações Situacionais: é importante entender a situação da recepção. Como são ocupados os espaços sociais e culturais na recepção. Quais os fatores atuantes durante e depois da recepção. Cada ambiente, cada espaço cria uma determinada situação de recepção. Também influencia na recepção o estado de espírito do sujeito receptor. Como, com quem e quando acontece a recepção.

Mediações Referenciais: estão relacionadas com a identificação pessoal no contexto social do sujeito receptor, assim como: faixa etária, gênero, grau de escolaridade, classe sócio-econômica. Todas são variáveis importantes nas pesquisas de recepção.

⁶ idem

Mediações Tecnológicas: o receptor de TV ou de rádio influencia na modalidade de ver ou ouvir um determinado programa que, sem dúvida, interfere na recepção. Não é a mesma coisa assistir um filme num aparelho de TV de 20 polegadas com som em mono e assistir o mesmo filme em um aparelho de 50 polegadas com sistema de som estéreo, ou ainda o mesmo filme numa sala de cinema com modernas instalações num shopping center. Um programa de rádio é diferente de um programa de televisão, que é diferente de um filme no cinema.

Através destas mediações será possível aos investigadores compreender as relações entre mídia e recepção que deverão ser explorada não linearmente, mas em suas diferentes dimensões. Para Guillermo Orozco, a recepção é portanto, “um processo complexo, ambíguo e contraditório. A relação dos receptores com os meios e as mensagens é sempre mediatizada de forma multilateral e multidimensional”.

A partir dessa perspectiva, a comunicação, passa a ser vista sob o enfoque do acesso, do diálogo e da participação, inerentes à necessidade do ser humano. Nesse sentido, a compreensão da comunicação como dialogia é, sem dúvida, uma das discussões mais atuais da comunicação, e o filósofo alemão Jürgen Habermas, é um dos autores contemporâneos mais expressivos que opera com esse modelo. Segundo Moura (2002) Habermas,

introduziu a concepção de esfera pública através de duas dimensões existentes na sociedade moderna: a dimensão sistêmica e o mundo da vida. Para ele o mundo sistêmico ou da interação dos sistemas é conformado pela esfera privada, representada pelo mercado (economia), e uma esfera pública (política) representada pelo Estado. O mundo da vida ou a esfera da interação comunicativa voltada para o entendimento é formado também por uma esfera privada (família), e por uma esfera pública, representada pelas associações e instituições que garantem a reprodução cultural de uma sociedade. (MOURA, 2002, p. 16)

No paradigma da comunicação proposto por Habermas, está presente a noção de que o conhecimento se constitui a partir de um processo mútuo de compreensão, mediado linguisticamente tendo como elemento estruturador não a postura de um sujeito manipulador do mundo e do outro, mas como aquele que durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a interagir e entender-se com outros sujeitos. A ação comunicativa é, assim, voltada para o entendimento, que é a capacidade dos sujeitos de chegarem a um consenso.

Nessa mesma linha de comunicação como diálogo, encontra-se o lingüista russo, Mikhail Baktin que tem suas idéias sobre o homem e a vida marcadas pelo princípio dialógico. Para ele a comunicação e a interação entre indivíduos, por meio de sinais, gestos, sons e palavras (signos) constituem o princípio fundador dos fenômenos ideológicos, da linguagem e da consciência. No seu entender a palavra deve ser vista como signo e, como tal,

deve ser percebida como originária da relação social, estando presente em todos os atos de compreensão e de interpretação.

É, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. (...) A palavra acompanha todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual, um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. (...) Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantir qualquer outro signo ideológico (BAKHTIN, 1986, p. 36-38).

Portanto, toda atividade mental do sujeito pode ser expressa sob a forma de signos, exteriorizando-se por meio de palavras, mímica, ou outro meio, decorrentes do discurso interior. Para ele o sentido e a significação dos signos dependem da relação entre sujeitos e são construídos na interpretação dos enunciados, sendo assim o diálogo se realiza não apenas entre enunciados, mas no interior da própria enunciação. Dessa forma, nosso discurso está impregnado das palavras do outro, que naturalmente são alteradas em seu sentido pelos efeitos de nossa compreensão e avaliação.

Como vimos, o processo de evolução dos modelos comunicativos e meios de comunicação de massa, têm sido largamente estudados enquanto disseminadores de informação, de condutas, de comportamentos e de reprodução ideológica; sobretudo com o advento da globalização e do avanço tecnológico, que reformulou a visão tradicional linear e condutivista da comunicação igual a emissor/receptor. A mudança de paradigma da comunicação segue os princípios e os desafios da complexidade que segundo Morin (2002 p. 64 e 65) implicam num rompimento com a causalidade linear, a adoção de uma relação dialógica e holística.

Nesse sentido este trabalho é desenvolvido a partir da contribuição trazida pelo modelo multidisciplinar crítico culturalista Latino Americano, compreendido também como estudo das mediações midiáticas, bem como da idéia de comunicação como um processo dialógico desenvolvidas por Habermas e Bakhtin. Considerando assim que,

pela comunicação procuramos estruturar, organizar a complexidade pessoal – as incertezas de cada um, as nossas contradições, as nossas possibilidades. Procuramos também estruturar, organizar a complexidade grupal, as incertezas nas relações interpessoais, nas múltiplas interações de grupos pequenos e grandes, sólidos e mutáveis, masculinos e femininos, reconhecidos e desconhecidos, conservadores e inovadores. Pela comunicação procuramos compreender a complexidade social, a complexidade das interações estruturais. (MORAN, 1999 p. 1-2)

Essas reflexões apontam para a compreensão de que a natureza complexa da comunicação e seus efeitos dependem, como afirma Habermas, da interação entre a dimensão sistêmica e o mundo da vida. Nessa perspectiva é que os meios de comunicação de massa têm assumido vários papéis ao longo de sua evolução histórica, no mais comum, o poder midiático é associado a um “mecanismo de tomada de decisões que permite ao modo de produção capitalista, transubstanciado em espetáculo, sua reprodução automática” (CHAUI, 2006 p. 74). Nessa direção é apontado ainda, junto com a globalização, como responsável pelas mudanças nas relações do ser humano com o meio ambiente.

De fato, nos últimos anos, a evolução dos meios de comunicação, aliada à tecnologia, exerceu importante papel na sociedade mundial contemporânea, atuando como elementos de controle social, político, ideológico e cultural. Com o avanço tecnológico a indústria cultural adquiriu alcance global e as mensagens passaram a chegar em tempo real ao receptor de diversos cantos do mundo, transformando-a numa verdadeira fábrica de representações, imagens, formas, sons, ruídos, cores e movimentos. Esse poder de alcance e sedução transformou ainda problemas locais em problemas globais; como exemplo disso podemos citar o caso dos problemas ambientais.

Dentre os diversos encontros realizados em âmbito mundial com o propósito de discutir a questão ambiental, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi o que reuniu maior número de participantes contando com a participação de nove mil jornalistas realizando a cobertura de todo evento. As discussões ocorridas nesse evento estavam voltadas para os temas relativos ao desenvolvimento e meio ambiente, sendo o momento para explicitação de várias linhas de discursos, entre eles o conservacionista que pretendia indicar a solução para crise ecológica, por meio de um conjunto de normas e atitudes. Estes preceitos são encontrados nas campanhas das instituições governamentais e não governamentais – além do próprio setor privado – que lidam com a idéia de sensibilizar e conscientizar a sociedade para a proteção da natureza, buscando a situação extrema para alertar sobre a urgência nos cuidados com o planeta terra, que corre perigo de morte. Observa-se, muitas vezes, o destaque dado a falta de atitudes adequadas de proteção da natureza por parte das pessoas, privilegiando as ações individuais que podem salvar o planeta, já que a máxima do pensamento ambientalista está em pensar globalmente e agir localmente.

Desde então o tema que antes circulava apenas em meios científicos ganhou espaço nos meios de comunicação de massa, fazendo parte da mídia impressa e eletrônica,

global, nacional e local. De acordo com a pesquisadora Samyra Crespo do ISER, até as vésperas da Rio-92 no Brasil,

o termo meio ambiente sequer era dominante, e o que se falava na imprensa era que os ecologistas iriam colocar, finalmente suas questões na agenda pública (...) o assunto não tinha ainda despertado o interesse das ciências sociais, nem dos governos democráticos, tampouco das instituições que têm em tese a missão de proteger o meio ambiente (tipo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) (...) o ambientalismo brasileiro então denominado pejorativamente de “ecologismo”, era incipiente, pouco conhecido como ideologia, pouco vivido como prática social, pouco pensado como atividade intelectual de pesquisa (CRESPO, 2003 p.61).

Para facilitar a compreensão dos receptores, termos científicos impostos pela série de eventos climáticos que a pauta dos problemas globais fez emergir, tiveram seus conceitos simplificados, através de expressões banalizadas repetidas com frequência, tornando-os genéricos e superficiais, muitas vezes tais expressões eram veiculadas sob o recurso da espetacularização da natureza e de sua degradação própria da globalização que se encarrega de disseminar o que alguns estudiosos denominaram de medo ecológico. Esse medo ecológico é um grande medo planetário, fruto de uma ecologia espetáculo que nos habituamos a contemplar nas manchetes de jornais, capas de revistas e programas de televisão que apresentam a terra com a corda no pescoço ou a terra na U.T.I. Em razão disso, os três temas que dominam a discussão ecológica internacional a mais de 20 anos são: O esgotamento dos recursos naturais, a multiplicação dos dejetos industriais e a destruição de culturas tradicionais. A forma que a mídia encontra para sensibilizar os indivíduos para as questões ambientais acontece de duas maneiras:

de um lado, por meio do medo de uma suposta revolta da natureza através das catástrofes ambientais e, de outro, a ênfase nas belezas da natureza intocada. Ao trabalhar com os dois extremos, a culpa da devastação da natureza recai sobre o homem, que destrói, que degrada, que polui a natureza, o que justifica a importância da ausência do homem para que a natureza seja preservada. A intocabilidade passa a ser considerada um padrão valorativo da natureza. (GUIDO, 2005, p. 3)

A ecologia-espetáculo é a forma que a mídia comumente adota para seduzir o seu público e tem como objetivo através de imagens mostrar as belezas naturais, o exótico. A idéia de proteção da natureza passa pela beleza. Essa prática é antiga e segundo, Guido (2005) o cinema nacionalista-ufanista dos anos 20 e 30 já a utilizavam mostrando as belezas naturais do Brasil retratando as cidades do interior procurando exaltar sua beleza natural como

cachoeiras, cascatas e paisagens de florestas e matas. Segundo essa autora, o jornalista Beto Leão observou em seu livro⁷, que os filmes ou tratavam de temas voltados para exibição das belezas naturais do Brasil, ou estavam preocupados em realizar denúncias sobre a destruição do ambiente. Na televisão a degradação ambiental, é transformada em espetáculo apresentado em detalhes repetidas vezes.

A mídia, seja ela impressa, televisiva ou digital, não vem promovendo um debate aprofundado sobre as causas dos desastres ecológicos, pois está mais interessada em prender a atenção do espectador para vender tempo na TV, espaços nos jornais, o que faz através de exageros e cenas de horror. Um exemplo disso está na edição de abril de 2005 da revista Caros amigos: Terra em Transe, onde preocupações ambientais são comparadas a sinais dos tempos e fim de mundo. Essas mensagens escatológicas são passadas desde o editorial intitulado: sete anos para mudar o mundo? - fazendo referência a previsão de alguns místicos sobre o final do mundo no ano de 2012 – até as matérias. As reflexões do editorial começam descrevendo algumas catástrofes ambientais *“Ondas gigantescas no Pacífico, geleiras derretendo da África à Ásia, aldeias inteiras no Alasca e no Ártico migrando para fugir do aquecimento de seus habitats, o primeiro furacão na história do Brasil, secas, tempestades e inundações de inusitada intensidade em diversos pontos do globo”*, aproximando as previsões científicas ao apocalipse, como nesse trecho, *“do contrário só nos resta rezar e esperar pelo prazo fatídico, curiosamente o mesmo assinalado pelos cientistas – para uma mudança irreversível no clima – e pelos místicos para o fim do mundo: 2012, logo aí”*. O jornalista Renato Pompeu, em um dos artigos do mesmo exemplar, intitulado para os místicos, 2012 é o ano chave, apresenta diversas previsões de místicos, budistas, católicos, evangélicos, pesquisadores religiosos que reafirmam ser o século XXI o século do apocalipse, aliando mais uma vez as previsões científicas à escatologia. Seu artigo finaliza com a apresentação, do que ele chama, de alguns sinais dos tempos.

Publicações como estas, de uma revista considera livre de tendências e forças externas, são um retrato do tratamento dado pela mídia, em geral, aos temas ambientais. Essa dissertação, no entanto, não pretende analisar a mídia como um todo, seu objetivo é analisar como a televisão vem apresentando a discussão sobre os temas ambientais, fazendo um paralelo entre um programa veiculado por uma TV pública e por outra privada. A escolha da mídia televisiva se deu, pois esta é apontada em várias pesquisas realizadas por diferentes autores, como meio principal de divulgação de informações ambientais.

⁷ LEÃO, Beto. O Cinema Ambiental no Brasil. Uma primeira abordagem. Goiânia, Agência Goiânia de Cultura, 2001.

A televisão atinge grande parte da população brasileira, inclusive as camadas sociais de baixa renda, pois ao contrário dos outros meios, a televisão não demanda tanta habilidade de leitura, o que num país que tem uma margem tão grande de analfabetos faz uma grave diferença. Em artigo tratando das diferenças entre ler e ver televisão, publicado no jornal Folha de São Paulo, a jornalista Bia Abramo, apresenta o resultado de uma pesquisa realizada em trinta países sobre os hábitos dos indivíduos em relação à mídia:

Deu no jornal esses dias: os brasileiros despendem 18,4 horas assistindo à televisão por semana e apenas 5,2 horas com leitura no mesmo período. Os dados são de uma pesquisa que avaliou e comparou os hábitos em relação à mídia em 30 países.

Se serve de algum consolo, os brasileiros não estão sozinhos. No mundo inteiro, a leitura é a atividade relacionada à aquisição de informações que menos toma o tempo das pessoas. A tendência global é clara: a televisão, que consome 16,6 horas semanais, ganha de longe do rádio (8) e da leitura (6,5) e, ainda, do computador/internet (8,9).

Não deveria constituir uma surpresa o fato de que se lê menos do que se vê televisão, mas ainda assim os números parecem meio chocantes. Mesmo entre aqueles que mais dedicam tempo à leitura, os índices parecem reduzidos. Os três primeiros colocados no 'ranking' de leitores não chegam a ler por dia mais do que uma hora: indianos, com 10,7 horas/semana, tailandeses, com 9,4, e chineses, com 8.

Enquanto isso, em relação à televisão, apenas em cinco dos 30 países pesquisados se vê menos de duas horas por dia: Austrália (13,3 horas/semana), Suécia (13,3), Índia (12,3), Venezuela (11,9) e México (11,6). Sacrificando um pouco a precisão, pode-se dizer que no mundo todo a televisão ocupa o dobro do tempo na vida das pessoas do que a leitura.

Não é difícil de entender o porquê, na verdade, mas vale se deter um pouco nas diferenças entre ler e assistir à TV.

A leitura é uma atividade solitária, em todos os sentidos. Requer silêncio e concentração do leitor, mas para, além disso, o que se lê é (quase sempre) uma escolha individual e pessoal. O 'quase sempre' vai por conta dos fenômenos modernos tipo 'O Código Da Vinci' e os livros da série 'Harry Potter', que 'coletivizam' a experiência da leitura em escala global - é uma suposição apenas, mas parte do sucesso desses best-sellers deve vir do fato de que eles tornam a experiência de leitura mais coletiva.

Tudo o que se alega contra ler - dificuldade de concentração, de entendimento, aridez, falta de tempo e paciência, chatice - remete um pouco à idéia de que a leitura exige um comprometimento, um engajamento do sujeito com aquilo que se lê, se pensa e se sente, por consequência. E, se, ainda por cima, pensarmos que esse engajamento se dá numa relação íntima, a dois - apenas o leitor e o texto, pelo menos no momento da leitura -, talvez tenhamos uma pista aí.

A TV, não. A TV é povoada e, ainda que falsamente, dá a impressão de inserir o sujeito numa comunidade. Não deixa o espectador com a angústia de escolher e sustentar sua escolha é só se deixar levar por aquilo que está sendo exibido e partilhado tanto com a 'audiência', que se sabe ou se adivinha ou até mesmo está representada (nos programas de auditório, por exemplo), como com todos aqueles sujeitos do 'lado de dentro', ou seja, os que fazem a TV.

De acordo com Bucci (2003, p. 9), a televisão no Brasil está presente em aproximadamente 400 milhões de lares, perfazendo um total de quase 90% dos domicílios o que para uma população que lê pouco, dá a TV uma condição de monopólio da informação,

ou seja, a TV monologa sem que outros meios lhe façam contraponto. Dessa forma, por ocupar o espaço não atendido pelos outros meios de comunicação como o jornal diário e as revistas, a televisão brasileira torna-se um instrumento poderoso de formação de opinião pública.

2.4 EDUCAÇÃO, TELEVISÃO E MEIO AMBIENTE

Com a mundialização da cultura, as inovações tecnológicas vêm ganhando um grande destaque. O século XXI exhibe um extremo avanço das tecnologias da comunicação, principalmente no campo da telemática e microeletrônica, que o definiu como era da informação ou do conhecimento. Esse quadro promoveu, como consequência, o aceleração na difusão de mensagens gerando uma compressão-espaço-temporal, onde por vezes temos a sensação de que “o mundo parece encolher sobre nós”. (HARVEY, 1989, p.257)

As sociedades pós-industriais vivem dessa forma, saturadas pela informação, que aparentemente vem cumprindo uma missão de conectar e ligar todo o mundo. No entanto ela chega a um público disperso, espécie de massa atomizada (cada um em sua casa, em seu computador, em sua TV) decodificando-as a partir de sua concepção de mundo, de seu universo cultural; reduzindo-os para moldar e controlar os seus costumes e valores. Essa sedução como vimos, utiliza-se da espetacularização da vida, simulando o real, criando simulacros; nesse sentido ela pode ser traduzida em atração, encantamento pelo artificial.

Vive-se agora entre simulacros em espetáculo para seduzir o desejo. A sedução pós-moderna diz de mil maneiras ao indivíduo: libere seus desejos, há bens e serviços só para você. A modernidade, produtora de energia era dominada pela força (máquinas, armas, disciplina, polícia). A pós-modernidade, consumidora de informação, motiva e controla basicamente pela sedução (personalização, comunicação, erotismo, moda, humor). (SANTOS, 1986, p.98)

Esse imediatismo dos eventos e o caráter de espetacularidade com que se revestem os fenômenos, seja ele de ordem política, científica ou militar, possibilitam a criação de mitos, ou seja, de uma realidade concebida como um grande emaranhado de ilusões, sonhos e fantasias. Fort (2005, p. 29) ao citar Barthes, afirma que as pessoas procuram ficar em evidência, nem que seja na visão que têm de algo perfeito. Idolatram personalidades e passam a agir, a vestir, a consumir produtos que lhes representam estar na moda.

O próprio conceito de ambiente/ natureza, ainda que encontre controvérsias na comunidade científica, é resumido pela mídia em palavras, que viram moda, como verde,

natural, eco, excluindo daí as relações que o termo encontra com a sociedade. A mídia ajuda, portanto a cristalizar a noção de homem exterior a natureza colocando-o apenas como responsáveis pela degradação e não parte dos atingidos. De acordo com o discurso midiático a forma que temos de mitigar as nossas ações maléficas contra o meio ambiente resume-se em adotar medidas de consumo mais sustentáveis.

Ou seja devemos consumir agora mercadorias associadas a uma marca, ou empresa, que diz seguir a linha ecológica, para isso, devemos usar agora o creme dental com extrato de juá, o guaraná produzido com frutos da Amazônia, o xampu produzido com extratos naturais das florestas, enfim cada vez mais a publicidade oferece a natureza embalada, como forma de minimizar a culpa que a sociedade tem no âmbito da degradação ambiental, sendo assim a publicidade fez da escassez dos recursos naturais uma fonte para a maximização do lucro, através de uma ideologia e da venda de produtos a ela associados. Dessa forma, o mercado alcança a estetização do consumo da natureza.

Para que isso aconteça os meios de comunicação procuram envolver sua platéia, apresentando os personagens na mídia e na publicidade como pessoas íntimas, estabelecendo dessa forma uma comunicação personalizada, sobretudo na TV, onde essa atmosfera de simpatia e camaradagem invade o cotidiano como elemento central para a naturalização do mundo apresentado pelas imagens. Assim as questões políticas, científicas, ecológicas e até mesmo militares acabam assumindo um caráter pessoal ou passando despercebidas.

Existe portanto uma cultura visual eletrônica que vem proporcionando as massas, informações, valores, saberes, outro modo de ler e perceber, que levam Barbero a afirmar que a incorporação à modernidade se dá não mais através da relação livro/escola do tradicional sistema escolar,

Em nossos países subdesenvolvidos, a experiência audiovisual repensa as formas de continuidade cultural ao propor a existência de uma geração nova, “cujos sujeitos não se constituem a partir de identificações com figuras, estilos e práticas de tradições alheias, que até hoje definem o que é cultura, mas sim a partir da conexão/ desconexão (do jogo de interface) com as tecnologias. Estamos diante de uma geração que aprendeu a falar inglês diante da imagem da televisão captada por uma antena parabólica, e não na escola, que tem forte simpatia pela linguagem das novas tecnologias e que se sente mais avontade escrevendo no computador do que numa folha de papel. (MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 19)

Nesse processo a televisão, associada com a comunicação por satélite, é responsável pela experiência de uma enorme gama de imagens vindas de espaços distintos quase simultaneamente, ganhando com isso status de meio de comunicação predominante, instrumental de socialização/ dessocialização, entretenimento, informação, publicidade,

composto em função dos interesses dos mercados. Entre os meios massivos ela vem despertando maior curiosidade pois envolve características de todas as outras mídias: palavras, sons, imagens, cores, luzes, símbolos, etc. Com o desenvolvimento da TV digital, até particularidades dos computadores podem ser incorporadas a TV. Enfim, o audiovisual efetiva a comunicação.

Neste sentido, Barbero (1999) chama a atenção para o papel fundamental que o audiovisual vem tendo no mundo contemporâneo, segundo ele a incorporação à modernidade tem sido feita não mais através do livro, mas a partir dos discursos e das narrativas, dos conhecimentos e das linguagens dessa indústria. O modelo pedagógico tradicional centrado no livro como meio de difusão do conhecimento vem, dessa forma, perdendo sua função diante das novas possibilidades de leitura que as imagens televisivas nos colocam todo dia. Em um artigo, Barbero (1999, p. 29) mostra que segundo dados de uma pesquisa feita pela Universida Del Valle, sobre os hábitos de leitura e usos sociais da televisão,

a maioria das pessoas de todas as classes sociais e não apenas dos setores mais populares, identifica o livro com tarefa escolar; uma vez terminada essa fase da vida, o livro deixa de ter utilidade ou função. Isso revela que as escolas não proporcionam um espaço no qual a leitura e o ato de escrever sejam atividades criativas e prazerosas, mas predominantemente uma tarefa obrigatória. (...)Uma atividade até mesmo castradora: Confundindo qualquer expressão de estilo próprio na escritura com algo anormal ou com plágio, os professores tendem sistematicamente reprimir a criatividade. (BARBERO, 1999, P. 29)

No Brasil a situação não é diferente. A partir da segunda metade do século XX segundo Fort (2005, p. 91) houve um crescimento do total de receptores no país que saiu de 120 mil em 1954, para 22 milhões, em 1983 e 30 milhões em 1995; e nos últimos 10 anos este número quase dobrou. Em 2003 o então Secretário de Planejamento do Ministério das Comunicações, Marcos Dantas, comentava a já existência de 57 milhões de aparelhos de televisão e colocava esse veículo como o principal instrumento de informação e entretenimento da população brasileira.

Essa realidade tem-nos colocado diante de uma situação em que o saber não é mais propriedade da escola e do livro. O conhecimento nessa nova contextualidade circula por canais difusos e descentralizados, é fragmentado e disperso; e de acordo com Barbero, configura o saber-mosaico, construído pelas informações, sob diversas formas de linguagens, que circulam pela sociedade. Sendo adquirido fora desses lócus sagrados, que antes o mantinham e legitimavam, esse saber agora é questionado pela escola e pelos pais, como um atentado à sua autoridade, que vêm rotulando o mundo audiovisual como o mundo da frivolidade, da alienação e da manipulação.

A escola na figura do professor enquanto tem domínio do conhecimento e do ensino e do ensino baseado no mundo do manual, sente-se fortalecida; mas quando depara-se com o mundo da imagem perde o equilíbrio, pois o alunado sabe muito mais e maneja muito melhor a língua da imagem que o professor, que para defender-se diante do desmoronamento de sua autoridade reage desautorizando esses saberes. Essa atitude tem resultado no endurecimento da disciplina nas escolas. Por outro lado os pais diante da desordem causada pela introdução da televisão nos lares, se vêm diante de um ambiente novo transformando os modos de circulação da informação no lar, o que implica numa importante modificação na socialização das crianças que acontece mais rapidamente e respeitando menos as opiniões dos pais.

Antes na cultura do texto escrito, existia os espaços de comunicação exclusivos dos adultos, que marcava uma separação do mundo adulto e do infantil e aí o processo de socialização tinha como primeiro papel a família, no seio do qual crescia. Através da observação do desenvolvimento da vida familiar, vendo os gestos de seus próximos e imitando-os, elaborava aos poucos uma espécie de socialização inconsciente. O segundo papel era da escola onde tomava consciência de tudo que lhe estava destinado.

Com a cultura audiovisual, a criança não precisa mais chegar a idade em que é considerada madura o suficiente para receber as informações que lhe são destinadas: agora apertando um botão do aparelho de TV, ela obtém uma grande quantidade de informações.

A pequena tela expõe às crianças os temas e comportamentos que os adultos se esforçaram para lhes ocultar durante séculos. Já que seu uso não depende de um código complexo de acesso, como é o caso do livro, a televisão mostra às crianças, desde que abram os olhos, um mundo anteriormente velado dos adultos (de guerras, intrigas e jogos de sedução). Diante dessa sociedade os pais limitam-se a culpar a TV por sua perda de autoridade e pela incomunicação que o veículo trás. (MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 21)

Os pais e as escolas nessa tentativa de auto defender-se das mudanças introduzidas pela televisão perdem de vista o potencial educativo que a mesma possui, encarando-a não como um meio que possibilite fazer e criar cultura, mas apenas como transmissora, apta apenas a difundir e divulgar, devendo, portanto ficar de fora do processo educativo formal. Nessa perspectiva sua função na escola corresponderia no máximo a um instrumento que dê suporte ao discurso oral ou escrito, através de um filme ou programa instrutivo.

Indo de encontro aos que assim pensam Orozco (2001) vem afirmando que a televisão pode ser considerada um paradigma educativo e chama a atenção para o desinteresse

da escola formal e das instituições governamentais sobre o fato mostrando que apesar do descrédito uma espécie de educação está sendo realizada pelas mídias comerciais, sem que no entanto, se possa cobrar sua responsabilidade nesse processo.

Chega-se então a pensar que os meios de comunicação não têm nada que ver com educação. Essa é uma idéia generalizada. Todavia, me parece muito importante se mudar essa idéia social de que os meios de comunicação somente servem para divertir e informar. Porque justamente, divertindo e informando estão produzindo aprendizagens em todos os setores, mas isso não se entende porque a uma definição muito estreita, muito reducionista da educação: educação é aquilo que é instrução, tudo aquilo que eu quero ensinar, que a sociedade diz que devo ensinar às crianças, isso é educação. Então, educação é aquilo que faz a escola. Nenhuma outra instituição pode educar. Educação é aquilo que se faz seriamente, com muito esforço. Aquilo que é divertido não é educação. Então, eu acredito que a uma idéia equivocada sobre educação e que é preciso mudar essa idéia. Educação pode ser muito divertida, pode ser fora da escola, pode ser muito mais que somente instrução. (OROZCO, 2005, p.17-18)

A esse respeito, muito bem já nos falou Paulo Freire (1981 p. 73), quando nos trouxe a concepção de educação libertadora que vai além das aulas verbalistas, dos métodos de avaliação dos “conhecimentos” (grifos do autor), do chamado “controle de leitura”, da distância entre o educador e os educandos, dos critérios de promoção, da indicação bibliográfica e da proibição do pensar verdadeiro. Em sua concepção pedagógica a educação era fundada no diálogo e não na aceitação de repetições de mensagens por um educador “bancário”. Para Freire, somente na comunicação tinha sentido a vida humana,

o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensamento dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos de uma realidade. (FREIRE, 1981 p. 73-74)

Na perspectiva de uma pedagogia libertadora é impossível aceitar essa visão de educação que ainda nos rodeia que compreende as pessoas como seres vazios a quem o mundo vai encher de conteúdos (seja pela escola, seja pelos meios de comunicação). De acordo com Monteiro⁸ (2006) Paulo Freire considera a televisão como algo fantástico, mas que deveria ser encarada como tudo de forma crítica, procurando assim, evitar que esta fosse usada de maneira a confundir o receptor com mensagens pré-fabricadas, reduzindo a ação desse meio junto àqueles que querem aprender. E esse também é o grande desafio apontado por Orozco (2000) e por Barbero (1999) em suas reflexões. Orozco (2000, p.63) especificamente está preocupado com o tipo de conhecimento que se requer para interagir

⁸ Cláudia Guerra Monteiro. O papel educativo dos meios de comunicação. USP, 2006. disponível em: www.jpv.pt/forumedia/3/3-fi3.htm

com a TV de maneira produtiva, a qual possibilite aos telespectadores um encontro múltiplo, cada vez mais livre, autônomo, expressivo e, eventualmente, mais crítico.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PELA TELEVISÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O RÉPORTER ECO E O GLOBO ECOLOGIA

Com o agravamento da crise ambiental, o tema meio ambiente tem estado presente na vida de grande parte da população em diferentes culturas e países. Efeito estufa e sustentabilidade têm se tornado expressões corriqueiras em nosso cotidiano. A impressão que temos é de que ninguém precisa mais ir à escola para conhecer os estragos causados pelos diversos tipos de poluição ou pelo lixo. A mídia tem se encarregado de divulgar as grandes catástrofes ambientais, naturais ou provocadas pela atividade do homem, muitas vezes de forma genérica e noticiosa. Os meios de comunicação, caso específico da questão ambiental, tem sido responsável pela propagação de várias denúncias de ataque ao meio ambiente. Sua inserção na sociedade é de tão abrangente que os governos e a sociedade civil vêm utilizando os meios eletrônicos como principal instrumento para sensibilização e conscientização da sociedade para a preservação dos princípios ecológicos em defesa de uma melhor qualidade de vida.

Mesmo na educação formal, a principal fonte de atualizações de professores, agentes, titulares da educação, se restringe à televisão, conforme aponta um estudo veiculado no jornal Zero Hora, de 25/05/2004: “Como consequência dos baixos salários, a fonte de informação de grande parte dos docentes se restringe à TV, assistida diariamente por 74,3% dos educadores”. Apesar disso, o que se verifica é uma abordagem fragmentada da problemática ambiental veiculada pelos meios de comunicação, em especial, pela televisão que reproduz a idéia reducionista do planeta terra. Atinge-se um número ilimitado de pessoas, mas o que vê é:

- a) São escassas as matérias jornalísticas ou campanhas publicitárias, veiculadas pela televisão, que tratam das questões ambientais comprometidas com a ecologia cidadã e isentas de quaisquer interesses políticos e / ou econômicos;
- b) A linguagem é impregnada de signos e símbolos incompatíveis com o repertório dos receptores das camadas sociais de baixo poder aquisitivo;
- c) Mesmo os sujeitos, oriundos da escola formal, portanto, instrumentalizados para decodificarem e entenderem os signos contidos nas mensagens, ainda não incorporam o verdadeiro sentido da preservação do meio ambiente. É flagrante o grande número de pessoas oriundas de classes privilegiadas, que provocam altos danos ao meio ambiente. Já os membros das comunidades pobres, em razão do reduzido nível de escolaridade, do baixo poder aquisitivo e das precárias condições de vida, têm dificuldades de assimilação desses mesmos signos. Eles concebem a natureza como mantenedora de suas necessidades básicas, a exemplo do índio e das sociedades mais primitivas; quando depredam o meio ambiente muitas vezes fazem em defesa da subsistência. (MOURA , 2002, p. 26,27)

Não obstante essa abrangência, temos assistido cotidianamente, através da mídia televisiva, mensagens de conteúdo preservacionistas, produzidas e emitidas pelos órgãos do Estado, pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada. Elas são recebidas por inúmeras pessoas, de diferentes espaços geográficos e de características socioeconômicas e culturais bastante heterogêneas. Como tal é de se supor que cada pessoa, dependendo da sua região e das peculiaridades sociais, econômicas e culturais, assimile a mensagem de forma diferenciada.

Apesar dessas contradições, desde as primeiras iniciativas mundiais de reconstruções e relações do homem para com o meio ambiente, os meios de comunicação social têm sido convocados sob a liderança da Organização das Nações Unidas, a participar dessas reformulações. Já na conferência de Estocolmo 1972, inclinava-se para essa perspectiva, como é possível ver no trecho seguinte:

é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigido tanto as gerações mais jovens como aos adultos, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de uma opinião bem informada e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em toda a sua dimensão humana” É também essencial que os meios de comunicação de massa difundam informações de caráter educativo sobre a necessidade de proteger e melhorar o ambiente, para que o homem possa desenvolver-se em todos os seus aspectos (MININNI-MEDINA & LEITE, 2001).

A Conferência de Tbilisi, reconhecendo a grande influência dos meios de comunicação social e tendo consciência de sua função educativa, na formação de atitudes do consumidor, procurava não estimular o consumo de bens que fossem prejudiciais ao meio ambiente. No âmbito do Rio- 92, como o resultado do Fórum Global, o tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado para orientar as ações da sociedade civil nos anos seguintes à Conferência, estabelece, como um dos princípios de Educação Ambiental, que uma sociedade sustentável: “(...) requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu compromisso com todos os setores sociais, transformando-se num canal privilegiado de divulgação de informações para a sociedade, e na medida do possível um instrumento de educação desta sociedade.” (MININNI-MEDINA & LEITE, 2001).

Um estudo sobre as fontes de informação sobre meio ambiente, feito com alunos de 13 países da Comunidade Européia, citado no primeiro capítulo deste trabalho, realizado pelo Centro Europeu de Formação e Investigação em Educação Ambiental da Universidade

de Bradford (ERTCEE), é apresentado por Guido (2005), em sua tese. Esse estudo, segundo a autora, conclui que “38% dos alunos apontaram a televisão e o rádio como as principais fontes de informação sobre as questões ambientais; 34% sugeriram que esse papel cabia à escola, 18% apontaram os amigos e família e 10% viam os jornais e revistas como essas fontes”. (GUIDO, 2005, p. 11) Ela relata ainda outra pesquisa realizada na década de oitenta nos Estados Unidos, sobre qual tipo de mídia o público procura como fonte de informação ambiental e qual a avaliação que fazem dessas informações. A conclusão mais uma vez mostra a televisão e os jornais como os mais mencionados. A diferença é que os indivíduos com maior escolarização tendem a não confiar na televisão, preferindo os jornais impressos ou revistas especializadas como fontes seguras.

Como vimos anteriormente, algumas pesquisas realizadas no Brasil também são mostradas na tese de Guido e todas convergem para o uso dos meios de comunicação, principalmente da televisão, para obter informações ambientais. Dentre as pesquisas ela cita Carvalho, 1986; Bortolozzi, 1997 e Guido, 2000. Além dessas cita ainda Carneiro/ Tomazello (2001), responsáveis por uma análise sobre o repórter eco e Andrade (2003). Trigueiro (2003), concebe o fato da hegemonia da televisão como maior veículo de informação, ao uso pelas emissoras de uma fórmula antiga para segurar a audiência, a qual ele chama de imagens e sons da vida selvagem. Ou seja, programas que revelam flagrantes do reino animal entremeados por takes cinematográficos de lugares exóticos. Como exemplo, temos o Globo repórter (Rede Globo) e o SBT repórter (Sistema Brasileiro de Televisão), programas de cunho jornalísticos misto de entretenimento, mas sem a pretensão de ser denominado de educação ambiental. Outro que segue essa linha de documentário é o produzido pela BBC, National Geographic, restrito ao canal de tevê por assinatura. Todos eles, entretanto reforçam a disseminação de uma cultura preservacionista, preocupada com a manutenção da fauna e da flora.

O predomínio do entretenimento na programação é uma imposição da televisão, por suas razões comerciais, pois tais programas nada exigem intelectualmente o que leva a televisão a ser considerada como meio exclusivo de entretenimento e relaxamento, por isso a estrutura comercial também tende a frisar conteúdos que chamam a atenção, em detrimento dos que explicam e aprofundam. Esse fato é tão alarmante que se analisarmos a programação das emissoras televisivas abertas do país, veremos que apenas duas exibem programas semanais dedicados à educação ambiental, a rede Globo com o Globo Ecologia e a TV Cultura, que é responsável pelos seguintes programas: Tribos e Trilhas, Repórter Eco,

Expedições e o Planeta Terra. O globo Ecologia atualmente tem sido transmitido pelo canal Futura, saindo da grade de programação da rede Globo.

Outro fato importante a se notar é que os programas educativos tendem a ser marginalizados, relegados aos horários menos nobres, segundo os padrões comerciais. O que é flagrante é aparente pouca importância que os programas educativos ambientais parecem ter, já que, em geral, são apresentados em horários cujos índices de audiências são notoriamente menores: não porque estes programas tenham pouco valor ou qualidade, mas pelas próprias características dos horários, em si. Só a título de esclarecimento o programa Globo repórter, por exemplo, é exibido às sextas-feiras, às 22:05 horas, horário considerado nobre, enquanto que o Globo Ecologia e O repórter Eco, são veiculados no final das tardes de domingo e reprisados durante a semana às 8:00 horas da manhã. Abordando essa questão informacional sob a ótica do jornalismo, Villar (2001) considera que “Os grandes grupos de comunicação do país, mesmo tendo a clareza de que não podem ignorar a questão ambiental, por uma questão de mercado, fazem pequenas concessões, abrindo janelas periféricas, mantendo, no entanto, o jornalismo ambiental com um status marginal.” (VILLAR, apud CARNEIRO & TOMAZELLO, 2001).

Isso se deve ao fato de que as empresas de televisão e de publicidade vinculam o tipo de programação a um tipo de anunciante, e este, por sua vez, a uma faixa de horário. Assim, como a concentração populacional das grandes cidades é maior, e como as emissoras concluem que o que mais interessa à maioria do público são os programas de entretenimento, os horários destinados para programas de conteúdos educativos são aqueles que sobram; aqueles que não vendem tantos, anúncios quantos poderiam ter relação para com o público das metrópoles.

Adentrando ainda mais nestas questões técnicas, Trigueiro (2003) discorrendo sobre as dificuldades de trabalhar o tema ambiental jornalístico, mostra que por meio ambiente ainda ser uma questão periférica no meio jornalístico, não alcançou sentido mais amplo que extrapole a fauna e a flora. No que tange ao discurso propriamente dito, o jornalista as vezes se depara com certas armadilhas. A primeira diz ele, é o jargão ecológico, recheado de expressões como manejo sustentável, ecoeficiência, etc. levam a duas direções, de um lado o cientificismo (segue a velha receita do falar bem é falar difícil) o que afasta o público leigo do assunto e de outro a simplificação dos conceitos (que facilita a vida do jornalista) que ajuda a segurar a audiência. Superada essa questão semântica ele vai tratar da notícia.

A esse respeito salienta que o registro dos fatos e dos acontecimentos vêm acontecendo num ritmo cada vez mais acelerado, e questões como a efeito estufa, escassez de água, desertificação do solo, que demandam um tempo muito grande de resolução (não se resolvem em segundos e sim daqui a alguns anos), são menos interessantes do que falar de catástrofes como furacões e enchentes, que têm apelo factual e se resolvem numa escala de tempo menor, respondendo aos interesses imediatistas de quem consome a notícia.

Sodré (2003, p.80-83), ressalta que a “multiplicidade dos fatos informativos não resulta no aperfeiçoamento do cidadão nem em seu conhecimento sobre o mundo. Quanto mais você é informado do inessencial, menos você sabe sobre si mesmo e mais você é controlado pela lógica do medo”. E que a “mídia hoje é a fala da moeda, do capital que lhe sustenta”. Essa última frase explica a posição que os assuntos relacionados ao meio ambiente ocupam hoje na mídia. O verdadeiro jornalismo ambiental tende a ser uma ameaça aos interesses das empresas públicas ou privadas que operam na contramão da sustentabilidade e por isso representam um produto escasso no meio midiático.

Nessa perspectiva é que procuramos empreender um estudo comparativo entre dois programas de educação ambiental veiculado por duas emissoras distintas, o Globo Ecologia e o Repórter Eco, buscando compreender como diante do desafio de conquistar e manter a audiência estes dois programas exibidos como intervalos dentro de uma extensa grade de comerciais organizam-se a partir da linguagem própria da televisão como meio audiovisual. Para tanto utilizamos a técnica de análise de conteúdo.

De acordo com o que foi possível observado no primeiro capítulo deste trabalho, a análise de conteúdo tem sido a técnica mais difundida para investigar o conteúdo das comunicações de massas, se utilizando, segundo Bauer e Gaskell (2002, p.192), da aplicação objetiva e sistemática de regras de categorização. Sendo assim, a pesquisa foi iniciada a partir da delimitação quantitativa do universo de programas a ser trabalhado para enfim selecionar as categorias de análise desta pesquisa. O período estudado corresponde a oito edições de cada programa nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 4 - EDIÇÕES DOS PROGRAMAS ANALISADOS

GLOBO ECOLOGIA – TV GLOBO		REPÓRTER ECO – TV CULTURA	
DATA	TEMAS	DATA	TEMA
22/10/ 2006	1. Montanhas – Biodiversidade 2. Reciclagem 3. Aquecimento global 4. Ciência e tecnologia	08/10/ 2006	1. Consumo responsável
29/10/2006	1. Povos indígenas no Brasil 2. Lixo 3. Montanhas - Biodiversidade	15/10/2006	1. Usos do solo
05/11/2006	1. Educação Ambiental 2. Plantas medicinais 3. Espécies aquáticas	04/11/2006	1. Governança global
12/11/2006	1. Diversidade cultural 2. Cursos ambientais - Universidade 3. Educação Ambiental	11/11/2006	1. Novas Energias
19/11/2006	1. Água 2. Educação Ambiental 3. Reciclagem	18/11/2006	1. Carros – Novas tecnologias
26/11/2006	1. Educação Ambiental 2. Reciclagem 3. Arqueologia	25/11/2006	1. Biodiversidade e qualidade de vida
03/12/2006	1. Desenvolvimento sustentável 2. Aves 3. Plantas medicinais	03/12/2006	1. Caatinga – I episódio
10/12/2006	1. Reciclagem 2. Plantas medicinais 3. Rios 4. Informática – novas tecnologia	12/12/2006	1. Caatinga – II episódio

Buscando uma análise mais profunda da temática deste trabalho foi delimitado o número de duas edições de cada programa para comparação das categorias, sendo as edições dos dias 03 e 12 de dezembro do Globo Ecologia e dos dias 03 e 10 de dezembro do Repórter Eco, recorrendo eventualmente às outras edições para elucidar ou exemplificar algumas questões. O próximo passo portanto foi eleger algumas categorias de análise, que foram construídas a partir de estudo prévio dos dados e de outras pesquisas já realizadas na área. Dessa forma foi possível agrupá-las em 4 conjuntos de critérios principais, como é possível ver no seguinte quadro:

QUADRO 5 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. FORMATO DO PROGRAMA	2. MENSAGEM	3. LINGUAGEM	4. APROVEITAMENTO PEDAGÓGICO
• Estilo do programa • Estilo visual • Som • Edição • Música • Aspectos gráficos • Canal emissor • Estrutura	• Temas abordados • Fontes de informação • Nível de aprofundamento • Contextualização de Meio Ambiente/ Natureza • Qualidade e inovação	• Tipo de linguagem: verbal/ visual/ sonora • Linguagem verbal: coloquial, regional, formal ou científica?	• Clareza e precisão (conteúdo) • Erros conceituais? • Função básica do programa?

3.1 GLOBO ECOLOGIA x REPÓRTER ECO

A década de 80 marca um dos períodos de mudanças significativas no campo da televisão brasileira. Parte disso se deve ao surgimento das produções independentes⁹, segundo Andrade (2003), atividade vista com bons olhos pelos críticos de televisão. Essas produções tentavam inovar não só nas temáticas dos programas, mas principalmente nas técnicas novas e formatos alternativos,

Os cortes e os processos de edição tradicionais eram trabalhados de forma a apresentar ao telespectador um produto em constante elaboração, em que o tempo de exibição e o tempo simbólico se confundem. O imprevisível e o acaso eram personagens constantes desses trabalhos e inexista o esforço contínuo de controlá-los como ocorre com os eventos reportados tradicionalmente pela televisão. (ANDRADE, 2003, p. 133)

No entanto o segmento enfrentava sérias dificuldades o que levou a uma desconfiança por parte das principais emissoras e diminuição do espaço na grade de programação, remetendo-os aos horários de pouca audiência. Em relação à temática ambiental, as consequências para o processo de espetacularização da natureza são mais positivos, representando um espaço para setores do ambientalismo brasileiro aparecerem, nem

⁹ A produção independente, já era uma atividade institucionalizada na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, no Brasil, ela correspondia apenas a 5% do total da programação.

sempre com uma postura contestatória, mas com alterações sensíveis na discussão ecológica enquanto fenômeno mediatizado¹⁰.

Contudo é na entrada dos anos noventa que tem início o boom ecológico na televisão. Entre o período do anúncio e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a já citada Rio-92, grandes emissoras de alcance mundial reservaram parte de sua grade de programação à temática ambiental¹¹. Seguindo esse caminho a Rede Globo lança no mesmo ano o Globo Ecologia, programa semanal que abordava o tema e, a TV Cultura de São Paulo, dois anos seguintes, estreará o Repórter Eco com perfil semelhante aos outros mencionados.

3.2 O GLOBO ECOLOGIA: ANALISANDO CRITÉRIOS

3.2.1 Formato do Programa

O programa estreou no dia 4 de novembro de 1990, num domingo pela manhã, mostrando a situação do Parque Nacional Cananéia e os problemas das reservas biológicas da Mata Atlântica, apresentando tentativas oficiais e não oficiais de preservação. Foi programado inicialmente para veiculação aos domingos às 7h e 45'. Com a alta audiência, chegou a 12 pontos (geralmente nesse horário é de 5 pontos), a direção da emissora passou o programa para as 8:10, vindo com ele o Globo Ciência. Quanto à duração, geralmente tinha 20 minutos e quando máximo 23'. Atualmente, é exibido na Rede Globo, aos sábados no horário das 7h e 10' e pelo Canal Futura, aos domingos às 12h e 30' com reapresentação às 17h, na madrugada das segundas-feiras, às 01:00h, terças-feiras às 02:00h, quartas-feiras à 00:00 e nas tardes às 16:00h, nas quintas-feiras à 01:30 da madrugada e 22:00h, e aos sábados 22:30 da noite.

O programa é de responsabilidade da Fundação Roberto Marinho¹² e a produção terceirizada, ficando a cargo da Savaget Produções¹³. Os primeiros 15 programas tiveram fomento de outras instituições e foram estabelecidos na forma de roteiros fechados. O Ibama

¹⁰ São desse período a minissérie ecológica Nossa Amazônia (Bandeirantes, 1985), dirigida por Cacá Diegues advindo do Cinema Novo, que buscava aproximar o diálogo entre o cinema e a televisão. O programa mensal, Meio Ambiente Urgente (Bandeirantes, 1987), O Baleia Verde (Veiculado pela TVE do Rio de Janeiro e depois pela TV Gazeta de São Paulo em 1988) O Terra Azul e a novela Pantanal (TV Manchete, 1989)

¹¹ Como a CNN (Cable News Network) que em 1990 produz o Network Earth.

¹² Criada em 1977 a Fundação Roberto Marinho é uma instituição sem fins lucrativos que une educação e comunicação para realizar projetos de preservação e revitalização dos patrimônios histórico, cultural e natural do Brasil.

¹³ Produtora de propriedade de Cláudio Savaget, profissional de mídia ligado à questão ambiental, desde o início de sua carreira.

financiou os dez primeiros e os outros cinco contaram com o apoio do WWF. Andrade (2003, p.142), chama a atenção para o significado dessas alianças em torno da questão ambiental nos anos 90, onde “antigas disputas entre setores estatais e movimentos ambientalistas eram substituídas por novas formas de conjugação de interesses”. O fato é que até o governo Sarney prevalecia uma postura radicalmente nacionalista diante da questão da preservação ambiental, que via o movimento ambientalista com desconfiança, uma espécie de aliados dos países desenvolvidos, interessados em “minar a soberania nacional e tomar posse de recursos e áreas estratégicas, especialmente a Amazônia”. (p. 143). Com a era Collor, iniciou-se um projeto desenvolvimentistas baseado em investimentos estrangeiros e na abertura de mercados, cuja moeda de troca seria a ênfase nas medidas de proteção ambiental, o que necessitaria do governo uma maior aproximação com os setores ambientalistas para legitimação de suas atividades. De acordo com o autor,

Pode-se dizer que a entrada no ar do Globo Ecologia, no final de 1990, ocorre no momento da concretização de uma nova etapa do ambientalismo brasileiro, momento em que se estabeleceu um diálogo mais facilitado entre os segmentos oficiais e não oficiais qualificados, ambos capitaneados pelas diretrizes de mercado. O grupo empresarial mais sintonizado com o processo de globalização da mídia no continente conseguiu conjugar esses interesses com competência inegável, criando um espetacular ecológico que se tornou emblemático dos anos 90. (ANDRADE, 2003, p.144)

A receita do sucesso desse programa, de acordo com Andrade se deve a alguns fatores. Em primeiro lugar ele cita a técnica, que pode ser percebida a partir da vinheta do programa, feita pelo técnico de maior renome na área visual do país, Hans Donner, o que segundo o autor já garante cuidado imagético especial e a importância dos avanços tecnológicos na construção da linguagem do programa. Essa linguagem vai conjugar ainda, a utilização de textos em off com belas imagens, misturando documentários clássicos com o estilo revista¹⁴.

Todos esses elementos vêm contribuindo para a manutenção do programa na grade da emissora e de canais a cabo. Para entende-lo melhor selecionamos o episódio nº 806, que trata da caatinga, gravado na Paraíba e veiculado no dia 02/12/2006 às 7:10h da manhã, pela Rede Globo e reapresentado durante toda a semana pelo Canal Futura nos horários já citados. O programa é o primeiro da série sobre o semi-árido brasileiro composta por três episódios. Ele mostra duas iniciativas de combate ao tráfico de animais, vindas de Patos-PB,

¹⁴ O estilo revista ou telerevista é um formato de jornalismo mais leve, com reportagens curtas e consensuais. Mais voltadas para o entretenimento.

como o projeto Matinha – que envolve onze famílias de pequenos agricultores com o foco no fim da captura de animais – e o xadrez ecológico – trabalha com crianças estimulando meninos e meninas a trocar o estilingue pelo xadrez. Apresenta ainda um grupo de xaxado, dança da caatinga. Eventualmente é abordado na análise o episódio de nº 807 (Caatinga II) para esclarecer alguns pontos. O programa foi gravado no ceará e mostra remanescentes da caatinga, bioma que tem apenas 1% de sua área protegida.

De acordo com a estrutura do programa o primeiro bloco é destinado à apresentação do programa, introdução e matéria principal sobre o tema, enfatizando as belezas e os problemas da região, o segundo e último, logo após o intervalo comercial, mostra outra reportagem onde geralmente são inseridas algumas falas de representantes de uma ONG, associação ou comunidade em geral. São enfatizadas aí algumas práticas de preservação, projetos, valores da cultura local, etc. Essas práticas e intervenções são anunciadas pelo próprio Guilherme Berenguer e não pelo jornalista que realiza a matéria. Essas intervenções geralmente são feitas em super close pelo ator, como podemos observar na edição do dia 03/12/2006: *no próximo bloco você vai conhecer a dança da caatinga e mais, um jogo que mistura xadrez e ecologia*. Na edição do dia 12/12/2006 o ator diz: *o que existe em comum entre uma família americana, uma escritora brasileira e uma engenheira alemã? Quem pensou a defesa da caatinga, acertou*. Sendo assim, os jornalistas, repórteres ou agentes informativos aparecem no programa apenas para dar um aspecto mais realista ao programa.

O programa tem início com a imagem de uma menina caminhando enquanto diversos elementos da natureza vão surgindo na tela (vegetação, peixes, animais selvagens). Ela passa por todos e no final estende a mão a uma arara que pousa nela. Finalmente essas imagens (todas chapadas e em branco e preto) dão espaço a marca do programa, que seguindo a mesma idéia, parece surgir, brotar em forma de globo (símbolo da Rede Globo), envolto em algumas folhas. A seguir, o ator Guilherme Berenguer, aparece em um videoclipe, com sua voz em *off*¹⁵ relacionando o sertão a três famosos artistas de origem nordestina, e que segundo o ator, se encarregaram de apresentar o sertão ao povo brasileiro. O pernambucano Luiz Gonzaga com sua música, a escritora cearense Rachel de Queiroz e o baiano Glauber Rocha, no cinema.

As imagens do videoclipe vão se alternando rapidamente, acompanhando de forma sincronizada a voz do ator. Elas mostram o ator ao lado de uma escultura de Luiz

¹⁵ Expressão usada no Brasil para situações em que a fonte emissora da voz não aparece no momento que a ouvimos.

Gonzaga que fica no Rio de Janeiro, lendo um livro de Rachel de Queiroz e assistindo a um filme (Deus e o diabo na terra do sol) de Glauber Rocha. Outras imagens, essas de arquivo, são exibidas entre as do ator, como uma colagem. Elas mostram rapidamente a paisagem e o povo do sertão. Uma sanfona, cactos, uma zabumba, um triângulo, a escultura de Luiz Gonzaga, uma foto de Rachel de Queiroz, filme de Glauber Rocha e trecho da matéria que o programa apresentará...todos em super close¹⁶. Em *off* a voz do ator introduz o programa: *a beleza do sertão sempre inspirou a arte, que o pernambucano Luiz Gonzaga traduziu em música, a cearense Rachel de Queiroz em livros e o baiano Glauber Rocha em imagens, filmes. E foi assim, que cada um, do seu jeito, apresentou o sertão aos brasileiros. Mas apesar de ser tão popular a Caatinga ainda é um bioma pouco conhecido pela ciência. Recentemente, ONGs do Brasil e do mundo estão redescobrando o sertão. Pesquisadores e sertanejos trabalham unidos para proteger a Caatinga, antes que ela desapareça. Corte. Nesse momento aparece o tema do episódio com uma música de fundo: CAATINGA, EPISÓDIO 1, ANIMAIS DO SERTÃO.*

Na seqüência aparece a figura do ator, agora encarnado na personagem apresentador. Em primeiro plano, Guilherme Berenguer, aparece mais uma vez em frente à escultura de Luiz Gonzaga e diz: *a feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, um templo da cultura nordestina, um lugar perfeito para convidar você a ingressar nessa viagem de descobertas. Vamos acompanhar a aventura da nossa equipe no sertão, conhecer a fauna e a flora do mais brasileiro ecossistema: a Caatinga. A nossa viagem começa na Paraíba. Corte.* Nesse momento entram imagens da matéria feita em Campina Grande – PB. Uma voz em *off*, não mais a do ator, apresenta o local.

Neste clipe de abertura do programa Globo Ecologia, edição nº 806 do dia 02/12/2006, são apresentadas algumas características, que se repetem em outros programas e que iremos analisar agora. A primeira delas se refere ao apresentador/ator. Um jovem rapaz, antigo galã da novela adolescente Malhação e de outras telenovelas da emissora, se apresenta em trajes e gestos informais, fazendo poses (como para fotos de revista) ao lado da escultura de Luiz Gonzaga em plano americano, depois em super close lendo o livro de Rachel de Queiroz e assistindo ao filme de Glauber Rocha. O super close aí é nitidamente usado para ressaltar a imagem do apresentador. Nesse contexto, o ator é o principal representante do campo ficcional, colocado aí intencionalmente para criar uma identificação com o público jovem em torno da mensagem ecológica.

¹⁶ Super close ou primeiríssimo plano, enquadramento apenas do rosto da pessoa.

É interessante notar que em todos os momentos o ator se utiliza de um recurso de cinema, chamado de endereçamento indireto, que consiste em o ator gravar o filme sem olhar para a câmera. Ora está olhando para escultura, ora para o livro, ora para o filme. Esse recurso acentua no programa o caráter de ficção e permite a construção a partir do imaginário, de uma relação com o espectador. Esse recurso difere ainda da forma tradicional de apresentar o programa, que geralmente é feita com o apresentador encarando o público, ou seja olhando para a câmera. Nesse sentido Armes (1999) chama a atenção para o fato de que a forma de se dirigir ao público evidencia a interação que o programa constrói com estes. O que nos leva a afirmar que existe uma relação do espectador com o ator/galã global, que extrapola a questão ambiental. Nesse caso o ator aparece como garantia de audiência. Um outro fator que Armes coloca, é que o endereçamento irá marcar o perfil do programa, que no caso aqui analisado se revela como uma tele-revista, com informações leves, transmitidas informalmente por uma celebridade, se aproximando do entretenimento.

Depois de garantir, a partir da figura do ator, o relacionamento do espectador com o programa, este volta ao formato convencional de apresentação, que utiliza o endereçamento direto. Nesse instante, o ator aparece em primeiro plano, olhando diretamente a câmera, como se estivesse conversando com o espectador, sugerindo uma relação de intimidade, convocando-o a descortinar os mistérios e a beleza do sertão. A esse respeito Armes complementa;

É pela palavra que os apresentadores – respaldados pela importância de sua imagem – transferem autoridade um ao outro, introduzem os tópicos de discussão, chamam personagens auxiliares (repórteres, peritos, testemunhas) e juntam os fios do argumento para oferecer uma conclusão satisfatória (ARMES, 1999, p. 164)

Fazendo uma comparação rápida entre a apresentação do Globo Ecologia e a dos outros programas de conteúdo ecológico da emissora, algumas diferenças ficam latentes. No Globo Repórter, por exemplo, a apresentação não é feita por um ator, tão pouco por um jovem. O programa desde sua inauguração em 1972, trás em seu comando o jornalista Sérgio Chapelin, que segue o ritual clássico da figura do apresentador em um estúdio, visto primeiro em plano americano e depois em primeiro plano, olhando sempre para frente, com um monitor de televisão ao fundo exibindo a imagem tema do programa. O jornalista de ar sério e respeitável, tanto por seus gestos como por seus trajes formais (terno e gravata), anuncia o programa com o resumo das reportagens que o telespectador irá assistir.

O programa apesar de não ter pretensões educacionais, consegue ser visto pelo público como tal, o que nos leva a pensar que isso seja resultado dessa áurea de seriedade imposta por esses detalhes de sua construção. Essa confiabilidade e respeito adquiridos pelo programa ao longo desses trinta e quatro anos encontra respaldo ainda na relação de familiaridade estabelecida entre o apresentador e o público. O fato de ter o mesmo âncora durante todo esses anos proporciona essa intimidade e proximidade com o programa. Podemos enfatizar também os enquadramentos e movimentos de câmera que procuram usar a imagem confiável do apresentador para dar credibilidade aos fatos expostos.

O Globo Rural também conserva o ritual tradicional dos telejornais. A apresentação fica a cargo de Priscila Brandão, Nelson Araújo e Helen Martins. No programa do dia 12/12/2006, apresentado por Priscila Brandão, todas as notícias foram anunciadas por ela que estava sentada em sua bancada de jornalista com uma imagem do tema ao fundo. No início é feito um resumo com pequenas inserções de cenas das reportagens que serão exibidas no decorrer do programa. Todos os anúncios e comentários das notícias são feitos em close pela apresentadora. O programa mostra algumas curiosidades do mundo rural como nesse episódio uma cabra que deu a luz a sete cabritos, informa sobre negócios rurais, e faz denúncias de problemas e crimes ambientais.

O mesmo não acontece com o Globo Ecologia. O ator/apresentador transcende a função de anunciar e informar, assumindo o papel de suscitar a confiabilidade através de sua imagem de galã, de mito. Dessa forma, ele entra nas casas como se estivesse conversando com o espectador, numa espécie de bate-papo informal, que o coloca numa posição muito próxima com o público, isso com certeza tem um impacto muito grande no imaginário das pessoas, que normalmente procura espelhar suas atitudes nas de seus ídolos. Essa relação de intimidade no Globo Ecologia também é fortemente marcada pelos diferentes enquadramentos e movimento de câmera que visam enfatizar a figura do ator durante todo andamento do programa. Podemos observar isso no clipe inicial que introduz o programa. Durante todo seu desenrolar, várias tomadas em close do ator procuram cativar o espectador tentando inseri-lo naquele ambiente apresentado. A finalização do programa obedece sempre ao mesmo procedimento, o enquadramento em super close do rosto do ator, na tentativa de trazer o público para ainda mais perto da informação transmitida.

No entanto, apesar de se ter um forte apelo em relação à imagem do ator, na maior parte do tempo ele fica fora da cena, emprestando sempre sua voz. Andrade (2003) afirma que a presença constante do ator roubaria o efeito de protagonização das paisagens naturais e as qualidades cênicas do lugar filmado. Nesse sentido a câmera seria a responsável por

comandar o espetáculo, assumindo a posição de mediador entre o espaço documentado e o espectador. Assim, tanto os jornalistas que redigem o texto, fazem entrevista quanto o ator que apresenta, se rendem as imposições do visual. Essa fórmula que mescla belas imagens e textos em *off* de forma ágil e versátil é tida por Cláudio Savaget, idealizador do programa, como fator de sucesso do mesmo.

No Globo Ecologia fica clara a função do apresentador, jovem ator, galã de novelas, para o programa. Através de sua imagem busca-se uma identificação do espectador com os temas abordados. Nesse sentido é que o uso da imagem do apresentador pode ser observado desde a abertura, passando pelo anúncio das reportagens, dos comerciais, da informação de endereços e *sites*, até o final do programa. Em relação ao final, o ator se despede sempre fazendo um resumo do programa e agradecendo a audiência.

O programa é dividido em dois blocos que apresentam as reportagens sobre a caatinga, anunciadas ainda na introdução do programa, com pequenas inserções de imagens da matéria no clipe inicial e depois pelo próprio ator/apresentador. O quadro abaixo, traz os dois programas da série sobre a caatinga e oferece a estrutura do programa e das reportagens, que em nenhum momento é deixada clara pelo apresentador. O apresentador apenas introduz o tema do episódio e convida o espectador para assistir a primeira parte, criando uma expectativa no público.

QUADRO 6– EDIÇÕES DO GLOBO ECOLOGIA ANALISADAS (SÉRIE CAATINGA)

Data	Introdução	Primeira reportagem	I N T E R V A L O C O M E R C I A L	Resumo	Segunda reportagem	Mensagem final
03/12/2006	Clipe do ator	Caatinga Projeto Matinha - PB		ator	Experiências de preservação	ator
12/12/2006	Clipe do ator	Caatinga árvores – CE Reserva Natural Serra das Almas		ator	Experiências: Associação Caatinga Família Johnson e Engenheira alemã Gerda Nickel	

De acordo com o quadro 1, é possível observar que as primeiras reportagens de cada edição abordam de forma mais ampla o tema, no caso aqui analisado, a caatinga. Elas geralmente introduzem a apresentação de organizações e projetos que serão mostrados no

programa. No primeiro programa temos o projeto Matinha e no segundo a associação caatinga, ONG criada para gerir a Reserva Natural Serra das Almas e responsável por projetos de preservação como o Cinquenta Mil Carnaúbas, um projeto de reflorestamento que pretende trazer de volta ao local a chamada árvore da vida além de plantar muitas outras espécies nativas. Essa reportagem é sempre de maior duração que a segunda e introduz os conceitos sobre o tema. No caso da série Caatinga, o primeiro programa trouxe a discussão sobre tráfico de animais dessa região e o segundo, sobre as árvores.

Antes dos dois blocos, entre eles e depois, existe uma parada para incursões de propagandas. No caso da apresentação do programa pela Rede Globo, foi possível observar que não existe nenhuma articulação entre o conteúdo dos comerciais com o conteúdo abordado no programa. Geralmente essas propagandas se restringem a anúncios da própria programação da emissora ou de produtos comerciais gerais. Mesmo quando o programa está sendo veiculado pelo Canal Futura, canal educativo da Rede Globo, não existe nenhuma preocupação em articular a grade de programação com o conteúdo do programa.

Na Rede Globo quando o programa vai começar a ser exibido, antes aparece o símbolo da Fundação Roberto Marinho, que é a entidade que o financia. No final do programa os anúncios voltam-se para o próximo programa que irá começar. Em relação ao tempo de duração dos comerciais geralmente corresponde a 30 minutos.

3.2.2 Mensagem

Em relação à mensagem ambiental, o programa sai das antigas abordagens da década de 70, baseadas nos problemas e nas denúncias de práticas predatórias¹⁷, para enfatizar agora, soluções espontâneas e criativas advindas da prática comunitária de diversos lugares do país.

Se Amaral Netto se dispunha a redescobrir o país, mostrando riquezas e potencialidades até então desconhecidas e inabitadas, agora a tarefa consistia em apresentar às populações urbanas a dimensão de nossa prática comunitária e o envolvimento voluntário que diversos segmentos sociais, organizados ou não, tinham pela causa ambiental. Se nos anos 70 as decisões nessa área eram todas monopolizadas pela tecnoburocracia estatal e defendidas com veemência pelo cineasta/deputado (Transamazônica, Itaipu), e sem participação qualificada das populações enfocada, a tendência atual vai no sentido de explorar pelo país e mostrar o ativismo cotidiano exercitado pelos setores anônimos. (Op. Cit. 2003, p.148)

¹⁷ Programa Amaral Netto, o Repórter.

As reportagens veiculadas nas edições analisadas do programa demonstram uma diversificação de temas ambientais, esses temas são apresentados em séries de quatro episódios representados no quadro...., visando apenas informar e entreter o telespectador sobre os mais variados assuntos, como meio ambiente, sociedade e cultura, dentre outros. Isso fica claro na edição nº 830, Biodiversidade e qualidade de vida, onde o economista Sérgio Besserman limita-se apenas a explicar o conceito de biodiversidade, mostrando os limites do planeta e da nossa sobrevivência.

O programa em sua primeira parte assumiu um tom mais de “alerta geral”, apontando a causa e os efeitos catastróficos da extinção de espécies, sobretudo no que tange a fabricação de remédios. Nesse ponto o debate girou em torno apenas da apresentação do trabalho da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) na busca por novos princípios ativos. Em nenhum momento foi tocada a questão da biopirataria, um dos graves problemas hoje enfrentado pela sociedade. Essa ausência de uma posição marcada em relação ao tema abordado, caracteriza o programa como polifônico. Segundo Guido (...) isso se deve ao fato de que o apresentador é apenas um condutor da notícia, lida por ele, mas escrita por outras pessoas.

Em relação às fontes de informação consultadas sobre os temas abordados estão os centros de pesquisa como a Fiocruz e universidades como a Universidade Federal Fluminense (UFF) que mostrou as consequências da extinção da tainha nas águas da Baía de Guanabara no programa sobre biodiversidade e qualidade de vida, o governo brasileiro, ONGs como a Associação Caatinga e o Projeto Matinha, profissionais liberais, empresas como as representadas na Challenge Bibendum 2006, feira do setor automobilístico que aconteceu em Paris, além de outros. Quanto ao nível de aprofundamento, como vimos as reportagens são “mornas”, apenas se restringindo aos problemas ambientais mais facilmente reconhecidos como poluição, lixo, e , mesmo quando o tema exige um compromisso maior, como a biodiversidade, a abordagem toma um tom conservacionista mostrando apenas espécies da fauna e flora em extinção.

3.2.3 Linguagem

O programa utiliza uma linguagem de documentário o que lhe concerne um caráter monotemático, adaptada ao seu formato de revista eletrônica, conduzindo-o a uma espécie de documentário moderno, sem a presença destacada do repórter, apoiando-se na imagem do ator/apresentador para enfatizar as belezas naturais. Dessa forma, as reportagens

têm sempre um tom informativo, num misto de reportagem e documentário, onde uma voz *off* “recita” o texto enquanto imagens relacionadas ou não a ele são mostradas. Algumas vezes essas reportagens são formatadas no estilo de entrevistas e/ou depoimentos de pessoas ligadas ao tema, como é possível observar no episódio sobre os animais da caatinga, e no sobre as árvores, que introduzem as ONG’s e os projetos apresentados no programa, nesse sentido primeiro vem um depoimento do gerente da RPPN Serra das Almas, Marcelo Oliveira e depois de Flávia Prado, bióloga da Associação Caatinga.

O texto lido pelo ator/ apresentador, apresenta boa qualidade jornalística, é leve e não levanta qualquer tipo de polêmica ou engajamento à problemática ecológica. Buscam apenas chamar a atenção do público para temas e atividades desenvolvidas no local apresentado no programa. Um exemplo disso são as edições apresentadas sobre a caatinga, apenas desenvolve o tema de forma didática e clara, através de frases curtas e bem pontuadas. Mesmo em temas que poderiam adquirir um tom mais polêmico como o citado anteriormente da edição nº 830, Biodiversidade e qualidade de vida, onde o debate segue “morno” apenas com o intuito de entreter e informar.

Outro aspecto importante relacionado à construção das reportagens diz respeito ao mosaico de imagens que geralmente é feito para conformar o espetáculo ecológico. Essa colagem de imagens recentes e de arquivo acentua o caráter ficcional do programa. De acordo com Andrade (2003 p. 183),

a superposição de imagens de arquivo e *in loco* realiza uma montagem ilusória de continuidade e narração. A utilização de uma mesma trilha sonora conectando as diferentes paisagens e os diferentes tempos aprofunda ainda mais essa geografia móvel e plural, construída em bases quase que propriamente artísticas.

Normalmente o programa realiza os depoimentos no local da reportagem. Utilizando como fundo de cena a própria natureza local. No entanto, algumas vezes não é possível que isso aconteça. Então é comum recorrer a alguns artifícios visuais. Na edição do dia 03/12/2006 o apresentador/ ator Guilherme Berenguer fez toda a sua intervenção num local muito distante da Paraíba, a feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Ao lado de uma estátua de Luiz Gonzaga sob um céu claro, ele apresentou todas as reportagens como se estivesse no local em que foram feitas. A ligação, sensação de continuidade era dada através das músicas.

Em relação às imagens nas reportagens deve-se salientar ainda que o texto lido pelo ator ou mesmo os depoimentos das pessoas figuram num plano anterior, onde o

protagonismo fica com a moldura verde que o envolve. Em todos os depoimentos é possível observar essa moldura verde.

3.3 O REPÓRTER ECO: ANALISANDO CRITÉRIOS

3.3.1 Formato do Programa

O Repórter Eco surgiu em fevereiro de 1992 e tinha como objetivo discutir questões ambientais, inserindo-as no cotidiano das pessoas antecipando assim os debates sobre os temas da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a já citada Rio-92. O programa foi idealizado e montado pela jornalista Lia de Souza e uma equipe de mais quatro pessoas, contando com o financiamento da Fundação Padre Anchieta¹⁸. Antes de realizar-se a Rio-92 era uma produção diária, veiculada no horário nobre da televisão brasileira, das 19:50 às 20:00h, com notícias breves e atuais. Durante a Conferência passou a ter 30' de duração, fazendo a cobertura completa do evento, produzindo ainda matérias sobre os temas debatidos no evento. Atualmente é exibido semanalmente, ainda com duração de 30' das 17:00 às 17h e 30' com reapresentações nas quintas-feiras pela manhã às 7h e 15'.

O programa tem como marca um trabalho de imagens bem cuidado e clips ambientais, seguindo também o citado estilo de revista. Por conta de todo esse afinco, o programa Repórter Eco, teve o seu tempo de duração e a permanência na grade da TV Cultura ampliados – foi criado com o intuito de debater as questões da agenda da Rio-92 – o que revela o compromisso que a emissora tem com o Meio Ambiente. Esse compromisso pode ser verificado ainda observando sua programação dominical que tem parte dedicada ao tema., o que forma uma programação chamada na comunicação social de continente, pois o tema ecologia é comum a todos os programas da grade. Soma-se a isso o acompanhamento dos intervalos comerciais, com propagandas voltadas para o meio ambiente – como a da linha de produtos Ekos da Empresa Natura S/A e da revista Planeta Terra da Editora Abril Cultural, - que permitem junto com as chamadas para os próximos programas, uma sensação de continuidade da mensagem ecológica que vai além dos programas.

Dentre esses programas temos o Tribos e Trilhas, produzido pela Hipermídia Comunicações, que enfatiza a natureza através do turismo, oferecendo informações a respeito

¹⁸ Fundação Padre Anchieta, foi instituída pelo governo do Estado de São Paulo em 1967. Mantém a Tv cultura e as rádios Cultura AM e Cultura FM.

de como chegar ao local mostrado na reportagem, além de sugerir roupas, indicar comidas típicas, dentre outras características do local. Inclui ainda imagens que divulgam projetos ecológicos desenvolvidos nos locais em que a matéria foi realizada. O programa Expedições, produzido pela RW Vídeos, aborda em suas reportagens as paisagens naturais brasileiras e, com menos frequência, algumas reportagens realizadas em outros países. Segundo a jornalista e produtora do programa, Paula Saldanha, procura-se apontar soluções para os problemas ambientais, o que exige o aprofundamento nas pesquisas.

Em relação aos outros programas do bloco ecológico da TV Cultura, o Repórter Eco apresenta um formato diferenciado. Seu endereçamento de certa forma já deixa clara a sua proposta, um programa mais sério, voltado para o telejornalismo tradicional. Com a apresentadora olhando para frente em primeiro plano. No caso de Flávia Lipp, ela só anuncia as reportagens não participando delas. Ao contrário de Paula Saldanha, do Expedições que participa das reportagens, inclusive fazendo comentários. Sua presença marca o programa também porque é a produtora dele. Na cultura, é interessante perceber que todas as apresentações dos programas ambientais são feitas por mulheres, uma possível alusão à identificação com o feminino que temos do planeta terra, mãe terra.

No Repórter Eco, Flávia Lipp é responsável por introduzir, anunciar os intervalos comerciais e finalizar o programa. Todas essas funções obedecem a um determinado movimento de câmera. Quando ela anuncia o intervalo comercial na edição analisada, aparece por entre as plantas, no centro da tela. Sua imagem surge de baixo para cima, um movimento de câmera bem diferente dos que normalmente são utilizados para anunciar as reportagens. Nesse momento ela não está em close, nem em super close, mas em plano americano. No último bloco geralmente ela aparece em super close, falando a mensagem final.

O programa apresenta em torno de três reportagens, às vezes quatro onde geralmente o último traz alguma entrevista. Na edição analisada a entrevista foi com o fotógrafo recifense Jesus Carlos que assim anunciou: *O projeto polêmico do governo federal de transpor as águas do Rio São Francisco, levou o fotógrafo Jesus Carlos a fazer uma expedição pelo rio. O resultado são imagens que registram a preocupação do povo ribeirinho com o futuro do velho Chico.* Para essa apresentação a câmera vem de cima pelo lado direito e encontra apresentadora posicionada em plano americano, no centro da tela. Na última frase a câmera vai enquadrando a apresentadora até um close. Na edição anterior do dia 03/12/2006, a entrevista foi com Ignacy Sachs, o economista e sociólogo que ajudou a formular o conceito que passou a ser conhecido como Desenvolvimento sustentável.

Uma outra parte importante do programa são as que anunciam projetos e ações individuais. Normalmente são feitas em super close como na edição do dia 10/12/2006: *Na periferia de São Paulo um centro de educação oferece a comunidade acesso a internet e ainda ensina a reaproveitar peças de computador fora de uso. Este trabalho é parte do projeto da metarreciclagem.* O super close aqui é usado para destacar a importância que essas iniciativas tem para o programa. Dessa forma procura também aproximar o telespectador destas ações. Um outro recurso utilizado pelo programa é o resumo que é utilizado no início do programa e depois na apresentação de cada matéria. Após a última reportagem, a apresentadora costuma finalizar o programa com o pensamento de algumas personalidades. A escolhida para o dia 10/12/2006, foi Pablo Picasso que diz: *há pessoas que transformam o sol numa simples mancha amarela, mas há aquelas que transformam uma simples mancha amarela no próprio sol.* Logo após esta mensagem um clipe com imagens exuberantes do rio São Francisco aparecem ao som de uma música de Maria Betânia que tem o mesmo tema.

O programa Repórter Eco está estruturado em três blocos com dois intervalos comerciais. Esses blocos apresentam três reportagens principais, ao todo. O programa do dia 10/12/2006, contabiliza quatro reportagens principais. O quadro abaixo mostra a estrutura dos três últimos programas assistidos. Esse quadro foi construído de acordo com o resumo apresentado pela apresentadora no início de cada programa.

QUADRO 5 – EDIÇÕES DO PROGRAMA REPÓRTER ECO ANALISADAS

Data	Primeira reportagem	Segunda reportagem	I N T E R V I S T A G E M	Terceira reportagem	Quarta reportagem	mensagem
10/12/2006	Vazamento em oleodutos	Plantas medicinais		Metarreciclagem	Entrevista com fotógrafo	Pablo Picasso
03/12/2006	Planta Medicinais	Aves		Entrevista com Ignacy Sachs	-	

Observando o quadro anterior, é possível perceber que as primeiras reportagens do programa visam divulgar alguns projetos desenvolvidos por entidades como o Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fundação Oswaldo Cruz, que produz e distribui para o Sistema único de Saúde medicamentos essenciais, apresentado no programa do dia 03/12/2006 ou como o Programa de Computador da USP - São Carlos, capaz de monitorar vazamento em oleodutos e gasodutos com elevada precisão e a um custo cinco vezes menor ao dos sistemas

disponíveis no mercado. É importante ressaltar que os projetos apresentados aí são de custo bastante elevados, tornando inacessíveis para uma grande parcela da população.

A segunda reportagem normalmente é apresentada como quadro intitulado biodiversidade. Essa reportagem é mais longa e é organizada em uma série com duração mensal como o tema plantas medicinais das duas edições citadas. Essas reportagens são patrocinadas pela empresa de cosméticos Natura S/A. A terceira reportagem visa mostrar o trabalho de pessoas que realizam projetos nas áreas relacionadas com a cultura, educação, ciência e tecnologia, sendo os temas não necessariamente ligados às questões ambientais.

Apesar da TV cultura ser uma emissora pública, algumas inserções comerciais em sua programação vem sendo feitas. No repórter Eco, o intervalo comercial situa-se entre a segunda e a terceira reportagem. No primeiro intervalo para o programa do dia 10/12/2006, foi observado que a maioria das propagandas são comerciais ou são sobre a programação da emissora que retransmite a TV Cultura, no caso de Pernambuco, a TV Universitária. Foi contabilizado apenas um comercial ligado à temática do programa, que é o da revista Planeta Terra. No segundo intervalo comercial já aparece além da revista à empresa parceira do programa, a Natura S/A. Essa última destaca-se pelo alto grau de qualidade das imagens que apresenta. Essas imagens são muito superior as do programa e revelam o cuidado que as agências têm para promover o consumo dos produtos que anunciam.

A propaganda da Natura busca atingir o telespectador sob dois aspectos: primeiro, o bem-estar, repetido sob o slogan “bem-estar-bem”, pessoal e aquele que se pode alcançar ao tratar bem a natureza. O outro ponto diz respeito à natureza de cada um e a natureza enquanto tal. Nesse sentido a propaganda quer dizer que a Natura protege a floresta, passando a idéia de que seus produtos são naturais e podem ser extraídos sem prejudicar a natureza, sendo assim o telespectador pode consumi-los sem receio de ferir a natureza, pois estará garantindo tanto o seu bem-estar quanto o da natureza. É importante lembrar que essa atenção dada ao bem-estar e a natureza se relaciona com o trabalho ambiental realizado pela empresa, voltado para o desenvolvimento sustentável das plantas que são ingredientes de seus produtos. Ao estabelecer parceria com um programa que divulga ações ambientais, a empresa torna real para o telespectador sua intenção conservacionista, atingindo diretamente o público interessado na defesa do meio ambiente.

3.3.2 Mensagem

A mensagem ambiental no repórter Eco, baseia-se na perspectiva do ambientalismo, de agir localmente e pensar globalmente. Na fala da própria Lia de Souza¹⁹,

(...)A gente antes trabalhava muito mais com o dia-a-dia, muito mais o que acontecia, e hoje tem que trabalhar só com propostas de soluções, voltadas mais para ONGs que estão fazendo alguma coisa, para soluções individuais, pessoas que estão trabalhando no cantinho delas (...) enfim, em propostas que mostrem que todas as questões ambientais tem soluções.

Ela afirma ainda que as soluções de situações ambientais constituem a pauta fundamental a ser perseguida pela televisão. Dessa forma, o conjunto de reportagens das edições analisadas do programa são matérias que tratam de casos individuais a partir de iniciativas locais. Nestas, percebe-se uma preocupação muito grande com o meio ambiente caracterizado em perspectiva perceptível concreta, o conhecimento empírico é o dado central nas mensagens do programa.

Estas evidências podem ser reconhecidas tanto no tratamento estético do programa, quanto no conteúdo textual expresso em suas falas. Verifica-se uma grande ênfase na temática da conservação ambiental, da manutenção do patrimônio natural, dos ecossistemas e da exuberância das paisagens naturais.

Segundo Carneiro e Tomazello (2001), o repórter eco em sua opção por apontar soluções, na verdade, concentra-se nas consequências da degradação ambiental e dos seus efeitos sociais, sem no entanto distinguir, como as diferentes camadas da sociedade são diferentemente afetadas pelos desastres ambientais. Desse modo, o programa não reserva espaço a um outro caminho de debate que seria o de buscar a origem histórica dos problemas ambientais, as causas específicas da degradação. Dizem as autoras que este seria o meio privilegiado para uma prática pedagógica ligada a educação ambiental informal, elucidativa da problemática ambiental e formadora de uma consciência de cidadania ambiental.

O entendimento das causas estaria assim ligado à possibilidade do questionamento e da vinculação dos problemas ambientais com as questões de ordem produtiva da economia e com a participação social e os desafios políticos de nossa sociedade. Assim, o programa assume um caráter conservacionista, biologizante, pretendendo proteger a natureza sem modificar a atual relação homem/natureza.

¹⁹ Apud Andrade p. 137

As reportagens em sua maioria são apresentadas a partir de pesquisas em fontes técnicas, como por exemplo, matérias sobre o uso medicinal de plantas cujas fontes de informação são pesquisadores da UFRJ e da Fiocruz. Seguindo essa lógica aparecem ainda temas como novas tecnologias de controle ambiental com pesquisadores da USP, pesquisa em saúde pública com um grupo da UNIFESP e uma entrevista com o intelectual Ignácio Sachs. De forma subsidiária usa-se como fonte de informação depoimentos de artistas ligados a arte ecológica como o fotógrafo pernambucano Jean Carlos, além de registrar ações de ONGs como o Projeto Metareciclagem da periferia de São Paulo.

3.3.2 Linguagem

Uma visão panorâmica de um lugar muito verde revela caminhando lentamente da esquerda para o centro da tela uma mulher, é a apresentadora Flávia Lipp, que ao caminhar introduz o programa: olá! No Repórter Eco de hoje você acompanha projetos para o controle do vazamento de óleo, em busca de plantas medicinais, pelo acesso a reciclagem e em defesa do Rio São Francisco. Veja só os destaques. Nesse momento um corte interrompe. É apresentado então um resumo do programa com trechos das reportagens. Na sequência o cenário anterior e a apresentadora retornam. Flávia Lipp em super close diz: começa agora o Repórter Eco. Aparece então a vinheta do programa, que mostra um grupo de pessoas, algumas palafitas e uma linha que percorre os dois ao som de uma musica bem delicada. Os desenhos em preto e branco, chapados são perpassados por uma espécie de brisa que colore o ambiente. No final essa brisa, linha se transforma em flores e folhas de onde surge o novo símbolo do Repórter Eco. Depois de uma pausa, a apresentadora no mesmo cenário e em close, anuncia a primeira reportagem.

Essa abertura do programa do dia 10/12/2006, é um ritual que pode ser observado em todas as outras edições analisadas. As características dele reveladas são muitas. Uma delas refere-se aos gestos da apresentadora. Ela está sempre em pé, caminhando ou parada, emoldurada por uma grande massa verde. Seus gestos são comedidos e ela ocupa a tela discretamente. O endereçamento é direto, com a apresentadora olhando direto para a câmera, mantendo um aparente diálogo com o telespectador.

Seu traje procura destaca-la em relação ao fundo, nesse programa especificamente está com uma blusa cor de rosa, que a mantém sempre em posição de destaque em relação ao fundo. Outra característica interessante é o movimento de câmera feito durante o programa, buscando ressaltar sempre a imagem da apresentadora, esses repetidos enquadramentos de

Flávia Lipp tem por objetivo trazer confiabilidade aos fatos apresentados nas reportagens. Constantes closes e super closes tentam aproximar mais ainda a apresentadora de seu público. Uma relação que já vem de longe pois Flávia Lipp está desde do início do programa conduzindo sua apresentação. Esse fato ajuda a manter uma relação de confiança e intimidade do telespectador com o programa. Essa intimidade embora seja favorecida pelo endereçamento direto com o qual a televisão trabalha, é também enfatizada pelos próprios aspectos complexos da tecnologia utilizada em um estúdio de TV, que emprega dezenas de pessoas que ficam ocultas, facilitando a autoridade da apresentadora e a ênfase de sua pessoa.

3.4 Comparação entre os dois programas

De acordo com os quadros construídos para análise dos programas os dois apresentam estrutura um tanto parecidas. Ambos estão estruturados em blocos, o globo ecologia em dois e o repórter eco em três blocos. No entanto o globo ecologia apresenta um caráter monotemático enquanto repórter eco é construído como um telejornal com várias notícias sobre temas diversos. Como é possível ver no quadro abaixo:

QUADRO 6 – ESQUEMA DE COMPARAÇÃO

GLOBO ECOLOGIA	REPÓRTER ECO
Programa 1: Caatinga – Projeto Matinha Experiências de preservação	Programa 1: Vazamento em oleodutos Plantas medicinais Metarreciclagem Entrevista com fotógrafo
Programa 2: Reserva Natural Serra das Almas Associação Caatinga Família Johnson e Engenheira alemã Gerda Nickel	Programa 2: Plantas Medicinais Aves Entrevista com Ignacy Sachs

Em relação ao apresentador o Globo Ecologia tem um ator jovem como âncora, que tem sua imagem de galã de novelas usada para conquistar a confiança do público. O ator Guilherme Berenguer, representa esse papel utilizando recursos do cinema, o que confere ao programa um caráter de ficção. Já no Repórter Eco, a apresentadora Flávia Lipp, vem conquistando o público pela sua maneira séria de conduzir o programa, respeito adquirido ao

longo de 14 anos, tempo em que ela está apresentando o programa. O endereçamento no Repórter Eco é direto, o que o aproxima dos programas jornalísticos tradicionais e no Globo Ecologia esse endereçamento é indireto, o que significa dizer que existe outra relação de interação com o telespectador, construída a partir do mito.

Os dois programas apresentam um apelo visual muito grande no que diz respeito a imagem dos apresentadores. O constante uso de closes e super closes demonstram a importância que essas imagens tem na identificação do público com o conteúdo dos programas e na manutenção da audiência. Quanto a linguagem, o Globo ecologia utiliza textos leves e informativos, tendendo a analisar de forma superficial os problemas ambientais, procurando assim evitar polêmicas. Ao contrário dele, o Repórter Eco apresenta reportagens mais bem elaboradas com um tom mais sóbrio, uma linguagem enfatizada por Washington Novaes, supervisor geral do quadro biodiversidade, ainda assim, limitado pela superficialidade no enfoque e pelo tratamento de um modo geral conservacionista e biologizante.

No entanto, contraditoriamente, este mesmo programa traz dentro de si um mecanismo de veiculação publicitária da empresa Natura, que não consegue sequer separar o final do programa com o início da publicidade, ou seja, ultrapassa mesmo a divisão usual dos chamados intervalos comerciais. O conteúdo ambiental passa a ser associado indiscriminadamente com o conteúdo publicitário justamente em um momento chave do programa que são as reflexões editoriais do jornalista Novaes. Vê-se então a importância da associação entre linguagem, conteúdo e análise institucional das redes de televisão. Por que na Rede Pública de televisão em um de seus únicos programas que se volta estritamente à Educação Ambiental, depende-se do financiamento privado, colocando-se em cheque sua independência e imparcialidade. Enquanto que neste aspecto o Globo Ecologia não confunde durante a veiculação de seus conteúdos educacionais a associação destes com os conteúdos publicitários, mantendo-se então a separação entre o programa e seus intervalos comerciais.

A partir destes esclarecimentos pretende-se agora iniciar uma avaliação sistemática no caminho norteador da análise deste trabalho, seus quatro critérios de análise de conteúdo. De um modo geral, os dois programas apresentam pontos de convergência e afastamento. Suas convergências estão ligadas aos padrões usuais de linguagem utilizados como recursos de comunicabilidade pelos meios de comunicação televisivos. Seus afastamentos se apresentam nas diferentes estratégias de construção da imagem de credibilidade que cada programa procura traçar. Como é possível ver no quadro comparativo a seguir:

QUADRO 8 – COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS PROGRAMAS

	GLOBO ECOLOGIA	REPÓRTER ECO
1. FORMATO	Estilo revista eletrônica Perfil jovial	Estilo sóbrio – telejornal Edição linear
2. MENSAGEM	Monotemático	Diversificado
3. LINGUAGEM	Coloquial	Formal/ científica
4. APROV. PEDAGÓGICO	superficial	superficial

No primeiro critério, chamado formato do programa essas tendências de afastamento e aproximação se demonstram bastante nítidas. Em relação ao estilo do programa, o repórter eco apresenta-se sóbrio com a edição linear bastante próximo do estilo telejornal. O globo ecologia por outro lado, busca uma aproximação com o estilo revista eletrônica. Baseado em uma edição frenética e não linear de imagem e linguagem adolescente. Quanto ao som e música o globo ecologia faz uma escolha por músicas que acompanhe o ritmo agitado e popular do programa, enquanto o repórter eco, cuja opção visual é mais voltada a contemplação da beleza exuberante da natureza, se utiliza de muitos efeitos de sonoplastia da natureza e de um estilo musical mais lento e cadenciado, de acordo com o estilo do programa.

O segundo critério chamado mensagem, é o mais subjetivo e polêmico pois este envolve todos os outros dentro da lógica da análise de conteúdo, de que forma é conteúdo. Assim, para delimitar esse tópico iremos nos deter ao texto narrado. Os temas abordados são distintos entre os programas, principalmente pela abrangência temática do repórter eco que trata de diversos temas em um só programa, enquanto que o globo ecologia é monotemático. Como ponto de convergência entre os dois programas, encontramos sua preocupação em revelar e tornar pública, experiências comunitárias de educação e preservação ambiental. Normalmente enfatizam-se experiências encontradas fora do campo da Educação Formal, através das ações de ONG's e de outros movimentos sociais.

Como grande fator diferenciador, o Repórter Eco, encontra-se veiculado em um horário privilegiado pela veiculação de programas ambientais. Este tipo de estratégia de programação também concentra neste horário a veiculação publicitária dos chamados “produtos ecológicos”, associando-se mais uma vez, estratégia formativa, educacional com a perspectiva de mercado. Este modelo, chamado pela comunicação social, de programação

continente, a TV Cultura utiliza-o também para organização de outros temas em sua grade de programação. Percebe-se que este advento só se tornou possível a partir da reestruturação institucional da Fundação Padre Anchieta, que passou de empresa pública para empresa de capital misto, pois na legislação brasileira referente aos meios de comunicação, instituições públicas são proibidas de veicular mensagens publicitárias.

O terceiro critério de avaliação chama-se linguagem. Os dois programas se utilizam de vários recursos audiovisuais próprios do meio televisivo, reunidos em torno dos aspectos comunicativos. Sua linguagem verbal varia em certo sentido de proposta comunicativa, o repórter eco vinculado aos padrões formais do telejornalismo de maneira recorrente faz uso de uma linguagem formal ou científica. Privilegiando em suas reportagens declarações e depoimentos de cientistas e professores universitários, o que ressalta o seu caráter técnico. O globo ecologia por outro lado, por seu caráter de revista eletrônica privilegia uma linguagem verbal marcada por um vocabulário regional e coloquial. Seu apresentador de maneira recorrente faz uso da linguagem coloquial como estratégia de aproximação com o telespectador, enquanto que em suas reportagens o programa privilegia declarações e depoimentos de pessoas pertencentes às comunidades locais (normalmente lugares pobres e afastados dos grandes centros urbanos), onde acontecem as matérias.

No quarto e último critério avaliativo de nosso trabalho, aparece o termo aproveitamento pedagógico, antes de iniciarmos a avaliação dos programas propriamente ditos, gostaríamos de retomar um pouco o nosso conceito de educação ambiental. Até os anos 70 do século passado a concepção vigente de educação ambiental era marcadamente dominada por uma perspectiva conservacionista e biologizante que separava o mundo humano do mundo natural. A partir das reavaliações dos anos 80 e principalmente dos anos 90 após a Rio -92, a concepção de natureza como lugar intocado pelo homem foi substituída pela idéia de meio ambiente, uma categoria analítica de forte cunho dialético que se forma a partir da visão integradora do homem e natureza. Sendo o homem o algoz da natureza ele será também vítima de suas ações, principalmente as populações mais pobres. Um bom aproveitamento pedagógico, será um aproveitamento pedagógico crítico da realidade sócio-ambiental formador de consciências e reconstrutor político de uma ética ambiental que vincule o homem e suas ações econômicas e políticas ao meio ambiente.

Dito isto, sabemos que nenhum dos dois programas tem a capacidade ou a função básica de atingir tais metas e objetivos, pelas próprias características classificadas nos itens anteriores e pela própria constituição institucional das empresas realizadoras destes programas. Nenhum dos dois comete de maneira arbitrária ou sistemática erros conceituais,

seus estilos de comunicação conseguem divulgar os conteúdos propostos com clareza e precisão. No entanto, sabe-se que a superficialidade com que os temas são tratados dirige os programas a uma incapacidade orgânica de promover reflexões ambientais profundas e sistemáticas, o que revela um fator determinante de seu limitado aproveitamento pedagógico.

4 CONCLUSÃO

Apesar de suas missões educativas os dois programas de televisão são financiados por empresas privadas que buscam vincular sua imagem a uma perspectiva ambiental conservacionista. O que estabelece limites à mensagem educativa que se torna condicionada a uma comunicabilidade de massa e a própria mensagem publicitária. O que impede por exemplo, que reflexões em torno da reestruturação produtiva para uma reconstrução da relação entre homem/ natureza. Ou do estabelecimento do pertencimento do homem ao meio ambiente, tanto como algoz quanto vítima desse uso degradante.

Estes programas não dispõem de grande audiência e não são exibidos nos “horários nobres” da grade de programação das TVs. Sua exibição mantém-se entrecortada pela veiculação da grade publicitária, o que interfere na estruturação da linguagem como meio de comunicação, neste caso meio é conteúdo e sua absorção pelos receptores se articulam de maneira dinâmica e multidimensional. Estas reflexões nos fazem voltar a pergunta central deste trabalho: como se dá a relação entre forma e conteúdo no desafio comunicativo e formativo dos programas ambientais da televisão educativa no Brasil?

Podemos afirmar então, que esta relação entre forma e conteúdo acontece de maneira precarizada pelos condicionantes de mercado que restringem a abrangência analítica dos programas a uma lógica conservacionista da natureza. Neste caso, falta aos programas a necessária independência crítica para a construção de uma Educação Ambiental integrada e integradora do homem e do meio ambiente, questionadora de nosso atual modelo de produção e consumo. Acima de tudo, de uma Educação Ambiental que possa se tornar veiculadora e propositora de uma redefinição de valores fundamentais de nossa sociedade, a partir da construção de uma nova ética ambiental.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **TV consciência e indústria cultural** in: COHN, G. (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- ANDRADE, Thales. **Ecológicas Manhãs de Sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002. 516p.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: São Paulo, Hucitec: 1986
- BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro, Sextante: 2004.
- BOFF, L.. **Ética da Vida**. Brasília, Letraviva: 2000.
- BOFF, L. **Saber cuidar. Ética do humano-compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.
- BORTOLOZZI, A. Comunicação, ensino e temática ambiental, **Comunicação e Educação**, n. 14, jan/abr.,p. 42-48
- BOTTOMORE, T. & OUTHAITE, W. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Zahar: 1996.
- BRASIL, PCNs, temas transversais. 1999.
- BUCCI, E. (org) **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21** in: **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: sextante, 2003.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo Cultrix, 1986.
- CARNEIRO, M. A.; TOMAZELLO, M. G. C. **A televisão e a educação ambiental informal: o programa Repórter Eco/ TV Cultura**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. V. 7, out/ nov/ dez 2001.
- CASSETI, V. **Contra a correnteza**. Goiânia: Kelps, 1999.
- CRESPO, S. **Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990** in: **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: sextante, 2003.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e Poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: contraponto, 1997.
- DEMO, Pedro. **Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia**. Brasília, Ed. Plano:2001.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.
- FISHER, Rosa in Silva, Luiz Heron da (org). **Século XXI: Qual o Conhecimento? Qual o currículo?** Petrópolis: Vozes, 2000. 2ª edição.
- FORT, M. C. **Televisão educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'água, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FROMM, E. **Ter ou Ser**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIL, C. A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GUIDO, L. F. E. **Os meios de comunicação social e sua influência na representação de ambiente em alunos do ensino fundamental** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED,23,2000, Caxambu. *Anais...*Caxambu: Anped, set.2000.
- GUIDO, L. F. E. **Educação, televisão e natureza: uma análise do repórter eco**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: vozes, 2001a.
- LEFF, H. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável** in **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.
- LIMA, M. A. S. **A inserção da educação ambiental no currículo**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sociedade e Meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios Culturais da Comunicação à Educação. **Revista Comunicação e Educação (CCA-ECA-USP)**, São Paulo, Ed. Segmento, Ano VI, n. 18, p. 51-61, maio/setembro,2000.

MARTÍN-BARBERO, J. **Novos regimes de visualidade e descentralizações culturais. Mediatemente! Televisão, cultura e educação.** Brasília, 1999.

MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MOURA, E. A. **Comunicação e educação ambiental: fenômeno cognoscitiva da mensagem** massiva. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, p.2002.

OROZCO, G. Teleaudiência: Premissas para uma Pedagogia. **Revista Comunicação e Educação (CCA-ECA-USP)**, São Paulo, Ed. Segmento, Ano VI, n. 18, p. 62-67, maio/setembro,2000.

OROZCO, G. La audiência frente a la pantalla: uma exploracion Del proceso de recepcion televisiva. **Revista Dia-logos de la comunicación.** Lima: 1990, p. 54-63.

Programação do IV Colóquio Internacional Paulo Freire – Paulo Freire: Ética , Política e Educação. Recife, Ed. Universitária UFPE: 2003.

RAMOS, L. F. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação.** São Paulo: Annablume, 1996.

REIGOTA, M. **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

RICHARDSON, N. J. *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas.** Porto Alegre. Artmed: 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Sousa . **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SASSON, J. **Métodos qualitativos na pesquisa sobre a comunicação** in **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual, natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio Ambiente no Século XXI**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRISTHÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores. Rede de saberes**. São Paulo: Annablume, 2004.

ZAIDAN, M. **Pedagogia do Desejo**. Recife, Ed. Pindorama: 1998.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Internet:

MORAN, J. M. **Interferência dos meios de comunicação no nosso cotidiano**.

Disponível em:

[http: www.eca.usp.br/prof/moran/inter.htm](http://www.eca.usp.br/prof/moran/inter.htm) acesso em 10/09/2006

TRIGUEIRO, Osvaldo. **O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensinados pela Escola Latino-Americana**. Disponível em:

<http://www.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm> acesso em 12/10/2006.